UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA GERAL E ROMÂNICA

SOBRE A FUNÇÃO E A FORMA DE ALGUNS SUBTIPOS ESPECIAIS DE ORAÇÕES RELATIVAS SEM ANTECEDENTE EXPRESSO DO PORTUGUÊS

Sílvia Aguiar Ferreira

MESTRADO EM LINGUÍSTICA
Área de Especialização em Linguística Portuguesa
2007

UNIVERSIDADE DE LISBOA
FACULDADE DE LETRAS
DEPARTAMENTO DE LINGUÍSTICA GERAL E ROMÂNICA

SOBRE A FUNÇÃO E A FORMA DE ALGUNS SUBTIPOS ESPECIAIS DE ORAÇÕES RELATIVAS SEM ANTECEDENTE EXPRESSO DO PORTUGUÊS

Sílvia Aguiar Ferreira

Dissertação orientada
pelo Professor Doutor Telmo Móia

MESTRADO EM LINGUÍSTICA
Área de Especialização em Linguística Portuguesa
2007

Agradecimentos

Ao Professor Telmo Móia, a quem devo a concretização deste projecto. Pelos seus generosos e geniais contributos para o desenvolvimento e enriquecimento da presente tese, pelo rigor e exigência, pela constante disponibilidade, por ter alimentado a minha paixão pela língua portuguesa e pelo privilégio que foi para mim a partilha deste ano de trabalho, o meu *muito obrigada*.

Aos meus pais, pela confiança tácita que depositam em mim e pelo seu incondicional apoio.

Aos meus familiares e amigos, pela paciência tantas vezes solicitada para a emissão de mais um juízo de gramaticalidade.

À Xana, pelas palavras e gestos de amizade, pelo sincero incentivo, por ser e estar. Sempre.

Ao Pedro, pela cumplicidade de todos os dias.

RESUMO

Nesta dissertação, apresenta-se uma análise de alguns subtipos especiais de orações relativas sem antecedente expresso (entendidas num sentido lato, que abrange tanto as relativas livres como as chamadas relativas semilivres), focando as suas propriedades semânticas e sintácticas. Além de considerações gerais sobre esta subclasse de orações, realiza-se, em três secções autónomas, uma análise mais pormenorizada (i) das chamadas relativas semilivres, (ii) das relativas com infinitivo ou conjuntivo dependentes de verbos como *ter* ou *haver* e (iii) das chamadas relativas transparentes. Identificam-se as propriedades que distinguem estes três subtipos de orações das relativas sem antecedente expresso típicas, tendo em conta dados linguísticos de *corpora*, de textos jornalísticos e outros.

Sobre as chamadas relativas semilivres, defende-se que a única particularidade que as diferencia das relativas de nome com antecedente expresso é a elipse, total ou parcial, do seu antecedente, fenómeno extrínseco à oração propriamente dita, pelo que não se justifica considerar que elas constituem uma subclasse autónoma de orações.

Em relação às relativas com infinitivo ou com conjuntivo dependentes dos verbos *ter* ou *haver*, avalia-se a sua produtividade e diversidade em *corpora*, mostra-se que o modo conjuntivo surge em contextos diferentes daqueles que a literatura prevê e registam-se ocorrências do indicativo e do condicional em estruturas similares (o que poderá indicar a necessidade de uma reclassificação destas orações).

Quanto às chamadas relativas transparentes, comparam-se as ocorrências destas orações em português e inglês, identificando-se algumas diferenças notáveis, e documenta-se a possibilidade de extracção de constituintes do seu interior, que constitui um dos seus aspectos mais específicos. Discute-se ainda a motivação do epíteto "transparente", que remete para a relação entre o sintagma que predica sobre o morfema relativo (o "predicativo nuclear") e a estrutura matriz em que se insere a relativa.

PALAVRAS-CHAVE: oração relativa; relativa livre; relativa semilivre; relativa infinitiva; relativa transparente.

ABSTRACT

The present dissertation contains an analysis of some special types of relative clauses without an overt antecedent (including free relatives and so-called semi-free relatives). The semantic and syntactic properties of these sentences are the focus of this study. Besides discussing the general characteristics of standard free relative clauses, I consider in detail, in three separate sections, the properties of (i) the so-called semi-free relatives, (ii) relative clauses with infinitive or subjunctive mood dependant on verbs such as *ter* (*to have*) or *haver* (*there to be*), and (iii) the so-called transparent free relatives. I try to identify the features that distinguish these groups of clauses from standard relative clauses, taking into account linguistic evidence from corpora (of journalistic text and other types of text).

As to semi-free relatives, I propose that the ellipsis of the antecedent is the only feature that separates them from common nominal relative clauses with an overt antecedent. Since this property is in fact extrinsic to the relative clause itself, I advocate that there is no reason to consider semi-free relatives as an autonomous subtype of clauses.

As to the above-mentioned relative clauses with infinitive or subjunctive mood, I attempt to evaluate their productivity and linguistic diversity in corpora. Data is presented which shows that (i) the subjunctive mood occurs in contexts not considered in the literature, and (ii) the indicative and the conditional moods also occur in comparable structures (probably indicating the need to reclassify this group of clauses).

Finally, I compare the properties of transparent free relatives in Portuguese and English. Some important features are discussed, such as the intriguing possibility of *wh*-movement out of the relative clause. The appropriateness of the label "transparent" – which involves the relationship between the matrix clause and the constituent predicating over the *wh*-element (the "nuclear predicative") – is also discussed.

KEYWORDS: relative clause; free relative clause; semi-free relative clause; infinitival relative clause; transparent free relative clause.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO 1

2. ORAÇÕES RELATIVAS LIVRES (OU ORAÇÕES RELATIVAS SEM ANTECEDENTE EXPRESSO) 5

2.1. Aspectos gerais 5

2.2. Propriedades semânticas e sintácticas das orações relativas sem antecedente expresso 7

2.2.1. Valores semânticos dos sintagmas nominais com que as orações relativas sem antecedente expresso coincidem superficialmente 8

2.2.2. Restrições ao uso de pronomes relativos em orações relativas sem antecedente expresso 15

2.2.3. Requisitos de conformidade – ou contiguidade – em orações relativas sem antecedente expresso 18

2.2.3.1. Casos típicos 18

2.2.3.2. Orações relativas sem conformidade categorial em posição de Sujeito 22

2.2.3.3. Orações relativas sem conformidade categorial dependentes de preposições 23

2.2.3.4. Casos especiais de orações relativas sem conformidade categorial 24

3. ORAÇÕES RELATIVAS DE NOME COM ANTECEDENTE ELÍPTICO OU ORAÇÕES RELATIVAS SEMILIVRES 28

3.1. Aspectos gerais 28

3.2. Sobre a designação "orações relativas semilivres" 30

3.3. A extensão da classe das orações relativas semilivres 33

3.4. (In)especificidade da elipse nominal nas orações relativas semilivres 35

3.5. Sobre as (alegadas) propriedades distintivas das orações relativas semilivres 38

3.5.1. Restrições à ocorrência de constituintes relativos preposicionados 38

3.5.2. Utilização dos morfemas relativos típicos das orações relativas livres 42

3.6. A sequência *o que* em orações relativas livres e semilivres do português 46

3.7. Para uma análise uniforme das orações relativas com antecedente elíptico e das orações relativas com antecedente expresso 47

3.7.1. Ocorrência de pronomes relativos diferentes de *que* em orações relativas com antecedente elíptico 48

3.7.2. Ocorrência de constituintes relativos preposicionados em orações relativas com antecedente elíptico 52
3.7.3. Orações relativas com antecedente (parcialmente) elíptico de valor explicativo 58
3.8. Breve conclusão 62

4. ORAÇÕES RELATIVAS LIVRES COM INFINITIVO OU COM CONJUNTIVO DEPENDENTES DE VERBOS COMO *TER* OU *HAVER* 64

4.1. Aspectos gerais 64
4.2. Sobre as estruturas em que se encaixam as orações relativas com infinitivo ou com conjuntivo (dependentes de verbos como *ter* ou *haver*) 70
4.2.1. Verbos que seleccionam sintagmas nominais coincidentes superficialmente com orações relativas com infinitivo ou com conjuntivo 70
4.2.2. Contextos favoráveis à ocorrência das relativas com infinitivo ou com conjuntivo (dependentes de verbos como *haver* ou *ter*) 79
4.2.3. Valor de (in)definitude dos sintagmas nominais coincidentes superficialmente com orações relativas com infinitivo ou com conjuntivo 84
4.2.4. Extracção de constituintes do interior de orações relativas com infinitivo ou com conjuntivo (dependentes de verbos como *ter* ou *haver*) 88
4.3. Sobre a estrutura interna das orações relativas com infinitivo ou com conjuntivo (dependentes de verbos como *ter* ou *haver*) 90
4.3.1. Modo verbal nas orações relativas dependentes de verbos como *ter* ou *haver* 90
4.3.1.1. Ocorrência do modo conjuntivo em orações relativas dependentes de verbos como *ter* ou *haver* que não envolvem movimento-Q de Sujeito 92
4.3.1.2. Ocorrência dos modos condicional e indicativo em orações relativas dependentes de verbos como *ter* ou *haver* 96
4.3.2. Fenómenos de elipse em orações relativas dependentes de verbos como *ter* ou *haver* 99
4.4. Breve conclusão 101

5. ORAÇÕES RELATIVAS LIVRES TRANSPARENTES 103

5.1. Aspectos gerais 103
5.2. Sobre as propriedades distintivas das orações relativas livres transparentes 108

5.2.1. Diversidade funcional e categorial dos sintagmas que integram as orações relativas transparentes 109
5.2.1.1. Aspectos preliminares 109
5.2.1.2. Orações relativas transparentes não predicativas em posições nominais 113
5.2.1.3. Orações relativas transparentes não predicativas em posições não nominais 115
5.2.1.4. Orações relativas transparentes predicativas 120
5.2.2. Operadores de modalização discursiva nas orações relativas transparentes 123
5.2.3. Número da oração relativa transparente 126
5.2.4. Exclusividade de utilização do morfema relativo *o que* 130
5.2.5. Extracção de constituintes do interior de orações relativas transparentes 139
5.2.6. (In)definitude do sintagma nominal que integra a oração relativa transparente 142
5.2.7. Valor [± Humano] do pronome relativo *o que* e do sintagma nominal que integra a oração relativa transparente 147
5.3. Breve conclusão 150

6. CONCLUSÕES 152

REFERÊNCIAS 157

A. Livros e artigos 157
B. *Corpora* electrónicos 162

1. Introdução

A presente dissertação tem como objecto central de estudo um subtipo de orações relativas que têm sido designadas na literatura como **orações relativas sem antecedente expresso** ou **orações relativas livres**. Muitos têm sido os autores que, usando diferentes modelos teóricos, se têm debruçado sobre as propriedades sintáctico-semânticas destas estruturas. Para o português, há que destacar as dissertações de doutoramento de Ana Maria Brito (1988) e de mestrado de Telmo Móia (1992). No trabalho que aqui apresento, é meu intuito abordar algumas questões que as investigações já referidas deixaram em aberto e principalmente – conforme indica o título – explorar alguns subtipos especiais das orações em causa, ou de orações com elas aparentadas, que têm sido menos estudados. Estes subtipos especiais, que têm propriedades que os afastam das orações relativas livres típicas, pareceram-me merecer um tratamento destacado, que tentarei aqui realizar.

Neste ponto inicial, importa fazer uma observação terminológica, relacionada com a escolha do epíteto "orações relativas sem antecedente expresso" para designar os vários tipos de orações que serão analisados nesta dissertação, já que este epíteto não tem em várias partes deste trabalho – nomeadamente no título – o sentido exacto que assume na literatura, mas antes um sentido mais amplo. Como se sabe, Móia (1992), por exemplo, utiliza a designação "oração relativas sem antecedente expresso" como alternativa a "orações relativas livres", mas assumindo uma definição equivalente. Segundo a análise estrutural defendida por diversos autores, incluindo Móia (1992), e que é também perfilhada neste trabalho, as relativas em apreço têm uma estrutura idêntica à das relativas restritivas comuns: tanto umas como outras estão associadas a expressões nominais, que funcionam como seus antecedentes. A diferença principal reside no facto de o antecedente nominal das relativas restritivas comuns ter realização morfofonológica, enquanto o antecedente nominal das relativas livres é uma categoria vazia, ou seja, não realizada. Assim, a escolha dos termos paralelos "orações relativas <u>sem</u> antecedente expresso" e "orações relativas <u>com</u> antecedente expresso" constitui uma forma de realçar a similitude estrutural em causa.

A presente tese trata sobretudo de orações relativas que se incluem no grupo das orações relativas sem antecedente expresso, ou relativas livres, tal como elas são definidas na literatura. Trata-se de orações que têm cumulativamente a propriedade de estarem associadas a um antecedente nulo e de coincidirem superficialmente com um sintagma

nominal (eventualmente encaixado num sintagma preposicional). No entanto, no capítulo 2 analisa-se um subtipo de orações relativas distinto, frequentemente denominadas "orações relativas semilivres". Tal como as relativas livres, estas relativas encontram-se associadas a uma categoria vazia, ou seja, o seu antecedente (ou, pelo menos, o núcleo nominal deste) não é realizado morfofonologicamente; porém, distinguem-se por não coincidirem superficialmente com sintagmas nominais (já que são precedidas por artigos, demonstrativos ou expressões comparáveis, com realização morfofonológica – e.g. *o de que te falei*). Tendo em conta apenas a propriedade da associação a um antecedente nulo (elíptico), podemos designar estas orações também como "orações relativas sem antecedente expresso", mas agora numa acepção mais lata, que abrange as relativas livres e as relativas semilivres. Dado que me interessa estudar ambos os subtipos nesta dissertação, recorrei, por facilidade, à designação "orações relativas sem antecedente expresso" no sentido mais amplo que acabo de expor em diversos pontos desta dissertação, como por exemplo no título ("subtipos especiais de relativas sem antecedente expresso"). Noutros pontos em que não cause confusão, o termo poderá assumir o seu sentido mais estrito, equivalente a "orações relativas livres". Aliás, este será o sentido predominante no texto. Por razões de clareza e adequação terminológica à literatura já existente, sempre que no decurso deste trabalho utilizar o termo "relativas sem antecedente expresso" estarei a considerar, salvo menção em contrário, apenas o subtipo das "relativas livres", que constituem, sem dúvida, o seu cerne.

A não realização, ou a não realização plena, do antecedente é o que aproxima os dois tipos de construções – as relativas livres e as relativas semilivres – e o que me levou a tratá-las em conjunto nesta dissertação. Porém, como se verá, defendo que estas estruturas são tipologicamente muito distintas e não se justifica considerá-las elementos constituintes de uma classe autónoma. Mais concretamente, as relativas semilivres, ao contrário das livres, não coincidem superficialmente sintagmas nominais e possuem como antecedente uma categoria elíptica, cuja recuperação se encontra dependente do contexto discursivo. A hipótese que defenderei é que as chamadas semilivres formam uma classe natural com as relativas com antecedente expresso, opondo-se esta classe à das chamadas relativas livres (ou relativas sem antecedente expresso, em sentido estrito).

A presente dissertação integra quatro capítulos, além da Introdução e das Conclusões. No capítulo 2, apresentarei as principais propriedades semânticas e sintácticas

das orações relativas livres típicas; registarei igualmente algumas construções consideradas excepcionais no âmbito destas orações. No capítulo 3, equacionarei a hipótese, avançada por alguns autores, de as relativas semilivres (orações relativas associadas antecedentes nominais elípticos) constituírem uma classe particular de relativas, distintas quer das relativas livres quer das relativas comuns com antecedente expresso. No capítulo 4, deter-me-ei na análise das orações relativas livres com infinitivo ou com conjuntivo dependentes de verbos como *ter* ou *haver*, consideradas na literatura como um subtipo particular de orações; para além de destacar as características que distinguem estas orações das relativas livres típicas, tentarei avaliar a sua produtividade com base em textos de *corpora*. No capítulo 5, esboçarei uma proposta de análise das orações relativas transparentes, que também têm sido reconhecidas na literatura estrangeira, principalmente inglesa, como um subtipo especial de relativas livres; tanto quanto sei, estas estruturas nunca foram exploradas na literatura sobre o português; assim, neste quinto capítulo, estabelecerei uma comparação entre as orações relativas transparentes do inglês e as orações relativas paralelas do português, procurando identificar as suas principais características sintáctico-semânticas.

No seguimento do trabalho realizado nos vários seminários do curso em que esta tese se integra – Mestrado em Linguística Portuguesa, com foco em questões de Norma e Desvio –, proponho-me descrever o comportamento das construções relativas em apreço, confrontando as estruturas consideradas como padrão, amplamente analisadas na literatura ao longo dos últimos anos, com ocorrências que se afastam desse modelo, podendo ser consideradas marginais ou mesmo agramaticais por alguns falantes. De modo a substanciar os juízos pessoais de gramaticalidade que apresento ao longo deste trabalho, recorro frequentemente a dados linguísticos de *corpora* representativos de vários registos do português. As abonações provêm essencialmente dos *corpora* (disponíveis na *internet*) CETEMPúblico, Natura/Público, Primeiro milhão do CETEMPúblico, NILC/São Carlos e Davies-Ferreira (cf. descrições na secção de Referências). Esporadicamente, transcrevo também excertos provenientes de diversas obras literárias, que oportunamente identificarei.

Em suma, os propósitos desta tese são de carácter essencialmente descritivo. Procurarei sobretudo cotejar as descrições existentes das estruturas analisadas com as suas realizações efectivas, produzidas por falantes do português e atestadas em *corpora*. Pretendo assim contribuir para a análise do comportamento da "língua real", que, em

oscilação permanente entre a mudança, a variação e o desvio, incorre não raro na "desobediência" às inflexíveis prescrições linguísticas.

2. Orações relativas livres (ou orações relativas sem antecedente expresso)

2.1. Aspectos gerais

Como enunciei na parte introdutória, o objecto de estudo deste trabalho é um subtipo de orações relativas, comummente designadas como **orações relativas livres** ou **orações relativas sem antecedente expresso**. Antes de passar à análise de alguns subtipos especiais de relativas deste tipo (ou de tipos afins), procederei, neste capítulo, a uma breve caracterização geral das relativas em questão. Comecemos por observar as frases seguintes, que integram orações relativas sem antecedente expresso (sublinhadas) com diferentes pronomes relativos:

(1) a. Quem está sentado naquela bancada é adepto do clube da casa.
b. Aqui tens o que me encarregaste de comprar.
c. Encontro-me onde é mais seguro pernoitar.
d. Todos se calaram quando eu entrei.
e. Ele trabalha como o pai o ensinou (a trabalhar).

Em consonância com as propostas de Suñer (1983, 1984), Brito (1991) defende que as orações relativas em apreço apresentam uma estrutura idêntica à das relativas com antecedente expresso, com a diferença de que estas possuem como antecedente uma categoria vazia[1]. Também Móia (1992) sublinha que o aspecto que identifica estas orações é o de não estarem associadas a um antecedente nominal realizado, contrariamente ao que sucede com as orações relativas com antecedente expresso, como as que ocorrem nas frases seguintes:

(2) a. As **pessoas** que estão sentadas naquela bancada são adeptas do clube da casa.
b. Aqui tens as **coisas** que me encarregaste de comprar.
c. Encontro-me no **sítio** onde é mais seguro pernoitar.

[1] Existem várias hipóteses de análise estrutural das orações relativas sem antecedente expresso. Não me deterei aqui numa exposição detalhada destas propostas. Considero apenas relevante mencionar que a análise destas construções não é unânime. Por exemplo, em trabalhos como os de Bresnan & Grimshaw (1978) e o de Larson (1987), opta-se por considerar que o morfema relativo ocupa a posição de antecedente da oração relativa. Na presente tese, a análise que se perfilha é a defendida, para o português, por Brito (1991) e por Móia (1992): a relativa tem um antecedente (nominal) nulo a que está associado o pronome relativo. Conforme refere Móia (1992), a adopção desta perspectiva de análise permite um tratamento mais homogéneo das orações relativas com antecedente expresso e das orações relativas sem antecedente expresso.

d. Todos se calaram no **momento** em que eu entrei.

e. Ele trabalha do **modo** como o pai o ensinou (a trabalhar).

Nas frases de (2), os pronomes relativos – alguns distintos das contrapartidas em (1)[2] – são precedidos por expressões nominais realizadas – *pessoas*, *coisas*, *sítio*, *momento*, *modo* – que desempenham a função de antecedente das orações relativas[3]. Se assumirmos que a estrutura das orações relativas sem antecedente expresso é, no essencial, idêntica à das suas contrapartidas com antecedente expresso (análise adoptada no presente trabalho[4]), a estrutura simplificada das frases apresentadas em (1) será a seguinte (onde o símbolo "∅" representa o antecedente nulo do morfema relativo, o símbolo "[v]" o vestígio deixado na posição de origem do movimento relativo, a sigla REL a oração relativa e o símbolo "$\varnothing_{em}$" ou "$\varnothing_{de}$" uma preposição nula que ocorre quando a relativa surge em posição adverbial – cf. *e.g.* Móia 2001):

(3) a. $[_{SN}\ \varnothing\ [_{REL}$ [quem]$_i$ [v]$_i$ está sentado naquela bancada]] é adepto do clube da casa

b. aqui tens $[_{SN}\ \varnothing\ [_{REL}$ [o que]$_i$ me encarregaste de comprar [v]$_i$]]

c. encontro-me $[_{SP}\ \varnothing_{em}\ [_{SN}\ \varnothing\ [_{REL}$ [onde]$_i$ é mais seguro pernoitar [v]$_i$]]

d. todos se calaram $[_{SP}\ \varnothing_{em}\ [\ _{SN}\ \varnothing\ [_{REL}$ [quando]$_i$ eu entrei [v]$_i$]]]

e. ele trabalha $[_{SP}\ \varnothing_{de}\ [\ _{SN}\ \varnothing\ [_{REL}$ [como]$_i$ o pai o ensinou (a trabalhar [v]$_i$)]]]

Em suma, as orações relativas sem antecedente expresso são orações relativas de nome restritivas com antecedente nulo. Uma vez que o antecedente nominal a que estas relativas se associam é uma categoria vazia, eventualmente precedida de uma preposição nula, elas vão coincidir com um sintagma nominal, ou com um sintagma preposicional, que desempenha funções sintáctico-semânticas "centrais" na estrutura matriz – *e.g.* Sujeito, como em (3a), Complemento Directo, como em (3b), ou adjunto adverbial, como em

[2] A impossibilidade de ocorrência de alguns pronomes relativos que introduzem as orações sem antecedente expresso nas suas contrapartidas com antecedente realizado será discutida na subsecção 2.2.2 deste capítulo.

[3] Considerarei, ao longo deste trabalho, que o antecedente das relativas restritivas é o nome (juntamente com os seus complementos e modificadores, caso existam) que precede o constituinte relativo e que o antecedente das relativas nominais explicativas é todo o sintagma nominal que precede o constituinte relativo. Esta questão será aprofundada na subsecção 3.2 desta dissertação.

[4] Por facilidade e por não ser relevante para as questões em apreço nesta dissertação, ignorarei aqui a proposta mais complexa de Móia (1992), que assume um mecanismo de fusão entre o pronome relativo e o seu antecedente.

(3c-e). É conveniente sublinhar aqui a especificidade das construções relativas de (3c-e). À semelhança das relativas introduzidas por *quem* e *o que*, as orações introduzidas por *onde*, *quando* e *como* encontram-se associadas a um sintagma nominal; no entanto, os verbos superiores de que dependem esses sintagmas requerem expressões preposicionadas no contexto relevante: *encontrar-se* + $SP_{[+ Lugar]}$, *calar-se* + $SP_{[+ Tempo]}$, *trabalhar* + $SP_{[+Modo]}$. Ou seja, as orações relativas introduzidas por *onde*, *quando* e *como* coincidem superficialmente, nestes casos[5], com sintagmas preposicionais e não com sintagmas nominais. Repare-se, por exemplo, nas preposições realizadas em (2), nas contrapartidas destas orações com antecedente expresso. Assim, as orações relativas livres típicas encaixam-se sempre em sintagmas nominais, independentemente do tipo de morfema relativo que as introduza (podendo estes por sua vez ser encaixados em sintagmas preposicionais).

Consideremos agora, na secção seguinte, algumas propriedades distintivas das orações relativas livres ou sem antecedente expresso.

2.2. Propriedades semânticas e sintácticas das orações relativas sem antecedente expresso

Nesta secção, discutirei algumas das principais propriedades semânticas e sintácticas das orações relativas sem antecedente expresso. Começarei por referir brevemente algumas das suas propriedades semânticas, em 2.2.1. Em particular, explorarei a hipótese de os sintagmas nominais em que se encaixam as orações relativas sem antecedente expresso exibirem as mesmas possibilidades de variação interpretativa que os restantes sintagmas nominais. Abordarei seguidamente duas propriedades sintácticas das orações relativas sem antecedente expresso típicas: as restrições ao uso de pronomes relativos nestas orações, em 2.2.2, e os requisitos de conformidade – ou de contiguidade – a que estas construções parecem ter de obedecer, em 2.2.3. Analisarei os três aspectos que referi, baseando-me sobretudo nos trabalhos de Brito (1991) e Móia (1992 e 2001).

[5] Conforme indica Móia (1992 e 2001), os morfemas *onde* e *quando* podem igualmente ser de tipo SN quando precedidos de preposições diferentes de *em*. Esta possibilidade será descrita e analisada na subsecção 5.2.4 deste trabalho.

2.2.1. Valores semânticos dos sintagmas nominais com que as orações relativas sem antecedente expresso coincidem superficialmente

Como afirmei no início do presente capítulo, as orações relativas que são objecto deste trabalho estão, à semelhança do que ocorre com as relativas restritivas com antecedente expresso, associadas a um antecedente de natureza nominal. Este antecedente tem a particularidade de não possuir realização morfofonológica, fazendo com que as orações em causa coincidam superficialmente com sintagmas nominais. Uma questão que se me afigurou interessante analisar – ainda que de forma muito breve – é se as orações em causa (ou melhor, os sintagmas com que elas coincidem) possuem o mesmo tipo de variações interpretativas que os outros sintagmas nominais[6]. Esta questão é abordada brevemente em Móia (1992: 53-54), que mostra que as orações relativas sem antecedente expresso podem ter uma leitura ambígua entre um **valor referencial** e um **valor atributivo** (no sentido de Donnellan 1966). Nesta secção, explorarei um pouco mais essa linha de investigação, avaliando a possibilidade de variação em relação aos seguintes três pares de valores semânticos identificados por Peres (no prelo): **real / virtual**; **específico / não específico**; **referencial / atributivo**.

Comecemos por observar a oposição entre os valores de realidade e virtualidade, em sintagmas nominais:

(4) a. O Paulo casou com *uma astronauta portuguesa*. (Peres, no prelo)
b. O Paulo quer casar com *uma astronauta portuguesa*. Será que encontra uma? (*ibid.*)

Em (4a), o sintagma nominal assinalado tem uma leitura real (ou extensional), uma vez que se assume a existência da entidade referida. Contrariamente, em (4b), a entidade para que o sintagma nominal em itálico remete pode não existir na realidade. Nesta situação, diz-se que o sintagma nominal tem uma leitura virtual (ou intensional). Ora – de forma pouco surpreendente, aliás –, os sintagmas nominais em que se encaixam as orações relativas sem antecedente expresso podem também exibir esta variação interpretativa:

[6] A questão da (in)definitude dos sintagmas nominais em que se encaixam as relativas sem antecedente expresso e da sua autonomia referencial será descrita e discutida sobretudo na subsecção 5.2.6 deste trabalho.

(5) a. O Paulo casou o ano passado com *quem está neste momento a entrar na sala*.

b. O Paulo quer casar com *quem seja capaz de o aturar*. Será que encontra alguém?

Observei alguns excertos de *corpora* e tentei classificar as relativas em causa (ou melhor, os sintagmas com que elas coincidem) quanto ao valor em causa. Nos excertos abaixo, creio que as expressões das alíneas *a* podem ser associadas a um valor real, no sentido em que elas remetem para entidades – pessoas, coisas, lugares, tempos – que se assume terem uma existência real, e as das alíneas *b* a um valor virtual, uma vez que estão associadas a entidades que não têm uma existência real no momento da enunciação ou que podem mesmo nunca vir a existir factualmente. O modo verbal e outras características da oração relativa condicionam frequentemente o valor em causa:

(6) a. "O desemprego atinge em especial <u>quem trabalhou no ministério da segurança do estado e os antigos diplomatas</u>." (NP, par 3153)[7]

b. "À saída, <u>quem quisesse informações adicionais sobre o Irão</u> podia levar um pequeno álbum com tudo o que é preciso saber sobre o país (...)." (NP, par 1348)

(7) a. "Quando em todo o mundo caíram os muros (...), eis que em Portugal se estabelecem quilómetros infinitos de aramados (...) onde uma minoria é autorizada a explorar até ao extermínio <u>o que a natureza a todos oferece</u>." (Primeiro milhão CETEMPúblico)

b. "Decisivo vai ser, por exemplo, <u>o que vier a ser dito (...) acerca de uma eventual dissolução do Parlamento e da convocação de legislativas antecipadas</u>." (Primeiro milhão CETEMPúblico)

(8) a. "Temos um imenso respeito pelas pessoas que acreditaram em nós e puseram o dinheiro <u>onde nós pusemos palavras</u>." (Primeiro milhão CETEMPúblico)

---

[7] Repare-se ainda no seguinte exemplo curioso, com um valor real: "Devido ao nosso tradicional atraso em relação aos países mais avançados, houve <u>quem permitisse a difusão de uma notícia perturbadora que falava de operadores turísticos preocupados com a fraca procura existente</u>." (NP, par 2183). Neste exemplo, há uma oração relativa com o modo conjuntivo (*permitisse*) - que normalmente está associado a um valor de virtualidade, quando ocorre em sintagmas nominais - associada a uma leitura real. Tal pode ocorrer, pelo menos, em orações relativas sem antecedente expresso associadas ao verbo *haver* (Móia, c.p.).

b. "(...) para mim (...) só havia uma escolha: ficar e morrer à fome ou partir, não importa para onde, para onde pudesse encontrar trabalho e boas condições para sustentar a minha família." (Primeiro milhão CETEMPúblico)

(9) a. "Os organizadores da regata ainda davam os últimos retoques nas instalações à volta do porto quando a frota desembarcou." (Primeiro milhão CETEMPúblico)

b. "Segundo este organismo, a operação só terá lugar quando for disponibilizado «o equipamento que está a ser propositadamente construído para proceder à introdução escalonada nos fornos» da farinha obtida a partir da transformação das carcaças dos animais abatidos." (Primeiro milhão CETEMPúblico)

Creio que há igualmente orações relativas (ou melhor, sintagmas nominais) com leituras ambíguas, que, consoante o contexto de enunciação, podem exibir um valor real ou um valor virtual. Observe-se o constituinte sublinhado no excerto que se segue:

(10) "A França levará a guerra até ao fim, ou seja, até serem cumpridos os objectivos fixados pela ONU: a libertação do Kuwait e a garantia de que nova agressão não possa verificar-se. Atenção jornalistas: quem não preencheu ainda o formulário para entrar no Kuwait dirija-se ao quarto 200 A." (NP, par 1586)

Imaginemos um contexto em que há efectivamente jornalistas que ainda não procederam ao preenchimento do formulário em causa e que o enunciador até pode saber quem são. Estamos, neste caso, perante uma interpretação real do sintagma nominal em que a relativa se encaixa. O enunciador poderia inclusivamente, neste caso, fazer uma intercalação em que enumerasse as entidades em causa (*quem não preencheu ainda o formulário para entrar no Kuwait – o Filipe Santos, o Ricardo Silva e a Ana Matias – dirija-se ao quarto 200 A*). Uma outra situação é aquela em que o enunciador desconhece se há jornalistas que ainda não tenham preenchido o questionário referido, podendo mesmo acontecer que não haja nenhum. Neste caso, a frase poderia ser continuada com a seguinte interrogação, por exemplo: *há alguém nesta situação?* O sintagma nominal em causa possui, neste caso, uma interpretação virtual.

Um outro factor de variação dos sintagmas nominais – a oposição específico / não específico – relaciona-se com a capacidade que o enunciador tem de identificar as entidades referidas no discurso. Veja-se o contraste entre o par de frases seguinte:

(11) a. *Um amigo meu* já me tinha falado deste filme. Se o encontrar hoje, vou dizer-lhe que gostei imenso. (Peres, no prelo)

b. *Um amigo meu* já me tinha falado deste filme, mas não consigo lembrar-me de quem foi. (*ibid.*)

A partir do contexto discursivo, conseguimos perceber que, em cada uma das frases, o enunciador atribui valores distintos ao sintagma nominal *um amigo meu*. Em (11a), o enunciador identifica o referente concreto da expressão em destaque – leitura específica –, enquanto em (11b) não consegue fazê-lo – leitura não específica. Creio que as mesmas possibilidades estão disponíveis para os sintagmas nominais coincidentes com relativas sem antecedente expresso:

(12) a. *Quem me contou essa história* está quase a chegar. Quando ele aparecer, apresento-to.

b. *Quem me contou essa história* disse-me que as coisas não eram bem assim. Só que não consigo lembrar-me de quem foi.

Através de uma pequena pesquisa nos *corpora*, verifiquei que, na maioria das estruturas relevantes, não é possível reconhecer o valor de identificação veiculado, isto é, o contexto não esclarece se o enunciador identifica ou não as entidades para que a oração relativa remete. Veja-se o seguinte exemplo, em que não é possível deduzir, apenas a partir do material linguístico apresentado, se o enunciador sabe ou não o que os negociadores andaram a combinar:

(13) "O que os negociadores vão fazer amanhã é tornar mais claro <u>o que andaram a combinar</u> (...)" (Primeiro milhão CETEMPúblico)

Noutros casos, porém, há informação suficiente para avaliar o valor de especificidade. Eis alguns exemplos, no primeiro grupo – (14) – com uma interpretação específica (pelo menos, parcialmente) e no segundo grupo – (15) – com uma interpretação não específica:

(14) a. "Já houve <u>quem desse 130 contos</u>. Eu sei de rapazes novos que estão a trabalhar e a ser explorados, e estão a dar metade do ordenado para gente

que promete resolver o problema da documentação», declara a religiosa."[8] (CETEMPúblico, Ext 962598 (nd, 91b))

b. "Este exterior escondia o que todos os que o lemos conhecíamos: inteligência lógica treinada, o dom de tornar significativo aquilo que observasse e a arte de tocar o instrumento que lhe coubera, a língua portuguesa (...)." (CETEMPúblico, Ext 458441 (nd, 98b))

(15) a. "Não é possível tratar quem não conheço." (CETEMPúblico, Ext 306551 (soc, 93a))

b. "Para aquela jovem, (...) habituada a ser criada com educação, talvez com algum mimo, os gritos eram já, em si, uma sevícia – e era ela quem tinha razão. Não sei quem era, não lhe recordo o nome, mas lembro-me muitas vezes dela (...)."[9] (CETEMPúblico, Ext 42507 (soc, 93a))

Por fim, consideremos a oposição entre os valores referencial e atributivo. Peres (no prelo) ilustra-os com base na seguinte proposição:

(16) *O assassino* é louco.

Esta frase pode ter uma leitura ambígua: se, perante uma situação de homicídio, o enunciador se referir a uma pessoa concreta com a expressão *o assassino*, este sintagma nominal tem um valor referencial; por outro lado, se o enunciador desconhecer a identidade do homicida e pronunciar esta frase acerca de qualquer entidade que tenha a propriedade de ser o assassino, o sintagma nominal em questão tem um valor atributivo. Conforme salienta o autor referido, quando tem valor atributivo, o sintagma nominal em questão tem uma interpretação próxima de "quem quer que seja o assassino". O mesmo se poderia afirmar, *mutatis mutandis*, acerca da seguinte frase, com uma oração relativa sem antecedente expresso:

(17) *Quem cometeu este crime* é louco.

[8] Neste caso, curioso, há pelo menos (capacidade de) identificação parcial. A religiosa pode não ser capaz de identificar todas as entidades abrangidas pela expressão *quem desse 130 contos*, mas é capaz de identificar pelo menos algumas delas.

[9] Note-se que estamos aqui perante uma construção com *ser* identificacional. Ver secção 2.2.3.4.

Móia (1992) refere que os sintagmas nominais superficialmente coincidentes com orações relativas sem antecedente expresso podem apresentar ambiguidade entre uma leitura referencial e uma leitura atributiva:

(18) O professor elogiou *quem leu o livro*. (Móia 1992: 52)

O autor diz que o constituinte *quem leu o livro* tem uma leitura referencial se identificar uma entidade em concreto através de uma propriedade que o enunciador sabe que a caracteriza; tem, porém, uma leitura atributiva se designar de forma geral qualquer entidade – não concretizada – que tenha a propriedade em questão. Caso a expressão em causa tenha uma interpretação atributiva, pode até nem existir nenhuma entidade que possua (ou venha a possuir) as propriedades designadas. Esta última hipótese é claramente ilustrada na expressão nominal em itálico, que contém uma relativa com antecedente expresso (e modo conjuntivo):

(19) *O cientista* *que descobrir a vacina contra a SIDA* ficará nos anais da História. (Peres, no prelo)

Uma pequena pesquisa em *corpora* levou-me a identificar vários casos de relativas sem antecedente expresso com uma leitura atributiva e com uma leitura referencial. Quantitativamente, parecem prevalecer as leituras de tipo atributivo, sendo relativamente infrequentes os casos de indubitável leitura referencial. Eis dois exemplos de cada leitura, em (20) e (21), respectivamente:

(20) a. "O artigo 362º do Código Penal, sobre a ofensa à honra do Presidente da República, prevê que quem injuriar ou ofender a honra e consideração devidas ao Presidente da República será punido com prisão até três anos." (NP, par 78770)

b. "A publicidade vive de quem tem olhos virados para muitos mundos." (Primeiro milhão CETEMPúblico)

(21) a. "O sucesso desta operação de «marketing» junto de quem tem o poder de decisão na UE deu ainda mais força aos responsáveis da Direcção-Geral de Desenvolvimento Rural para levarem avante uma iniciativa bastante mais arrojada: realizar ainda este ano uma mostra de produtos portugueses no Parlamento inglês." (Primeiro milhão CETEMPúblico)

b. "Nada mau para quem era acusado de ter demasiadas cautelas na condução do seu grupo e de estar tolhido por uma notável falta de visão global." (Primeiro milhão CETEMPúblico)

Há ainda alguns casos curiosos, como os seguintes:

(22) a. "Mas quem tenta respeitar as precauções, como os repórteres acabados de chegar, não está livre da regra geral de Sarajevo." (Primeiro milhão CETEMPúblico)

b. "Nesta cantora de apenas 25 anos, filha de pais indianos mas londrina de coração, a música flui de forma natural, com a segurança de quem já atingiu a maturidade." (Primeiro milhão CETEMPúblico)

Em (22a), a informação veiculada pela relativa sem antecedente expresso aplica-se aos repórteres acabados de chegar, mas não exclusivamente. As entidades identificadas no discurso – os ditos repórteres – fazem fazer parte de um grupo mais amplo a que se aplica a propriedade expressa pela oração relativa. Assim, a relativa parece ter um valor atributivo, embora haja uma identificação de entidades concretas a que esse atributo se aplica, no que parece uma combinação discursiva dos valores atributivo e referencial. O caso (22b), parece ser semelhante, mas o discurso parece induzir uma identificação (por meios anafóricos) entre *quem já atingiu a maturidade* (a expressão de um atributo que se pode aplicar a um conjunto vasto de entidades) e *esta cantora de apenas 25 anos* (que refere uma entidade concreta). Deixo a avaliação destas particularidades para investigação posterior.

Em suma, verificámos nesta secção que os sintagmas nominais coincidentes com orações relativas sem antecedente expresso exibem possibilidades interpretativas semelhantes às de outros sintagmas nominais. Passemos agora a considerar algumas particularidades predominantemente sintácticas das orações relativas sem antecedente expresso.

2.2.2. Restrições ao uso de pronomes relativos em orações relativas sem antecedente expresso

Segundo Brito (1991), são apenas três os morfemas relativos que podem ocorrer nestas relativas: *quem*, *o que* (embora a autora não assuma claramente que se trata de uma unidade) e *onde*. Móia (1992) acrescenta a este conjunto três morfemas relativos: *quanto*, *como* e *quando*. O pronome relativo invariável *que* e os pronomes variáveis *cujo* e *o qual* não surgem normalmente em orações relativas sem antecedente expresso[10].

Na secção 2.1, apresentei exemplos de orações relativas sem antecedente expresso encabeçadas por *quem*, *o que*, *onde*, *quando* e *como*. Serão apenas estes os morfemas que irei ter em conta ao longo deste trabalho. Deixo de parte o pronome relativo *quanto* (variável e invariável), porque as estruturas em que ele ocorre levantam muitos problemas específicos, cuja análise ultrapassa o âmbito desta investigação[11]. Ilustro apenas brevemente as construções introduzidas pelo morfema relativo *quanto* que podem ser analisadas como orações relativas sem antecedente expresso:

(23) a. O Pedro esqueceu <u>quanto eu lhe disse</u>. (Móia 1992: 19)
b. <u>Quanto eu lhe disse</u> o impressionou. (*ibid.*)
c. Pensei muito acerca de <u>quanto me disseste</u>. (Brito & Duarte 2003: 676)

Note-se que, à semelhança do que ocorre com os restantes morfemas que introduzem relativas sem antecedente expresso, também *quanto* pode, nos casos apresentados em (23), ser precedido por expressões nominais com realização morfofonológica (principalmente com a forma *tudo*):

(24) a. O Pedro esqueceu **tudo** <u>quanto eu lhe disse</u>.
b. **Tudo** <u>quanto eu lhe disse</u> o impressionou.
c. Pensei muito acerca de **tudo** <u>quanto me disseste</u>.

---

[10] O pronome relativo *que* pode ocorrer pelo menos num subtipo especial de relativas sem antecedente expresso: as relativas com infinitivo ou com conjuntivo dependentes de verbos como *ter* ou *haver*. Este subtipo de relativas será tratado no capítulo 4 deste trabalho.
[11] Para desenvolvimento desta questão, ver Móia (1992: 15ss).

É igualmente pertinente justificar, neste ponto, a inclusão dos morfemas *quando* e *como* no elenco dos morfemas que podem introduzir relativas sem antecedente expresso, já que não se trata de uma hipótese unanimemente aceite na literatura sobre o português. Móia (1992 e 2001) argumenta consistentemente a favor desta hipótese. Dos argumentos aduzidos pelo autor, destaco dois:

(i) a ocorrência dos constituintes introduzidos por estes morfemas em posição nominal argumental, como é típico das orações relativas sem antecedente expresso;

(ii) a ocorrência destes morfemas associados a um antecedente expresso.

Em (25), as orações introduzidas por *quando* e *como* surgem em posições argumentais nominais:

(25) a. Este quadro data de [$_{SN}$ quando Picasso viveu em Barcelona]. (Móia 2001: 211)

b. Gosto de [$_{SN}$ como ela sorri]. (Móia 1992: 144)

Em (26), as orações relativas introduzidas por estes morfemas surgem em associação a um antecedente nominal expresso:

(26) a. Qual é o **prazo** até <u>quando se podem entregar as candidaturas</u>? (Móia 2001: 354)

b. Não gostei do **modo** <u>como o Paulo agiu</u>. (*ibid.*)

Em variados aspectos, que aqui não irei desenvolver, os morfemas relativos *quando* e *como* parecem demonstrar um comportamento similar ao dos restantes operadores relativos que introduzem orações relativas sem antecedente expresso, sendo por isso justificada a inclusão destas expressões na classe dos pronomes relativos (cf. Móia 2001, para desenvolvimento desta questão).

Móia (1992) considera que todos os morfemas passíveis de ocorrer em relativas sem antecedente expresso são marcados com um traço sintáctico-semântico inerente: *quem* [+ Humano]; *o que*, *quanto* [– Humano]; *onde* [+ Locativo]; *como* [+ Modo]; *quando* [+ Tempo]. Retomemos as frases apresentadas em (1), com nova numeração:

(27) a. <u>Quem está sentado naquela bancada</u> é adepto do clube da casa.

b. Aqui tens o que me encarregaste de comprar.

c. Encontro-me onde é mais seguro pernoitar.

d. Todos se calaram quando eu entrei.

e. Ele trabalha como o pai o ensinou (a trabalhar).

Apesar de não existir qualquer nome realizado associado aos morfemas relativos, torna-se possível recuperar o conteúdo do antecedente nulo: *quem* refere-se necessariamente a pessoas, *o que* a entidades inanimadas, *onde* a um determinado lugar, *quando* a um intervalo de tempo e *como* ao modo como uma determinada acção ocorre. A recuperação desta informação semântica (associada aos morfemas relativos) parece só ser possível se os morfemas possuírem traços inerentes marcados, o que alegadamente permite legitimar o antecedente nulo. Esta é a hipótese que justifica a agramaticalidade de relativas sem antecedente expresso em que ocorrem os morfemas relativos *que*, *o qual* e *cujo*. Os morfemas *que*, *cujo* e *o qual* não são marcados com qualquer traço sintáctico-semântico, donde resulta a impossibilidade de ocorrerem em orações relativas sem antecedente expresso típicas:

(28) a. *Aqui tens que me encarregaste de comprar.

b. Aqui tens **aquilo** que me encarregaste de comprar.

(29) a. *Aqui tens o qual me encarregaste de comprar.

b. Aqui tens **o material necessário**, o qual me encarregaste de comprar.

(30) a. *Eu admiro cuja obra foi agora compilada em livro.

b. Eu admiro o **fotógrafo** cuja obra foi agora compilada em livro.

O contraste de gramaticalidade entre as relativas de *a*, sem antecedente expresso, e as relativas de *b*, com antecedente realizado, é evidente. As frases de *b*, nas quais os morfemas relativos ocorrem associados a um antecedente nominal realizado – *aquilo*, *o material necessário*, *fotógrafo* – são perfeitamente gramaticais. A supressão desse antecedente origina estruturas agramaticais, como as que surgem em *a*. Contrariamente ao que acontece nestes casos, o uso de um morfema relativo marcado com um traço semântico inerente (e.g. *quem*, *o que* ou *onde*) permite a formação das orações relativas sem antecedente expresso gramaticais, porque permite a computação do valor do antecedente.

A legitimação do antecedente nulo das relativas sem antecedente expresso – ou, por outras palavras, a sua boa formação – não está unicamente dependente do uso de morfemas

relativos marcados. Estas orações estão igualmente sujeitas a requisitos de conformidade – ou de contiguidade – entre certos elementos da construção. É sobre estes requisitos que me debruçarei na secção que se segue.

2.2.3. Requisitos de conformidade – ou contiguidade – em orações relativas sem antecedente expresso

2.2.3.1. Casos típicos

Em português, a ocorrência de orações relativas sem antecedente expresso está normalmente limitada a determinados contextos sintácticos. Observem-se os seguintes exemplos:

(31) a. O professor elogiou <u>quem leu o livro</u>. (Móia 1992: 35)

b. o professor elogiou [[$_{SN}$ ∅ [$_{REL}$ [quem]$_i$ [v]$_i$ leu o livro]]]

(32) a. O Luís entreteve <u>quem a Sara convidou para jantar</u>. (*ibid.*)

b. o Luís entreteve [[$_{SN}$ ∅ [$_{REL}$ [quem]$_i$ a Sara convidou [v]$_i$ para jantar]]]

(33) a. *O Paulo conhece <u>a quem eu dei o livro</u>. (*ibid.*)

b. o Paulo conhece [[$_{SN}$ ∅ [$_{REL}$ [$_{SP}$ a quem]$_i$ eu dei o livro [v]$_i$]]]

(34) a. *O Carlos admira <u>em quem nós confiávamos</u>. (*ibid.*)

b. o Carlos admira [[$_{SN}$ ∅ [$_{REL}$ [$_{SP}$ em quem]$_i$ nós confiávamos [v]$_i$]]]

Em (31) e (32), ilustra-se o movimento do pronome relativo a partir de posições nominais dentro das relativas, mais precisamente as posições de Sujeito e de Complemento Directo, respectivamente. Em (33) e (34), ilustram-se movimentos – ilegítimos – a partir das posições de Complemento Indirecto e de Complemento Oblíquo (ou seja, movimentos de constituintes encabeçados por preposições). Generalizando a partir destes escassos exemplos: aparentemente, não é possível a deslocação de um constituinte preposicionado numa relativa sem antecedente expresso sem que se gere agramaticalidade, ou forte marginalidade. As restrições em causa decorrem, para muitos dos autores, do facto de as relativas em causa estarem sujeitas a um **requisito de conformidade categorial** entre o

constituinte relativo[12] e o predicado da frase matriz[13]. No estudo destas construções no português, Brito (1991) e Brito & Duarte (2003) defendem esta hipótese. Por seu lado, Móia (1992) propõe uma explicação distinta: o requisito actuante nas orações relativas sem antecedente expresso não envolve conformidade e sim **contiguidade (ou adjacência absoluta) entre o antecedente nulo e o morfema relativo**. Descreverei seguidamente cada uma destas hipóteses.

A. Requisito de conformidade categorial (Brito 1991, entre outros)

Seguindo as propostas de análise de Grimshaw (1977) e Bresnan & Grimshaw (1978), Brito (1991) sustenta que os constituintes relativos que introduzem as orações relativas sem antecedente expresso estão sujeitos a um requisito de conformidade categorial com os verbos superiores, isto é, o constituinte relativo tem de ser categorialmente compatível com o verbo superior. Comparem-se os exemplos:

(35) a. Eu vi ontem <u>quem tu admiras</u>. (Brito 1991: 205)
b. *Eu vi ontem <u>de quem tu gostas</u>. (*idem* : 204)

O verbo superior *ver* selecciona um sintagma nominal. Em (35a), a oração relativa é introduzida por uma expressão nominal – *quem* –, enquanto em (35b) é introduzida por um sintagma preposicional – *de quem*. Só no primeiro caso, em que há conformidade, a estrutura é plenamente aceitável. Note-se que não há qualquer requisito comparável nas orações relativas com antecedente expresso:

(36) a. Eu vi ontem as **pessoas** <u>que tu admiras</u>.
b. Eu vi ontem as **pessoas** <u>de quem tu gostas</u>.

---

[12] Adopto esta designação de Peres & Móia (1995) para o constituinte que se desloca por movimento-Q para o início da oração relativa. Para além do pronome relativo, este constituinte poderá integrar também outras expressões, como, por exemplo, preposições.

[13] Em outras línguas, em que o caso tem realização morfofonológica, pode actuar igualmente um **requisito de conformidade casual**. Em alemão, por exemplo, só são gramaticais as relativas sem antecedente expresso cujo morfema relativo é compatível com a regência casual tanto do verbo superior como do verbo inferior:

(i) Ich nehme, **wen** dum ir empfiehlst.
Levo o que tu me recomendaste. (Brito 1991: 206)

Nesta frase, a forma verbal *nehme* como a forma *empfiehlst* seleccionam um constituinte nominal com a função de Complemento Directo. O pronome relativo *wen* apresenta o caso acusativo. Se os verbos envolvidos na construção tivessem regências casuais distintas, a frase seria agramatical, uma vez que o morfema relativo não poderia exibir uma forma casual que respeitasse a regência de ambos os verbos. À semelhança do alemão, também as línguas eslavas (cf. Izvorski 1995) obedecem simultaneamente aos requisitos de conformidade categorial e de conformidade casual.

Conforme salienta Brito (1991), o efeito de conformidade categorial leva a que o constituinte relativo seja estruturalmente compatível quer com a proposição matriz quer com a proposição encaixada, isto é, com a relativa livre; por outras palavras, os constituintes relativos têm de estar em conformidade categorial com os dois verbos envolvidos na construção. A presença de uma preposição antes do morfema relativo só é plenamente gramatical se esta preposição estiver fora da oração relativa, na dependência do predicado da matriz:

(37) a. Eu dei uma ajuda a [$_{SN}$ quem precisava mais]. (Brito 1991: 227)

b. Gosto de [$_{SN}$ quem é simpático para mim]. (*ibid.*)

Assim, nas situações típicas e ignorando excepções que adiante referirei, as relativas livres têm de ser introduzidas por constituintes relativos de tipo SN (idênticos categorialmente a todo o sintagma – nominal – em que a relativa se inscreve).

Para Brito, entre outros autores, a conformidade categorial é considerada a condição geral necessária à gramaticalidade das orações relativas sem antecedente expresso do português. Exceptuam-se, para a autora, as orações relativas em posição de Sujeito, isto é, em posições "não subcategorizadas", questão que retomarei em 2.2.3.2 abaixo.

B. Requisito de contiguidade entre antecedente e morfema relativo (Móia 1992)

Móia (1992) explica os factos linguísticos descritos acima de modo distinto. Aliás, o autor considera que o facto de existirem morfemas relativos de tipo SP passíveis de introduzirem este subtipo de relativas (*onde*, *quando*, *como*) dificilmente se compatibiliza com a ideia de que estas orações relativas estão sujeitas a um requisito de conformidade categorial:

(38) <u>Onde eu vivo</u> não há poluição. (Móia 1992: 134)

(39) O Luís saiu <u>quando a Ana entrou</u>. (*idem*: 151)

(40) Cantámos <u>como ele nos ensinou (a cantar)</u>. (*idem*: 145)

Note-se que as expressões *onde*, *quando* e *como* são extraídas de posições oblíquas, associadas, respectivamente, aos predicados verbais *viver*, *entrar* e *cantar*. Nas construções agora apresentadas, o antecedente nulo é naturalmente de tipo <u>nominal</u> (embora associado a uma preposição nula) e o morfema relativo é de tipo <u>preposicional</u>, não existindo

conformidade categorial entre ambos, conforme ilustram as seguintes estruturas simplificadas:

(41) $[_{SP}\ \varnothing_{em}\ [_{SN}\ \varnothing\ [_{REL}\ [_{SP}$ onde$]_{i}$ eu vivo $[v]_{i}\ ]\ ]\ ]$ não há poluição

(42) o Luís saiu $[_{SP}\ \varnothing_{em}\ [\ _{SN}\ \varnothing\ [_{REL}\ [_{SP}$ quando$]_{i}$ eu entrei $[v]_{i}\ ]\ ]\ ]$

(43) cantámos $[_{SP}\ \varnothing_{de}\ [\ _{SN}\ \varnothing\ [_{REL}\ [_{SP}$ como$]_{i}$ ele nos ensinou (a cantar $[v]_{i}$) $]\ ]\ ]$

Móia (1992) defende que a condição responsável pela boa formação das orações relativas em causa é a **contiguidade – ou adjacência absoluta – entre o antecedente nulo e o morfema relativo**: "A legitimação do antecedente nulo de uma oração relativa sem antecedente expresso (...) depende, na generalidade dos casos (...), da actuação de um processo de fusão morfofonológica entre o morfema relativo e o antecedente, elementos que devem estar adjacentes" (Móia 1992: 133). Esta é a razão pela qual o constituinte relativo não pode, nas relativas sem antecedente expresso típicas, ser encabeçado por uma preposição (que quebra tal adjacência). Vejam-se exemplos em que as preposições, dentro do constituinte relativo, são um obstáculo à fusão morfofonológica acima descrita:

(44) a. *<u>Em quem eu confio</u> está sentado naquela bancada.

b. $[_{SN}\ \varnothing\ [_{REL}\ [_{SP}$ em $[_{SN}$quem$]\ ]_{i}$ eu confio $[v]_{i}]\ ]$ está sentado naquela bancada

(45) a. *Aqui tens <u>do que me falaste</u>.

b. aqui tens $[_{SN}\ \varnothing\ [_{REL}\ [_{SP}$ de $[_{SN}$ o que$]\ ]_{i}$ me falaste $[v]_{i}\ ]\ ]$

(46) a. *Dirigi-me para <u>por onde nunca passaste</u>.

b. dirigi-me para $[_{SN}\ \varnothing\ [_{REL}\ [_{SP}$ por $[_{SN}$ onde$]\ ]_{i}$ nunca passaste $[v]_{\underline{i}}]\ ]$

(47) a. *<u>Para quando tu adiaste a reunião</u> revelou-se um bom dia.

b. $[_{SN}\ \varnothing\ [_{REL}\ [_{SP}$ para $[_{\underline{SN}}$quando$]\ ]_{i}$ tu adiaste a reunião $[v]_{\underline{i}}]\ ]$ revelou-se um bom dia

Segundo esta hipótese de análise, é o requisito de contiguidade entre o antecedente nulo e o morfema relativo que condiciona a distribuição das orações relativas sem antecedente expresso típicas. Esta hipótese permite incluir numa mesma proposta de análise estrutural – mais uniforme – as orações relativas sem antecedente expresso introduzidas quer por morfemas relativos pró-SN quer por morfemas relativos pró-SP.

Entretanto, é importante acentuar que alguns subtipos de orações relativas sem antecedente expresso não parecem obedecer a requisitos de conformidade ou de contiguidade. Tratarei destes casos especiais – já descritos na literatura – na secção 2.2.3.4. Entretanto, farei umas breves observações sobre os casos em que as orações relativas surgem na posição de Sujeito – 2.2.3.2 – e directamente dependentes de uma preposição – 2.2.3.3, visto que em alguns destes casos as variações nos juízos de aceitabilidade são assinaláveis.

2.2.3.2. Orações relativas sem conformidade categorial em posição de Sujeito

Comecemos por considerar a situação em que as orações relativas ocorrem na posição de Sujeito e há movimento relativo de um SP, como (44) acima, sobre cuja gramaticalidade não há consenso na literatura. Brito (1991) considera que o português admite estas estruturas, ainda que marginalmente:

(48) Com quem eu precisava de conversar veio ao Porto. (Brito 1991: 236)

(49) Em quem eu acreditava desiludiu-me.

Seguindo Suñer (1984) e Hirschbühler & Rivero (1981), a autora postula que nas línguas de Sujeito nulo, como o português, é possível ter relativas do tipo em análise, não obedecendo aos referidos efeitos de "conformidade". Izvorski (1995), com base na análise das línguas eslavas, defende também que nas línguas de Sujeito nulo podem ocorrer relativas livres sem conformidade categorial na posição de Sujeito.

Móia (1992) admite a existência de oscilação nos juízos de gramaticalidade que envolvem as orações relativas livres em causa. Não considera, contudo, que a oscilação em causa seja consideravelmente distinta da que afecta as mesmas orações relativas na posição de Complemento Directo. O autor opta por classificar ambas as estruturas como agramaticais:

(50) *Com quem o Luís falou tem uma quinta no Algarve. (Móia 1992: 22)

(51) *O Paulo conhece com quem o Luís falou. (*ibid.*)

Na pesquisa que efectuei em *corpora* não encontrei qualquer abonação de orações relativas livres sem conformidade categorial em nenhuma das duas posições sintácticas: Sujeito ou Complemento Directo. Apesar de a pesquisa efectuada (baseada na pontuação

e/ou na sequência "verbo-preposição-pronome relativo") não garantir a cobertura exaustiva das construções, a ausência de excertos relevantes parece indicar que o requisito de conformidade categorial (ou de contiguidade entre o antecedente nulo e o morfema relativo) é tão actuante na posição de Sujeito como na de Complemento Directo.

2.2.3.3. Orações relativas sem conformidade categorial dependentes de preposições

No que diz respeito às relativas livres sem conformidade categorial (ou contiguidade entre o antecedente nulo e o morfema relativo) que ocorrem nas posições de Complemento Indirecto ou de Oblíquo (argumental ou não), Móia (1992) considera-as bastante mais desviantes do que aquelas que ocupam a posição quer de Sujeito quer de Complemento Directo:

(52) *O Paulo obedeceu a com quem o Luís falou. (*ibid.*)

(53) *O Paulo confia em com quem o Luís falou. (*ibid.*)

Entretanto, o autor fez-me notar (c.p.) que, nalguns casos, este tipo de estrutura parece ser mais aceitável e está inclusivamente registada em *corpora* escritos. Efectuei uma pequena pesquisa e conclui que as construções em causa parecem ser muito pouco frequentes, mas, ainda assim, ocorrem esporadicamente. Transcrevo em seguida os dois únicos excertos que consegui encontrar (por métodos de pesquisa um pouco aleatórios, que não me permitem garantir uma cobertura exaustiva). A primeira construção parece-me talvez pouco natural (embora plenamente aceitável) e a segunda bastante marginal.

(54) OK/?"Na quarta-feira, nada mais restará na memória de por quem lá passou do que uma história inesquecível." (NP, par 63151)

(55) ??"Porque – diz-se na Luz e noutros campos do país – Delano é também um dotado psicólogo que dá sorte a com quem trabalha." (NP, par 56897)

Note-se que, em (54), a oração relativa sem antecedente expresso ocupa superficialmente a posição de Complemento de Nome, enquanto, em (55), ocupa a posição de Complemento Indirecto. Em ambos os casos, há uma sequência de duas preposições – *de por* e *a com*, que os falantes talvez tenham tendência a evitar, realizando um antecedente (pro)nominal.

Em suma, o requisito de conformidade categorial (ou contiguidade entre o antecedente nulo e o morfema relativo) parece ser de facto determinante na formação de relativas sem antecedente expresso no português. Assim se justifica a dificuldade em encontrar registos escritos em que ele não se verifique. Por outro lado, a posição sintáctica em que ocorrem as relativas na estrutura matriz parece não ser especialmente relevante para justificar os raros casos em que este requisito não actua.

2.2.3.4. Casos especiais de orações relativas sem conformidade categorial

Observámos que as orações relativas sem antecedente expresso estão normalmente sujeitas à actuação de requisitos de conformidade categorial (ou de contiguidade entre o antecedente nulo e o morfema relativo). Contudo, há pelo menos três construções – ou subclasses de relativas sem antecedente expresso – que não impõem estes requisitos (cf. Móia 1992):

(i) orações relativas com preposição do constituinte relativo idêntica à que precede toda a oração;

(ii) orações relativas com verbo *ser* identificacional;

(iii) orações relativas cujo predicado verbal se encontra nos modos infinitivo ou conjuntivo e que surgem na dependência de verbos como *ter* ou *haver*.

Farei, em seguida, uma breve apresentação de cada um destes subtipos de construções. Neste capítulo, deter-me-ei mais nos subtipos referidos em (i) e (ii), já que a descrição das relativas mencionadas em (iii) será desenvolvida num capítulo autónomo desta dissertação (capítulo 4).

A. Orações relativas com preposição do constituinte relativo idêntica à que precede toda a oração

Móia (1992) considera que o requisito de conformidade categorial (ou contiguidade entre o antecedente nulo e o morfema relativo) não é actuante quando as orações relativas sem antecedente expresso são precedidas por uma preposição (exterior à relativa) e há identidade entre essa preposição exterior e a preposição que ocorre no constituinte relativo. Nestes casos, realiza-se apenas uma preposição, sendo a outra suprimida (por haplologia).

Esta estrutura é mencionada também por Brito (1991) e Brito & Duarte (2003). Vejam-se exemplos:

(56) a. Eu confio **em** quem tu confias. (Móia 1992: 90)

b. Eu confio **em** quem tu quiseres (que eu confie). (*ibid.*)

c. Eu dei um livro **a** quem tu ofereceste uma bicicleta. (*idem*: 91)

Nestas frases, quer os predicados verbais das frases matriz quer os das relativas seleccionam sintagmas preposicionais. O constituinte relativo é, neste subtipo de relativas, encabeçado por uma preposição, pelo que aparentemente estas construções não obedecem ao requisito da conformidade categorial ou de contiguidade entre o antecedente nulo e o morfema relativo. No entanto, é importante sublinhar que, em todos os casos, os predicados verbais da matriz e da relativa seleccionam uma preposição idêntica e há apagamento de uma delas. Tal apagamento parece, aliás, ser essencial à boa formação das estruturas em causa:

(57) a. *Eu confio **em** **em** quem tu confias.

b. *Eu confio **em** **em** quem tu quiseres (que eu confie).

c. *Eu dei um livro **a** **a** quem tu ofereceste uma bicicleta.

Tanto Brito (1991) como Móia (1992) defendem que a preposição que é suprimida é aquela que ocorre dentro do constituinte relativo. Nesta hipótese de análise, as estruturas não são excepcionais, na medida em que o antecedente nulo da relativa e o respectivo morfema relativo ficam numa situação de adjacência.

Móia (1992) tece ainda algumas considerações sobre a aceitabilidade linguística deste subtipo de relativas livres. Segundo o autor, estas estruturas são completamente aceites pelos falantes do português quando se verifica identidade entre o verbo da matriz e o verbo da relativa, situação que se ilustra em (56a-b). Nas estruturas em que se verifica identidade entre as preposições, mas não entre os verbos da matriz e da relativa, a aceitabilidade parece ser tanto maior quanto menos afastados semanticamente forem esses mesmos verbos, conforme se dá conta em (56c), com os verbos quase sinónimos *dar* e *oferecer*. Em contraste, observem-se as seguintes construções, algo marginais:

(58) a. ?Eu zanguei-me **com** quem tu conversaste. (*ibid.*)

b. ??Eu afastei-me **de** quem tu falas. (*ibid.*)

Esporadicamente, encontramos em *corpora* construções de aceitabilidade duvidosa – ou que pelo menos suscitam dúvidas aos falantes – em que se registam estes fenómenos de haplologia. Observe-se um exemplo:

(59) "Como diz António Costa, «não se dá uma aspirina **a** quem não dói a cabeça», isto o que respeita ao recrutamento, termo que preferem ver substituído por patrocínio." (CETEMPúblico, Ext 1487556 (eco, 94b)

Os verbos *dar* e a expressão *doer a cabeça* seleccionam a mesma preposição: *a*. No entanto, não são semanticamente próximos. Admito que alguns falantes aceitem a construção e outros a rejeitem. Em todo o caso, creio que a existência de tais registos revela a necessidade de proceder a uma análise mais aprofundada destas estruturas, no sentido de determinar quais os factores que facilitam ou dificultam a sua aceitação. Deixo este trabalho para investigação posterior.

B. Orações relativas em construções com o verbo *ser* identificacional

Nas frases que a seguir transcrevo, ocorrem relativas sem antecedente expresso que não obedecem ao requisito de conformidade categorial (ou contiguidade entre o antecedente nulo e o morfema relativo):

(60) O Paulo é de quem a Maria gosta. (Móia 1992: 120)

(61) De quem a Maria gosta é do Paulo. (*ibid.*)

Em ambas as estruturas há movimento relativo do constituinte preposicionado seleccionado pelo predicado verbal *gostar*:

(62) o Paulo é $[_{SN}\ \varnothing\ [_{REL}\ [_{SP}$ de $[_{SN}$ quem$]\ ]_i$ a Maria gosta $[v]_i\ ]\ ]$

(63) $[_{SN}\ \varnothing\ [_{REL}\ [_{SP}$ de $[_{SN}$ quem$]\ ]_i$ a Maria gosta $[v]_i\ ]\ ]$ é do Paulo

O requisito de conformidade (ou contiguidade) não é aqui actuante devido à interposição de uma preposição entre o antecedente nulo e o morfema relativo. Não é meu intuito, como já referi, descrever em detalhe este subtipo de relativas. Limitar-me-ei a apresentar sucintamente a proposta explicativa para a não actuação do requisito de conformidade esboçada por Móia (1992). O autor apoia-se no estabelecimento de uma relação de identidade entre as entidades descritas pelos dois constituintes relevantes para justificar a não actuação do requisito em causa. Segundo a análise proposta, seria o verbo *ser* a legitimar a ocorrência da categoria vazia que desempenha as funções de antecedente da

relativa. Ao estabelecer uma relação de identificação, o verbo *ser* determina, desde logo, o conteúdo sintáctico-semântico do antecedente nulo, não sendo necessário que este e o morfema relativo se encontrem adjacentes (e se fundam).

A construção de (61) apresenta a particularidade de o constituinte não oracional ocorrer como um sintagma preposicional. Móia defende que se trata de uma preposição expletiva, irrelevante em termos de predicação e que, por conseguinte, quer a estrutura de (60) quer a de (61) devem ser analisadas de forma semelhante.

C. Orações relativas com infinitivo ou conjuntivo dependentes de predicados como *ter* ou *haver*

O terceiro caso excepcional de relativas que não estão sujeitas aos requisitos de conformidade categorial (ou contiguidade entre o antecedente nulo e o morfema relativo) é o das relativas sem antecedente expresso com infinitivo ou com conjuntivo dependentes de *ter* ou *haver*, como as que se seguem:

(64) A Maria não tem <u>com quem se entreter</u>. (Brito 1991: 229)

(65) O Paulo não tem <u>a quem pedir ajuda</u>.

Estas construções serão tratadas pormenorizadamente no capítulo 4 deste trabalho, pelo que remeto para o referido capítulo a sua descrição e análise.

Neste primeiro capítulo, tratei sucintamente alguns aspectos gerais característicos das orações relativas livres ou orações relativas sem antecedente expresso: possibilidades de variação interpretativa, restrições aos pronomes relativos que nelas ocorrem, sujeição a requisitos de conformidade ou contiguidade. Nos capítulos que se seguem, que constituem o cerne da análise desta dissertação, concentrar-me-ei em alguns subtipos especiais de orações relativas que partilham o facto de estarem associadas a um antecedente nulo. Para além das **relativas semilivres**, analisadas no capítulo 3, e das **relativas com infinitivo e com conjuntivo dependentes de verbos como *ter* e *haver***, analisadas no capítulo 4, ambas já mencionadas anteriormente de forma breve, analisarei ainda as **relativas transparentes**, no capítulo 5. Trata-se de um subtipo de orações relativas já descritas para o inglês, mas, tanto quanto sei, nunca mencionadas na literatura sobre o português.

3. Orações relativas de nome com antecedente elíptico ou orações relativas semilivres

3.1. Aspectos gerais

Neste capítulo, apresentarei uma análise de construções em que uma oração relativa está associada a um antecedente nominal elíptico, como as que ocorrem nos seguintes exemplos:

(66) a. Detesto cobras. **Uma** que vi no Jardim Zoológico a semana passada impressionou-me particularmente.

b. Estrearam três peças de teatro nesta sala de espectáculos em 2005. Vi apenas **a** que se baseia numa obra de Molière.

c. Dos vários actores premiados, **aquele** que recebeu a maior ovação é sem dúvida o responsável pela interpretação mais impressionante.

Das propriedades distintivas desta construção, interessa-me, neste momento, destacar duas:

(i) o antecedente nominal das orações relativas (sublinhadas) é elíptico e definido anaforicamente, isto é, é definido textualmente a partir de uma expressão anterior – *cobras*, em (66a), *peças de teatro*, em (66b), e *actores premiados*, em (66c); note-se que a expressão nominal relevante pode ser um nome simples, como em (66a), ou uma estrutural nominal mais complexa (com complementos ou modificadores), como em (66b-c);

(ii) a oração relativa não coincide superficialmente com um sintagma nominal (ao contrário do que acontece com as orações relativas livres); além da relativa, o sintagma nominal relevante integra um artigo, como em (66a-b), um demonstrativo, como em (66c), ou, como veremos adiante, uma expressão de tipo comparável, que é exterior à oração relativa.

Alguns autores defendem que as orações relativas do tipo das que ocorrem em (66) constituem uma subclasse autónoma, com propriedades especiais e únicas, e muitos classificam-nas como **orações relativas semilivres** (cf., por exemplo, Brucart 1999, para estruturas semelhantes do espanhol, ou Brito & Duarte 2003). A referida designação resulta, em parte, de os autores em causa assumirem que os determinantes (artigos ou

demonstrativos) que precedem a oração relativa fazem parte do antecedente desta; assim, a relativa tem uma parte do seu antecedente não realizada (a expressão nominal nuclear) e uma parte realizada (o determinante), donde a designação de **semilivres**. Recorde-se que as **relativas livres** são as que não têm qualquer elemento do seu antecedente realizado (e coincidem superficialmente com um sintagma nominal). A hipótese – que não é incontroversa – de tratar os determinantes como parte do antecedente das orações relativas restritivas será equacionada brevemente adiante, na secção 3.2.

Como é natural, a computação semântica dos enunciados do tipo de (66) requer que a informação elidida no antecedente seja recuperada (a partir do contexto discursivo precedente). Por outras palavras, as construções em apreço envolvem directamente questões de **elipse nominal** e de **retoma anafórica**, que são por vezes bastante complexas e que apenas poderei tratar superficialmente nesta dissertação. Repare-se, no entanto, na seguinte questão. Em (66a), temos um caso de elipse bastante simples, em que uma forma nominal realizada anteriormente – *cobras* – permite definir plenamente o conteúdo do antecedente da oração relativa. Veja-se que o segundo período de (66a) é equivalente à seguinte sequência, em que o antecedente nominal é realizado:

(67) Uma cobra que vi no Jardim Zoológico a semana passada impressionou-me particularmente.

Já em (66b), temos um caso mais complexo. A sequência que se segue, em que o antecedente nominal é realizado (repetindo uma expressão nominal precedente), não veicula exactamente o mesmo conteúdo que o segundo período de (66b):

(68) Vi apenas a peça de teatro que se baseia numa obra de Molière.

Com efeito, para veicular o mesmo conteúdo, a estrutura nominal *peça de teatro* tem de ser modificada por outros elementos, constantes do sintagma verbal do primeiro período de (66b):

(69) Vi apenas a peça de teatro *que foi estreada nesta sala de espectáculos em 2005* que se baseia numa obra de Molière.

Sobre estas questões, que têm a ver com diferentes graus de complexidade nos processos de retoma anafórica, nada mais acrescentarei nesta dissertação (cf., no entanto, os mecanismos de "reconstrução" de antecedentes apresentados em Kamp & Reyle 1993, que

permitem tratar formalmente as distinções em causa). As observações que fiz servem, no entanto, para mostrar que uma representação simplificada com coindexação entre estruturas nominais, como a seguinte, não dá conta de forma satisfatória dos processos de retoma anafórica envolvidos:

(70) Estrearam três [peças de teatro]$_i$ nesta sala de espectáculos em 2005. Vi apenas a []$_i$ que se baseia numa obra de Molière.

3.2. Sobre a designação "orações relativas semilivres"

Como disse anteriormente, a hipótese de o especificador que precede a oração relativa ser parte integrante do antecedente da oração relativa justifica a designação "semilivre" – tratar-se-ia de uma oração relativa com antecedente parcialmente nulo ("semilivre"), distinta das orações relativas com antecedente totalmente nulo ("livres"). Todavia, como se sabe, a hipótese de os determinantes fazerem parte do antecedente das orações relativas restritivas – que Brucart (1999), Brito & Duarte (2003) ou Citko (2004) assumem – está longe de ser incontroversa e consensual (ao contrário do que acontece com as orações relativas explicativas, cuja aplicação a sintagmas nominais é consensualmente aceite).

Das várias alternativas propostas para representar a posição estrutural das orações relativas restritivas, há essencialmente duas configurações que interessa considerar[14]:

(i) as relativas restritivas ocupam uma posição de adjunção a um sintagma nominal que as precede; nesta análise, a sequência *o rapaz que entrou*, por exemplo, envolve um sintagma nominal – *o rapaz* – e uma oração relativa restritiva que lhe está adjunta; as orações relativas restritivas e explicativas não se distinguem pois pela sua posição na hierarquia da frase;

(ii) as relativas restritivas ocupam uma posição de adjunção a uma categoria nominal de nível intermédio, composta pelo nome e eventuais complementos ou modificadores (mas excluindo os determinantes); nesta análise, a sequência *o rapaz que entrou*, por exemplo, envolve um nome – *rapaz* –, uma oração relativa

[14] Para além destas duas configurações estruturais, outras propostas têm surgido na literatura, mas todas elas levantam problemas de ordem diversa. Para um desenvolvimento destas questões, cf., por exemplo, Brito (1991) e Brito & Duarte (2003).

restritiva que lhe está adjunta e um determinante – *o* – que se aplica a toda a sequência *rapaz que entrou*; assim, as orações relativas restritivas e explicativas distinguem-se pela sua posição na hierarquia da frase, já que só as últimas são adjuntas ao sintagma nominal.

Existem argumentos a favor e contra cada uma destas análises. A favor da primeira, refere-se frequentemente a análise de estruturas que contêm construções recíprocas ou leituras grupais associadas a antecedentes coordenados (cf. Vergnaud 1974, *apud* Brito 1991 e Peres, no prelo):

(71) a. O rapaz e a rapariga <u>que se beijaram</u> são meus conhecidos.
b. O rapaz e a rapariga <u>que se reuniram</u> são meus conhecidos.

Como se pode ver, o pronome relativo *que* remete nestas frases necessariamente para ambos os elementos da coordenação, já que *beijar-se* ou *reunir-se* só se podem aplicar à entidade plural composta pelo rapaz e pela rapariga mencionados. Veja-se a impossibilidade de parafrasear *o rapaz e a rapariga que se beijaram* (ou *reuniram*) por *o rapaz que se beijou* (ou *reuniu*) *e a rapariga que se beijou* (ou *reuniu*), em contraste com a possibilidade de parafrasear *o rapaz e a rapariga que entraram*, por exemplo, por *o rapaz que entrou e a rapariga que entrou*. Ora, a coordenação em (71) estabelece-se numa estrutura que integra determinantes – *o rapaz e a rapariga*. Assim, a análise sintáctica destas frases parece favorecer a hipótese em que se considera que estes determinantes fazem parte do antecedente (cf. Brito 1991: 659), isto é, a hipótese (i) acima.

A segunda hipótese de análise é favorecida por outros factos sintáctico-semânticos. Em primeiro lugar, há a questão da composicionalidade do significado. É fácil demonstrar que as relativas restritivas modificam estruturas nominais não quantificadas ou determinadas, efectuando uma restrição da denotação nesse nível hierárquico; em termos de significado, os determinantes e quantificadores aplicam-se posteriormente às estruturas já modificadas. Em suma, do ponto de vista semântico, as orações relativas restritivas modificam o nome (juntamente com eventuais complementos e modificadores) que precede a relativa e não todo o sintagma nominal que a precede (cf. Partee 1975, Dowty, Peters & Wall 1981 ou Peres 1987, por exemplo). A citação seguinte integra esta análise:

> "O significado de **the** em **the fish** é analisado de modo a requerer que haja um e um só peixe. Mas, em **the fish which walks**, claramente não se pretende que haja

um e um só peixe (ou um único peixe identificável para o ouvinte no contexto da enunciação), mas meramente que haja um único indivíduo que seja simultaneamente um peixe e algo que passeia. Mas se **fish which walks** é um constituinte interpretado como denotando o conjunto das coisas que são simultaneamente peixes e coisas que passeiam, então o significado do **the** no sintagma total **the fish that walks** é exactamente o mesmo que o de **the** em todas as outras construções." (Dowty, Peters & Wall 1981, *apud* Peres 1987: 329-330)

Por outro lado, certos factos de elipse (ou interpretação anafórica de categorias vazias) parecem também favorecer a análise em causa, na perspectiva sintáctica. Veja-se o seguinte exemplo, apresentado em Brito (1991: 83):

(72) Eu gosto mais desta criança que tem cabelos escuros do que daquela [].

Numa interpretação, a categoria vazia que existe no final da frase remete apenas para o nome *criança*. Noutra, remete para toda a sequência *criança que tem cabelos escuros*. Ora, esta segunda interpretação parece favorecer a análise segundo a qual *criança que tem cabelos escuros* é um constituinte da frase, ou seja, a análise segundo a qual as relativas restritivas se aplicam a estruturas nominais não determinadas ou quantificadas – análise (ii) acima.

Em suma, estamos perante estruturas de análise discutível. Embora não pretenda avaliar a questão nesta dissertação, adoptarei, por conveniência, a análise descrita em (ii) acima, ou seja, considerarei que as relativas restritivas se aplicam a categorias nominais de nível intermédio, compostas por um nome e eventuais complementos ou modificadores, e que ocorrem, portanto, numa posição estrutural diferente da das relativas explicativas.

Interessa-me ainda realçar, neste ponto, que a designação "relativas semilivres" só parece justificar-se numa das análises, a saber, a análise (i) acima: é o facto de se considerar que o determinante faz parte do antecedente da oração relativa que leva à designação de semilivre (ou seja, oração com antecedente parcialmente realizado). Na hipótese de análise (ii), em que o antecedente é um constituinte totalmente elidido, tal designação parece ser imotivada. Tendo este facto em conta, à designação "relativas semilivres" prefiro uma designação mais neutra em relação à análise sintáctica postulada. Seguindo uma sugestão de Brucart (1999) – para uma das análises possíveis da construção em causa – adoptarei a designação **orações relativas com antecedente elíptico**, sem

prejuízo de que num ou noutro ponto do texto, por facilidade, retome a designação de **orações relativas semilivres** (como acontece por exemplo no título de várias das subsecções seguintes). Em alternativa ao epíteto "elíptico", poderei ainda usar "elidido" ou "subentendido" (por sugestão de Móia, c.p.).

3.3. A extensão da classe das orações relativas semilivres

Uma primeira questão que importa considerar é a da extensão da classe das chamadas "orações relativas semilivres". Em particular, interessa ponderar se esta classe só pode ser precedida por artigos e demonstrativos ou se o pode ser por outro tipo de expressões. Na literatura consultada, em particular Brucart (1999), Brito & Duarte (2003) e Citko (2004), não encontramos uma resposta clara a esta questão.

Brucart (1999) afirma que as orações relativas semilivres ("relativas semilibres", em espanhol) são orações relativas restritivas cujo antecedente é realizado por meio de um determinante, ocorrendo elisão do respectivo núcleo nominal. O autor não explicita quais os determinantes que podem ocorrer no que ele considera a posição de antecedente, mas apresenta exemplos com demonstrativos – (73b) – e artigos definidos – (73c) (cf. Brucart 1999: 446-447):

(73) a. Aquella mina de sal que visitamos en Polonia era espectacular.
b. **Aquella** que visitamos en Polonia era espectacular.
c. **La** que visitamos en Polonia era espectacular.

O autor põe ainda a hipótese de esta designação só ser relevante para os casos em que a oração relativa é precedida por artigos definidos, dadas as especificidades destas estruturas (que exploraremos adiante na secção 3.5).

Brito & Duarte (2003: 681-683) adoptam uma análise semelhante à de Brucart (1999), referindo que o antecedente da oração relativa é "apenas parcialmente nulo". Os exemplos das autoras – transcritos em (74) – integram também apenas artigos definidos e demonstrativos[15]:

[15] Brito & Duarte (2003) mencionam a designação "relativas semilivres" apenas no título da subsecção em que fazem a descrição das construções em causa, não voltando a referi-la no corpo do texto. Não fica totalmente claro no texto destas autoras qual a extensão da classe.

(74) a. Comprei **o / a / os / as** que mais apreciei.

b. Vi **aquele / aquela / aqueles / aquelas** que tinhas mencionado.

Quanto a Citko (2004), que estuda construções próximas destas no polaco, inclui no conjunto de expressões que podem preceder este tipo de orações, além dos demonstrativos e dos artigos definidos, os artigos indefinidos.

O que me interessa salientar neste ponto é que, como é fácil verificar, o tipo de elipse nominal que estamos a considerar não se cinge a estruturas com artigos (definidos e indefinidos) e demonstrativos. Com efeito, podemos encontrá-la igualmente em estruturas precedidas por diferentes tipos de quantificadores, modificadores (nomeadamente numerais ordinais ou adjectivos pré-nominais como *principal*) e expressões de classificação discutível como *tal*, *mesmo* ou *outro*; as orações em causa podem ainda ser precedidas por combinações destas expressões. Algumas destas possibilidades foram-me referidas por Móia (c.p.). Vejam-se diversos exemplos ilustrativos destas estruturas, que, tanto quanto sei, são geralmente ignoradas na literatura sobre orações relativas semilivres:

(75) a. Dos livros que me emprestaste, há **vários / muitos** que eu já tinha lido.

b. Os discursos foram muito maçadores. **O terceiro** que foi proferido foi especialmente desinteressante.

c. Referiram-se muitos feitos do governo. **O principal** que foi mencionado foi a redução do défice público.

d. Este rapaz é **o tal** de que te falei.

e. Um romance de que gostei bastante foi *O Idiota.* **Outro** que adorei foi *Os Irmãos Karamazóv*.

f. Obras sobre este assunto, só consultei **aquelas duas ou três** que tinhas mencionado.

Em suma, parece que o tipo de construção em causa – ou, pelo menos, construções muito próximas – pode ter uma extensão maior que aquela que é normalmente considerada na literatura.

3.4. (In)especificidade da elipse nominal nas orações relativas semilivres

Nesta secção, procurarei avaliar brevemente a questão da possível especificidade da elipse nominal nas orações relativas semilivres.

Comecemos por considerar a questão da elipse nominal numa perspectiva mais ampla. Segundo Matos (2003: 910ss.), a elipse nominal ocorre quando o núcleo do sintagma nominal, sozinho – cf. (76a) – ou com alguns dos seus complementos ou modificadores – cf. (76b-c) –, é omitido. Nos exemplos seguintes, o símbolo [] representa o vazio resultante da elisão e os constituintes em itálico permitem identificar a informação semântica elidida:

(76) a. Os *alunos* de Física e os [] de Matemática têm uma capacidade de raciocínio abstracto muito desenvolvida. (Matos 2004: 910)

b. As *propostas de reestruturação* dos cursos de licenciatura foram mais rapidamente aprovadas do que as [] dos cursos de pós-graduação. (*ibid.*)

c. Os *edifícios antigos* a serem recuperados são em número muito inferior aos [] a serem demolidos. (*ibid.*)

Os elementos nulos remetem para o contexto discursivo anterior, recuperando-se o seu valor semântico a partir dos constituintes em itálico. Estamos, portanto, perante situações de retoma anafórica através de elipse. Relativamente ao fenómeno de elipse nominal, Matos (2004: 913) conclui: "embora não tenham uma realização fonética, é possível atribuir-lhes [aos tipos de elipse mais frequentes] uma estrutura que não diverge essencialmente da das expressões linguísticas não-elípticas correspondentes". Por outras palavras, as frases de (76) são equivalentes àquelas que resultariam de substituir o elemento nulo pela estrutura nominal realizada relevante. Há, no entanto, como já verificámos, casos mais complexos. Vimos acima, mediante a análise do exemplo (66b) que, pelo menos nalgumas estruturas, a retoma anafórica envolve processos de "reconstrução" do antecedente. Sobre esta questão nada adiantarei aqui.

Matos (2003) salienta ainda que a legitimação da elipse nominal está dependente das categorias funcionais que encabeçam o sintagma nominal, nomeadamente determinantes ou quantificadores (como os destacados a negrito nos exemplos seguintes):

(77) a. As *crianças* estavam esfomeadas. **Umas** [] devoravam o pão com fiambre, **outras** [] devoravam o bolo de chocolate. (Matos 2003: 912)

b. Se no supermercado houver *maçãs* à venda, podes comprar-me **algumas** []? (*ibid.*)

Neste aspecto, o artigo definido é uma categoria funcional que exibe um comportamento distinto dos outros elementos funcionais. Em particular, o artigo definido não legitima isoladamente elipses nominais:

(78) *Entraram na sala cinco crianças. As [] cumprimentaram os presentes e sentaram-se à mesa. (Matos 2003: 912)

Em contraste, as estruturas com elipse nominal são legítimas, se o artigo definido co-ocorrer com outras categorias funcionais (*e.g.* quantificadores), como em (79a), ou se a estrutura nominal for acompanhada de complementos ou modificadores realizados, como em (79b-c):

(79) a. Entraram na sala cinco crianças. As cinco [] cumprimentaram os presentes e sentaram-se à mesa. (Matos 2003: 912)

b. A encomenda dos livros foi feita no mesmo dia que a [] das revistas. (*ibid.*)

c. Os livros velhos juntamente com os [] novos não cabem nesta estante. (*ibid.*)

Nesta linha de análise, a ocorrência de orações relativas restritivas surge igualmente como instância legitimadora de elipse nominal associada a artigos definidos:

(80) Os livros velhos juntamente com os [] que queria comprar não cabem nesta estante. (Matos 2003: 912)

Note-se que este exemplo contém uma oração relativa do tipo que está a ser analisado neste capítulo, ou seja, uma relativa que tem sido classificada na literatura como semilivre.

O que os exemplos que vimos até aqui parecem mostrar é que as orações relativas ditas semilivres podem ser equiparadas, sintáctica e semanticamente, a estruturas de modificação realizadas por meio de sintagmas adjectivais ou de sintagmas preposicionais (cf. (79c)). Aliás, tanto Brucart (1999) como Brito & Duarte (2003) referem de forma explícita a proximidade entre as construções relativas semilivres e as restantes instâncias

de modificação nominal. Por exemplo, Brito & Duarte (2003) admitem que as relativas semilivres envolvem ocorrências de elipse nominal e modificação semelhantes àquelas que estão associadas a modificadores preposicionais e adjectivais. Observe-se o seguinte paradigma (com exemplos semelhantes aos das autoras):

(81) Hesitei na escolha dos *brincos*.

a. ... Acabei por comprar os [] de prata.

b. ... Acabei por comprar os [] prateados.

c. ... Acabei por comprar os [] que são de prata.

Brucart (1999) também apresenta paradigmas semelhantes:

(82) a. Aquella mina de sal de Polonia era espectacular.

a′. Aquella de Polonia era espectacular.

b. Aquella mina de sal que visitamos en Polonia era espectacular.

b′. Aquella que visitamos en Polonia era espectacular.

b″. La que visitamos en Polonia era espectacular.

Em síntese, todos os dados apresentados até ao momento parecem mostrar que: (i) as chamadas orações relativas semilivres estão associadas a um antecedente nominal elidido (cujas propriedades são típicas da elipse nominal comum); (ii) essas orações têm uma estrutura em tudo semelhante à das relativas restritivas em que o antecedente é morfofonologicamente realizado. A questão que se coloca então é a seguinte: porquê considerar que as orações relativas ditas semilivres constituem uma subclasse autónoma? porque não considerar que estas estruturas são orações relativas restritivas comuns, com a particularidade de estarem a associadas a um fenómeno de elipse nominal, que lhes é extrínseco?

Os autores que defendem que as orações relativas em análise constituem um grupo distinto das outras orações relativas justificam a sua posição com o argumento de que estas orações têm propriedades gramaticais que – independentemente do fenómeno de elipse nominal – as distinguem quer das orações relativas restritivas com antecedente expresso quer das orações relativas livres (ou sem antecedente expresso). São essas propriedades que descreverei e analisarei na subsecção que se segue.

3.5. Sobre as (alegadas) propriedades distintivas das orações relativas semilivres

Tendo em conta Brucart (1999) e Citko (2004), as chamadas orações relativas semilivres apresentam as seguintes propriedades distintivas:

- fortes restrições à presença de constituintes relativos preposicionados, quando as orações relativas semilivres são precedidas por um artigo definido isolado (cf. Brucart 1999);
- [em estruturas do polaco] utilização dos morfemas relativos típicos das orações relativas livres, quando orações relativas superficialmente semelhantes às semilivres são precedidas de demonstrativos, artigos definidos, indefinidos ou quantificadores universais (cf. Citko 2004).

Em rigor, como se pode observar, trata-se de propriedades que se verificam apenas em subgrupos das orações em causa.

3.5.1. Restrições à ocorrência de constituintes relativos preposicionados

Brucart (1999) menciona a impossibilidade de, em espanhol, os artigos definidos – ao contrário dos pronomes demonstrativos – estarem adjacentes a complementos ou modificadores introduzidos por preposição, salvo se a preposição em causa for *de*. Vejam-se os seguintes contrastes, apresentados em Brucart (1999: 446-447):

(83) a. Aquella <u>de galerías concéntricas</u> era espectacular.
b. La <u>de galerías concéntricas</u> era espectacular.

(84) a. Aquella <u>con galerías concéntricas</u> era espectacular.
b. * La <u>con galerías concéntricas</u> era espectacular.[16]

Nestes exemplos, encontramos modificadores não oracionais (sublinhados). Quando os modificadores em causa são oracionais – isto é, orações relativas restritivas – não é possível, segundo Brucart (1999), a presença de qualquer preposição (nem mesmo *de*) entre o artigo definido que precede o antecedente nominal elidido e o pronome relativo (Brucart 1999: 448):

[16] Como veremos adiante, a ocorrência de modificadores preposicionais introduzidos por *com* neste tipo de contexto é gramatical no português contemporâneo.

(85) a. Aquella de (la) que te hablé era espectacular.

b. *La de (la) que te hablé era espectacular.

Como é fácil verificar, e veremos com mais pormenor adiante, esta restrição não se verifica para estruturas paralelas do português, onde constituintes relativos com a forma *de que* podem encabeçar orações relativas precedidas por artigos definidos. Assim, a contrapartida de (85b) em português é uma sequência gramatical:

(86) A de que te falei era espectacular.

Adicionalmente, pesquisa em *corpora* – nomeadamente o que está disponível em http://www.corpusdelespanol.org/ – mostra que estruturas equivalentes a estas também ocorrem no espanhol, pelo menos em registos mais antigos da língua:

(87) "Se dispone que las que se expidan por el Subsecretario, y visadas por el Ministro de la Guerra, tienen el mismo valor que **las de que** se habla en el artículo 45 de la Instrucción de 10 de Febrero de 1850". (*Manual de clases pasivas, civiles y militares : según la legislación y jurisprudencia aplicables para la declaración de derechos*, séc. XIX – *Corpus del Español* Davies-Ferreira)

(88) "(...) Sólo caballerías muy acostumbradas, como **las de que** se servían nuestros expedicionarios (...)" (Juan Valera, *Las ilusiones del doctor Faustino*, séc. XIX – *Corpus del Español* Davies-Ferreira)

Em suma, as orações relativas semilivres do espanhol precedidas de artigos definidos não podem envolver constituintes relativos com preposição (de todo, segundo Brucart, ou a não ser em casos especiais, se tivermos em conta os dados de *corpora* acima apresentados). Desta restrição resulta uma forte limitação ao tipo de pronomes relativos que pode ocorrer neste subtipo de orações: *quien* e *el cual* não podem ocorrer, visto que (tal como acontece em português com *quem* e *o qual*) os únicos contextos em que surgem numa relativa restritiva são precisamente aqueles em que está presente uma preposição no constituinte relativo (cf. **o rapaz quem vi* vs. *o rapaz com quem falei*; **o rapaz o qual vi* vs. *o rapaz com o qual falei*). Além disso, também não podem ocorrer pronomes que tenham o estatuto de pró-SP, como *cuyo, cuando* e *como*.

Tendo em conta a especificidade do comportamento das orações relativas semilivres encabeçadas por artigos definidos no que concerne à incompatibilidade com constituintes

relativos preposicionais, Brucart (1999) salienta que, para alguns autores, estas últimas são as únicas orações relativas que deveriam ser denominadas semilivres.

Brucart (1999) discute ainda duas hipóteses de análise para as orações relativas semilivres: (i) a hipótese de que há elipse nominal e o antecedente da oração relativa é o núcleo nominal elidido; (ii) a hipótese de que não há elipse nominal e o antecedente da oração relativa é o próprio elemento especificador (isto é, o determinante), que funciona assim como um verdadeiro "pró-nome". Como vimos atrás, a hipótese (i), que aqui defendo, favorece a designação (aliás proposta por Brucart) de "orações relativas com antecedente elíptico". Além dos factos sobre retoma anafórica que já foram apresentados anteriormente, alguns outros factos linguísticos favorecem a rejeição da hipótese (ii). Note-se, em particular, que esta hipótese não permite tratar de modo uniforme as relativas com antecedente elíptico que são precedidas por artigo definido e as que são precedidas por outros especificadores, o que parece indesejável. Com efeito, pelo menos nos casos em que a relativa é precedida por um demonstrativo, podemos facilmente utilizar, em português, pronomes como *quem* e *onde*, que estão associados a traços semânticos marcados: [+ Humano] e [+ Locativo], respectivamente[17]. Veja-se:

(89) a. De todos os colegas de faculdade, o João recorda com especial saudade **aquele** <u>com **quem** estudava Álgebra</u>.

b. O João gostou da maioria das cidades que visitou, mas diz, muitas vezes, ter detestado **aquela** <u>**onde** adquiriu um quadro autêntico de Rothko</u>.

Ora, se aplicarmos a hipótese (ii) a estas estruturas, considerando que o especificador (neste caso, o demonstrativo) é um pró-nome, teríamos de assumir – de forma que parece algo imotivada – que um demonstrativo, só por si (sem estar ligado a nenhum tipo de nome), pode ter os traços semânticos em causa.

Consideremos agora de forma mais pormenorizada a questão das restrições à presença de preposições nos constituintes relativos das orações que estamos a estudar. Em primeiro lugar, recorde-se que o impedimento absoluto à presença de preposição, que Brucart (1999) alega existir para o espanhol, não se verifica no português. Peres & Móia (1995) mostram que, nas orações relativas com antecedente elíptico precedidas por artigo

[17] Na secção 3.7.1, retomarei a questão da ocorrência de pronomes relativos diferentes de *que* nas orações relativas com antecedente elíptico.

definido, pode ocorrer com plena gramaticalidade a preposição *de* e são marginais ou agramaticais outras preposições, como *por* ou *em*. Vejam-se alguns exemplos dos autores (Peres & Móia 1995: 294):

(90) a. Das cidades que visitei, a de que mais gostei foi Veneza.
b. *Das cidades que visitei, a por que realmente me apaixonei foi Veneza.
c. *Das cidades que visitei, a em que passei mais tempo foi Veneza.

A simples substituição do artigo definido por um demonstrativo é a estratégia mais frequente para evitar a estranheza de (90b-c). Por outro lado, artigos definidos e demonstrativos estão em variação livre em estruturas do tipo de (90a) (embora os autores admitam que, por razões fónicas, a estrutura com demonstrativo possa ser preferida).

(91) a. Das cidades que visitei, aquela de que mais gostei foi Veneza.
b. Das cidades que visitei, aquela por que realmente me apaixonei foi Veneza.
c. Das cidades que visitei, aquela em que passei mais tempo foi Veneza.

Em suma, parece ser um facto que existem restrições ao movimento relativo de constituintes preposicionados nas estruturas que são precedidas por um artigo definido. Todavia, como mostra Brucart (1999), para o espanhol (cf. (84) acima), e veremos adiante com mais pormenor para o português, as restrições em causa não são específicas das orações relativas. Com efeito, verificam-se restrições à contiguidade entre artigos e preposições também nos casos de modificadores (ou complementos) não oracionais:

(92) a. Dos livros que li, o de Saramago foi o meu favorito.
b. ??Dos livros que li, o sobre animais extintos foi o meu favorito.
c. ??Dos livros que li, o em francês foi o meu favorito.

Parece, pois, que se trata de um fenómeno mais lato, discutivelmente de natureza (eu)fónica e não estrutural. Assim, permanece a questão original: qual a justificação para se considerar que as orações relativas com antecedente elíptico são uma subcategoria à parte de orações relativas?

3.5.2. Utilização dos morfemas relativos típicos das orações relativas livres

Citko (2004) estuda construções semelhantes às relativas semilivres do português e do espanhol no polaco e conclui que nesta língua existem dois tipos de construção estruturalmente distintos: um que denomina "orações relativas de núcleo leve" (*light-headed relatives*, no original inglês) e outro que designa "orações relativas com antecedente disfarçado" (*headed relatives in disguise,* no original inglês). Consideremos cada um deles separadamente.

As "orações relativas de núcleo leve" são um subtipo de orações relativas sem antecedente realizado que ocorre no polaco e se distingue das orações semilivres do português e do espanhol por duas propriedades especialmente relevantes:

(i) existência de afinidades morfológicas entre os especificadores que precedem a oração relativa e os pronomes relativos que nela ocorrem;
(ii) uso do mesmo leque de pronomes relativos que as orações relativas livres.

Estas orações são consideradas uma verdadeira classe à parte, tal como as relativas livres. Segundo a análise que autora faz delas, ocorrem em construções que não envolvem elipse nominal.

Comecemos pela primeira propriedade referida acima. As frases seguintes – de Citko (2004: 98; traduções minhas a partir do inglês) – ilustram a ocorrência de orações relativas de núcleo leve em polaco, precedidas de demonstrativos – (93) –, de indefinidos – (94) – e de universais – (95):

(93) a. Jan zobaczył **tego**, <u>kogo</u> Maria zobaczyła.
"João viu aquele que Maria viu"
'O João viu **aquele** <u>que</u> a Maria viu.'
b. Jan czyta **to**, <u>co</u> Maria czyta.
"João lê este que Maria lê"
'O João lê **este** <u>que</u> a Maria lê.'

(94) a. Zjawi się **ktoś**, <u>kto</u> ci może pomóc.
"aparecerá a-ti alguém que tu podes ajudar"
'Aparecer-te-á **alguém** <u>que</u> tu podes ajudar.'
b. Dam ci **coś**, <u>co</u> ci pomoże.
"darei a-ti algo que a-ti ajudará"

'Dar-te-ei **algo** que te ajudará.'

(95) a. **Wszystko**, co mogło się zdarzyć się zdarzyło.

"tudo que poderia a-ti acontecer a-ti aconteceu"

'**Tudo** o que poderia acontecer-te aconteceu-te.'

b. Pojadę **wszędzie**, gdzie rosną magnolie.

"irei todos-os-sítios onde crescem magnólias"

'Irei a **todos os sítios** onde crescem magnólias.'[18]

Como se pode observar, existem semelhanças morfológicas entre os especificadores (a negrito) e os pronomes relativos (sublinhados), salientadas no seguinte quadro:

ESPECIFICADORES	PRONOMES RELATIVOS
te**go**	ko**go**
t**o**	c**o**
ktoś	**kto**
coś	**co**
wszyst**ko**	**co**
wszę**dzie**	g**dzie**

Quadro 1. Correspondências entre especificadores e pronomes relativos (em orações relativas de núcleo leve) no polaco

Estas semelhanças são o argumento principal em que Citko (2004) se baseia para defender que as orações relativas em causa são uma subcategoria pertinente, motivada sintacticamente.

Vejamos agora a segunda propriedade acima referida, através da observação do seguinte par de estruturas (apresentadas em Citko 2004: 103), a primeira com verdadeiras orações relativas livres e a segunda com orações relativas do subtipo em análise:

(96) a. Jan śpiewa co / gdzie / kiedy / jak Maria śpiewa.

"João canta o-que / onde / quando / como Maria canta"

'O João canta **o que / onde / quando / como** a Maria canta.'

b. Jan śpiewa **to** co / **tam** gdzie / **wtedy** kiedy / **tak** jak Maria śpiewa.

[18] É de salientar que, dos dados apresentados em (93) a (95), apenas as frases em (93) coincidem superficialmente com as orações classificadas como relativas semilivres por Brucart (1999) e por Brito & Duarte (2003). O polaco parece, assim, exibir diferenças estruturais assinaláveis relativamente ao português, o que dificulta a avaliação da relevância das conclusões da autora para a discussão desta matéria na nossa língua.

"João canta aquele que / aquele onde / aquele quando / aquele como Maria canta"
'O João canta aquele que / naquele (lugar) onde / naquela (altura) em que / ?daquele (modo) como a Maria canta.'

As relativas não livres – em (96b) – distinguem-se pelo facto de serem precedidas por um especificador, no caso os pronomes demonstrativos *to*, *tam*, *wtedy* e *tak*. Como se pode ver, os pronomes relativos são idênticos nas duas estruturas – *co*, *gdzie*, *kiedy*, *jak*. Este facto contrasta com o que acontece em português, onde, como se sabe, os pronomes que ocorrem nas relativas livres e nas relativas semilivres não são os mesmos (por exemplo, *o que* – como unidade – ocorre nas primeiras, mas não ocorre nas segundas; cf. secção 3.6 adiante). O português não parece pois exibir estruturas relativas com as características distintivas das orações relativas de núcleo leve, as quais são consideradas no polaco – possivelmente de forma justificada – como uma classe à parte, quer das relativas livres quer das relativas com antecedente expresso[19].

Analisemos agora o segundo subtipo de oração relativa sem antecedente nominal realizado do polaco, identificado por Citko (2004): "as orações relativas com antecedente disfarçado". Trata-se, na realidade, de orações que a autora caracteriza em moldes muito semelhantes aos das relativas semilivres do espanhol e do português, nas descrições de Brucart (1999) e Brito & Duarte (2003). Este segundo subtipo distingue-se pelas seguintes propriedades:

(i) utilização de um pronome relativo típico das orações relativas com antecedente expresso (*który*);
(ii) possibilidade de serem precedidas apenas por demonstrativos (que podem co-ocorrer com núcleos nominais realizados – cf. (97b)):

(97) a. **Ten**, <u>który</u> skończy pierwszy, dostanie nagrodę.
"este que acaba primeiro ganhará prémio"
'**Aquele** <u>que</u> acabar primeiro ganhará o prémio.' (Citko 2004: 108)

[19] A frase reproduzida em (95a) poderá constituir uma excepção à generalização formulada. Repare-se que: (i) o elemento *tudo* é seguido de *o que*, morfema introdutor típico das orações relativas livres (cf. **tudo que poderia acontecer-te aconteceu-te*); (ii) o elemento *tudo* não está associado a qualquer fenómeno de elipse nominal, uma vez que actua como um verdadeiro pró-nome (cf. **tudo o azar que poderia acontecer-te aconteceu-te*). Deixo em aberto a possibilidade de estas orações, que não são do tipo discutido neste capítulo, constituírem um subgrupo distinto de orações relativas no português.

b. **Ten** człowiek, który skonczy pierwszy, dostanie nagrodę.
"este homem que acaba primeiro ganhará prémio"
'**Aquele** homem que acabar primeiro ganhará o prémio.' (*idem*: 109)

Nas estruturas do tipo de (97a), tal como acontece nas estruturas com orações relativas semilivres do português, os demonstrativos exibem marcas de concordância em género e número com o núcleo nominal (elidido). Aliás, estas marcas estão presentes independentemente de o nome ser realizado – como em (97b) – ou não – como em (97a). Citko (2004) defende que as marcas de concordância morfológica apresentadas pelos demonstrativos são responsáveis pela legitimação do antecedente elidido, que a autora assume existir nestas construções, mas não nas orações relativas de núcleo leve que vimos anteriormente. Assim, a autora considera que as orações relativas do tipo de (97a) são precedidas por um especificador e um núcleo nominal vazio ou, por outras palavras, que se trata de verdadeiras "orações relativas com antecedente elíptico", tal como Brucart (1999) propõe para as orações relativas semilivres do espanhol (numa das análises possíveis).

Repare-se ainda que, na construção exemplificada em (97), a realização do núcleo nominal antecedente é opcional. Este facto e a ocorrência do pronome relativo *który* distinguem estas construções das orações relativas livres e das orações relativas de núcleo leve.

Sem pretender entrar nas especificidades da língua polaca, onde talvez se justifique que orações do tipo de (93)-(95) e (96b) constituam uma classe de orações relativas à parte, o que há a salientar é que, pelo que vimos até aqui, as orações relativas com antecedente elíptico do português não parecem exibir propriedades especiais que justifiquem tratá-las numa categoria distinta. Assim sendo, proporei, na secção 3.7 – com alguns argumentos adicionais – que se justifica uma análise das orações relativas com antecedente elíptico e das orações relativas com antecedente expresso como membros da mesma (sub)categoria de orações.

Antes de fazer essa justificação, discutirei brevemente, na secção seguinte, um aspecto que por vezes origina confusão de análise e classificação em certas estruturas do português.

3.6. A sequência *o que* em orações relativas livres e semilivres do português

A sequência *o que* pode ocorrer em frases com orações relativas livres (ou sem antecedente expresso) – cf. (98a) – e em frases com orações relativas semilivres (ou com antecedente elíptico) – cf. (98b):

(98) a. Aproveitei a minha deslocação a Londres para comprar **o que** me pediste.
b. Observei todos os livros expostos. Comprei **o que** me recomendaste.

A análise da sequência *o que* é discutível. Brito & Duarte (2003: 683) sugerem que se trata sempre da mesma sequência, mas pode haver um processo de reanálise que faz com que os dois elementos *o* e *que* se fundam num único constituinte complexo (contínuo): [o] [que] → [o que]$_{SN.}$ É supostamente isso que acontece na estrutura com relativa livre, mas não na estrutura com oração relativa semilivre.

Móia (1992), por outro lado, distingue as duas ocorrências de *o que*. Nas relativas livres, esta sequência é um constituinte único. Apesar de a sequência *o que* poder ser substituída por *aquilo que*, em frases como (98a), tal substituição não é possível nas orações com constituintes relativos preposicionados:

(99) a. Aproveitei a minha deslocação a Londres para comprar **o que** me pediste.
b. Aproveitei a minha deslocação a Londres para comprar **aquilo que** me pediste.

(100) a. *Aproveitei a minha deslocação a Londres para comprar **o de que** me falaste.
b. Aproveitei a minha deslocação a Londres para comprar **aquilo de que** me falaste.

Nos casos de orações relativas livres que admitem constituintes preposicionados, o elemento *o* ocorre depois da preposição, o que indica que é parte integrante da oração relativa. Os pares que se seguem mostram o comportamento distinto de *o* e *aquilo*:

(101) a. **Do que** a Ana gosta é de chocolate.
b. ***O de que** a Ana gosta é de chocolate.

(102) a. ***Daquilo que** a Ana gosta é de chocolate.
b. **Aquilo de que** a Ana gosta é de chocolate.

Esta sequência *o que* – que é uma unidade – não se deve confundir com a que ocorre associada a elipse nominal, isto é, nas chamadas orações relativas semilivres. Aí o elemento *o* funciona como um verdadeiro artigo definido e é exterior à relativa (precedendo o elemento nominal elidido). O facto de preceder as preposições que ocorrem no constituinte relativo mostra que este elemento é exterior à relativa:

(103) a. Observei todos os livros expostos. Comprei **o** [**que** me recomendaste].
b. Observei todos os livros expostos. Comprei **o** [**de que** me falaste].

Adicionalmente, verifica-se que este elemento é variável em género e número (o que não acontece com o elemento *o* que integra o pronome relativo complexo *o que*, que é invariável):

(104) a. Observei todos os livros expostos. Comprei **o / os** [**que** me recomendaste].
b. Observei todas as revistas expostas. Comprei **a / as** [**que** me recomendaste].

Em conclusão: a sequência *o que* em construções com orações relativas ditas semilivres é uma sequência composta por um artigo definido, passível de variação em género e número, e pelo pronome relativo *que*; a sequência *o que* em construções com orações relativas livres é uma unidade. Assim, a aparente proximidade entre relativas livres e semilivres indiciada por uma análise superficial de frases como (98) pode ser considerada uma mera coincidência sem grande significado estrutural (ainda que possa haver uma origem histórica comum).

3.7. Para uma análise uniforme das orações relativas com antecedente elíptico e das orações relativas com antecedente expresso

Tendo em conta a descrição feita nas secções precedentes, a única característica que parece diferenciar as orações relativas que temos vindo a analisar das orações relativas com antecedente expresso é o facto – extrínseco à oração relativa propriamente dita – de o seu antecedente ser um elemento elíptico. Note-se, aliás, que geralmente é possível construir pares de estruturas equivalentes, com o nome elidido e com o nome não elidido:

(105) a. Dos vários actores, o que recebeu a maior ovação é o meu favorito.

b. Dos vários actores, o *actor* que recebeu a maior ovação é o meu favorito.

Nos outros aspectos, estas orações têm comportamento semelhante, nomeadamente:

(i) usam os mesmos pronomes relativos; por exemplo, *cujo*, *onde*, *quem*, *o qual*, *como*, *quando* (além de *que*) também podem introduzir orações relativas com antecedente elíptico, como veremos;

(ii) não diferem verdadeiramente no que respeita à possibilidade de integrarem constituintes relativos preposicionados; as restrições especiais que se verificam quando as orações relativas com antecedente elíptico são precedidas de artigos definidos não são exclusivas delas, mas antes propriedades que afectam a generalidade dos complementos e modificadores de nome;

(iii) podem ambas ter valor restritivo e valor explicativo; de facto, as orações relativas com antecedente elíptico não são necessariamente restritivas, podendo igualmente assumir um valor explicativo – aspecto que, tanto quanto sei, não tem sido referido na literatura.

Vejamos cada um dos três aspectos salientados acima com mais pormenor.

3.7.1. Ocorrência de pronomes relativos diferentes de que em orações relativas com antecedente elíptico

Os pronomes relativos que ocorrem tipicamente em orações relativas restritivas com antecedente expresso são *que*, *cujo* e *onde*; *quem* e *o qual* ocorrem também, desde que precedidos de preposição; *como* e *quando* podem ocorrer em casos especiais (cf. Móia 2001). Ora, todos estes pronomes podem ocorrer em orações relativas com antecedente elíptico, como mostram os dados a seguir. Estes dados foram extraídos dos *corpora* CETEMPúblico e Natura/Público (NP) e – para os casos particulares de *como* e *quando* – construídos por mim. Os exemplos envolvem diferentes tipos de especificadores ou modificadores (a negrito) - demonstrativos, artigos, numerais cardinais ou ordinais – a preceder as orações relativas em causa (sublinhadas) –, ilustrando a diversidade de estruturas pré-oração relativa a que já anteriormente fiz referência. Note-se ainda que os pronomes relativos são sensíveis à informação semântica associada aos constituintes

nominais elididos, antecedentes da oração relativa – por exemplo: valor [+ Locativo] associado a *onde*, valor [+ Humano] associado a *quem*.

– **pronome *que*:**

(106) "Esta opinião é difícil de contrariar em Washington, onde mais de uma dezena de funcionários da Administração e do Congresso, mesmo entre **os** que se opõem à guerra no Golfo, manteve uma surpreendente unanimidade a respeito de Powell." (NP, par 2234)

(107) "De início, o pedido dizia respeito a todos os painéis, mas, a conselho de Portugal, os organizadores da exposição acabaram por se decidir a levar apenas um, **aquele** que se diz representar o Infante D. Henrique." (NP, par 12395)

(108) "Nos quatro andares ocupados pela equipa de Couto dos Santos e respectivos secretários de Estado juntam-se agora elementos vindos de fora e **alguns** que fizeram parte dos anteriores gabinetes ministeriais." (NP, par 35058)

(109) "Capucho já não tem febre e no domingo participou no treino da tarde, **o segundo** que o grupo efectuou em França." (NP, par 76699)

– **pronome *cujo*:**

(110) "Há promessas eleitorais de todos os tipos: **as** cujo incumprimento se pressente de imediato, as que (...) imaginamos que se irão cumprir em parte e as que acreditamos serem uma bandeira, um inquestionável «ex-libris» de um determinado partido." (CETEMPúblico, Ext 1518261 (opi, 96b))

(111) "Se Ricardo é indiscutível e Valdo tem dado mostras da sua classe, ainda que de forma espaçada, Geraldão será, normalmente, o homem dispensado. Foi o mais barato, o que teve mais lesões e ainda **aquele** cujo rendimento foi menos convincente." (CETEMPúblico, Ext 575960 (des, 92a))

(112) "No conjunto dos cinco papéis mais negociados, não houve **nenhum** cujas transacções envolvessem menos de cem mil títulos." (CETEMPúblico, Ext 223814 (eco, 95b))

(113) "E daí a importância de uma estrutura pioneira em Portugal (...): a Associação Juvenil de Diabéticos Dona Estefânia (Ajude), **a primeira** cujo

trabalho será dedicado especialmente aos jovens e seus familiares e que será, diz Amílcar Mota «uma organização cívica, por oposição a clínica».” (CETEMPúblico, Ext 110121 (soc, 96a))

– **pronome *onde***:

(114) “É a tenda dos jogadores, o espaço reservado ao descanso dos artistas. Não que lá dentro haja alguma coisa de especial. (...) Mas é o espaço dos jogadores, **aquele** onde podem estar à vontade, descansar e abstrair do stress dos jogos.” (NP, par 73110)

(115) “Tenho agora um estúdio em casa melhor do que **alguns** onde gravei.” (CETEMPúblico, Ext 193953 (clt, 95a))

(116) “Localizada em pleno Parque Natural da Arrábida (...), e por isso em área protegida, a cimenteira é um dos quatro locais que o Governo tem em carteira para seleccionar **os dois** onde será feita à co-incineração de resíduos industriais perigosos.” (CETEMPúblico, Ext 565692 (soc, 98b))

– **pronome *quem***:

(117) “Ora, como toda a gente sabe, não raras vezes os pais têm filhos predilectos. São **aqueles** com quem mais se identificam, **aqueles** de quem mais esperam.” (CETEMPúblico, Ext 271332 (eco, 95a))

(118) “Num comportamento provocatório, [os pides] separaram das minhas estantes algumas dezenas de livros que, na maioria, eram vendidos livremente em qualquer livraria, mas, pelo facto de estarem com dedicatórias dos autores, **alguns** de quem não gostavam, preparavam-se para os levar.” (CETEMPúblico, Ext 1103583 (nd, 94a))

(119) “Mas o aparato era digno de ser visto: nove polícias à paisana, mais **os dois** com quem falei primeiro (...). (CETEMPúblico, Ext 489225 (pol, 92a))

– **pronome *o qual***:

(120) “Até agora dois cineastas tinham recebido o prémio: Emir Kusturica (de quem o novo filme, «American Dreamers», em fase de conclusão, será **aquele** do qual mais se lamenta a ausência em Cannes) e Martin Scorsese,

pelo seu empenho na preservação dos filmes com as cores originais." (CETEMPúblico, Ext 1490422 (clt, 92a))

– **pronome *como***:

(121) O modo como a Ana agiu e **aquele** como eu esperava que ela agisse não são coincidentes.

– **pronome *quando***:

(122) O prazo até quando podemos entregar as candidaturas e **aquele** até quando podemos reclamar serão tornados públicos em breve.

Verificamos, pois, que os constituintes relativos que introduzem orações relativas com antecedente elíptico são os mesmos que surgem em orações relativas restritivas com antecedente expresso. Salvaguardam-se possíveis restrições – eventualmente devido a razões eufónicas – nos casos em que as orações são precedidas por artigos definidos isolados e pronomes diferentes de *que*:

(123) a. o livro que eu li e o que tu leste
b. ??o livro cujo autor foi premiado este ano e o cujo autor foi premiado em 1985
c. ??a cidade onde eu estou e a onde tu estás
d. ??o rapaz a quem eu falei e o a quem tu falaste
e. ??o rapaz com o qual eu falei e o com o qual tu falaste
f. ??o modo como eu agi o como tu agiste
g. ??o prazo até quando podemos entregar as candidaturas e o até quando podemos reclamar

Em todo o caso, parece que não estamos perante uma restrição absoluta, uma incompatibilidade estrutural, mas apenas perante construções que os falantes tendem a evitar na língua actual (por razões estilísticas, eufónicas ou outras). Veja-se o excerto (110) acima, que contém uma estrutura semelhante a (123b) (embora seja a única atestação nos *corpora* referidos). Vejam-se ainda os exemplos abaixo, retirados do *corpus* do Português Davies-Ferreira, que mostram que a construção em causa era usada em fases antigas do português (pelo menos em registos escritos). Os exemplos envolvem os pronomes *onde* e *cujo*:

(124) "e havendo perto de corenta dias que estou neste governo me acho sem nenhum arros, muito pouca polvora, poucos soldados, nenhuma cavalaria, e as ilhas de Salcete e Bardes que são **as** por onde entrão os mouros digo por onde entrarão os mouros o anno passado, sem fortificação nenhuma" (*Diário do Conde de Sarzedas*, séc. XVII – *Corpus* do Português Davies-Ferreira)

(125) "M. Quais são as suas letras iniciais? D. São Pas. M. Porque? D. Porque são **as** por onde principia, e ficam antes da figurativa." (Jerónimo Contador de Argote, *Regras da Língua Portugueza*, séc.XVIII - *Corpus* do Português Davies-Ferreira)

(126) "'Menos inconveniente é que S. A. vá ao Inferno, que ceder em tal matéria.' Esta é a nossa fé, este o amor do príncipe, e estes **os** de cujas almas e ditames ele se serve, sendo tão diferentes os seus e a sua." (Pe. António Vieira, *Cartas*, séc. XVII - *Corpus* do Português Davies-Ferreira)

Em suma, não parecem existir diferenças entre a ocorrência de pronomes relativos em orações com antecedente elíptico e em orações com antecedente expresso, salvaguardadas as possíveis restrições em estruturas que envolvem o artigo definido simples.

3.7.2. Ocorrência de constituintes relativos preposicionados em orações relativas com antecedente elíptico

As orações relativas com antecedente elíptico precedidas de artigo definido apresentam ainda outra propriedade particular, a que já fizemos referência anteriormente: dificilmente aceitam constituintes relativos preposicionados com preposições diferentes de *de* – cf. (90) acima. Todavia, como também foi dito anteriormente, esta restrição não afecta só os modificadores oracionais (isto é, as orações relativas restritivas), mas afecta também – em maior ou menor grau – todos os modificadores (e complementos), mesmo os não oracionais – cf. (92) acima:

(127) a. *Das várias cidades que visitei, a em que me senti melhor foi Paris.

b. *Dos vários poemas que li, o em francês foi o meu favorito.

De modo a substanciar esta afirmação, fiz uma pequena pesquisa no *corpus* CETEMPúblico, cujos resultados estão apresentados no Quadro 2 (em número total de registos). Na primeira coluna são consideradas as ocorrências de modificadores não oracionais (preposicionados) – e.g. *de madeira*, *com capa amarela*; na segunda coluna, são consideradas as ocorrências de modificadores oracionais (isto é, orações relativas) – e.g. *de que eu gosto, com que eu falei*. Todos os casos envolvem um artigo definido isolado a preceder um antecedente nominal elíptico. Considerei dez preposições, para efeitos ilustrativos: *a*, *com*, *contra*, *de*, *em*, *entre*, *para*, *por*, *sem* e *sobre*.

Preposição (após o artigo definido)	Modificador não oracional	Modificador oracional (oração relativa)
A	14	1
COM	82	3
CONTRA	2	0
DE[20]	> 15000	≅ 42
EM	21	5
ENTRE	1	0
PARA	8	0
POR	4	0
SEM	5	0
SOBRE	6	0

Quadro 2. Co-ocorrência de artigos definidos (precedendo nomes elididos) com modificadores iniciados por preposicão no corpus CETEMPúblico

Seguem-se exemplos ilustrativos dos catorze tipos de ocorrências de que há registo (células não sombreadas):

– **modificadores não oracionais**:

(128) "Até porque em Outubro começaram a ser vendidas as versões turbodiesel, ainda mais baratas do que **as <u>a</u>** <u>gasolina</u>, isto é, propostas a um verdadeiro preço-canhão." (CETEMPúblico, Ext 1033528 (des, 93b))

[20] Dado o elevado número de ocorrências encontradas, indico valores aproximados, salvaguardando pontuais lapsos de análise.

(129) "Os aumentos abrangem a gasolina sem chumbo, **a com** chumbo e o gasóleo, sendo os mais elevados em relação às gasolinas . (CETEMPúblico, Ext 1525843 (nd, 96a))

(130) "As medidas de segurança contra o terrorismo são «demasiado perfeccionistas e beneficiam de uma prioridade muito maior que **as contra** o incêndio», refere o relatório." (CETEMPúblico, Ext 1304476 (soc, 97a))

(131) "«O leque de actividades possíveis não inclui **as de** carácter religioso», explicou na ocasião ao Público Maria Ricardo Covões, da administração do Coliseu (...)." (CETEMPúblico, Ext 2598 (soc, 97b))

(132) "Toda a gente fala de paz, mas, se tivermos paz, não será como **a entre** Portugal e Espanha." (CETEMPúblico, Ext 1124585 (pol, 93b))

(133) "Os padrões de consumo acentuaram a desigualdade entre os países desenvolvidos e industrializados e **os em** desenvolvimento – os pobres –, que consomem cada vez menos por incapacidade financeira e inexistência de recursos." (CETEMPúblico, Ext Ext 544177 (soc, 98b))

(134) "Tanto o estudo para o lagarto-da- água (Lacerda Schreiberi) como **o para** a lagartixa-da-montanha (Lacerda Monticola) merecem a mesma verba, de seis mil contos." (CETEMPúblico, Ext 479643 (soc, 94b))

(135) "Desde meados da década passada que a MTV (...) entrou nos hábitos norte-americanos, expandiu-se para a Europa e o resto do mundo, ao mesmo tempo que as estações convencionais, e sobretudo **as por** satélite ou por cabo, multiplicavam os programas musicais." (CETEMPúblico, Ext 1540349 (clt, 92b))

(136) "No centro da cidade de Amarante, a gasolina super está actualmente a 15300, **a sem** chumbo de 95 octanas a 14700, a de 98 octanas a 15400 e o gasóleo a 10100." (CETEMPúblico, Ext 574673 (eco, 96b))

(137) "Os trabalhos avançaram agora a nível distrital, sendo que **os sobre** Saúde e Segurança Social serão organizados em conjunto." (CETEMPúblico, Ext 511285 (pol, 95b))

– **modificadores oracionais**:

• introduzidos por *a* [1 ocorrência]

(138) "Mas também nunca pensei (...) que vinte anos mais tarde, vinte anos de democracia mais tarde, ainda fosse possível aos nossos deputados prestarem-se a fantochadas sem pudor nem vergonha alguma como **as a** que se prestam nas comissões parlamentares de inquérito." (CETEMPúblico, Ext 1007030 (nd, 95a))

• introduzidos por *com* [3 ocorrências]

(139) "E essas condições são **as com** que sempre sonhou?" (CETEMPúblico, Ext 619131 (clt, 94a))

(140) "O Presidente cubano também agradeceu ao pontífice «por todas as suas declarações, mesmo **as com que** eu posso estar em desacordo»". (CETEMPúblico, Ext 760225 (pol, 98a))

(141) "Aqui as pessoas são muito malcriadas. Olhe que eu cumprimentei todas **as com** que me cruzei e nenhuma me respondeu!" (CETEMPúblico, Ext 1397880 (nd, 94a))

• introduzidos por *de* [≅ 42 ocorrências]

(142) "O Benfica não juntou à contestação as últimas imagens televisivas, que mostram uma outra cotovelada de Paulinho Santos a João Pinto, mas apenas **as de** que dispunha e as que a TVI divulgou anteontem." (CETEMPúblico, Ext 29841 (nd, 98a))

• introduzidos por *em* [5 ocorrências]

(143) "E sublinhou que os períodos de maior instabilidade da vida política portuguesa nos dois últimos séculos foram **os em** que vigorou o sistema maioritário." (CETEMPúblico, Ext 1171069 (pol, 97b))

(144) "Sei muito bem que a página seguinte do jornal há-de recobrir e sepultar **a em** que escrevo, e que oito dias depois, o que parecia urgente e incontornável passa a ter importância nenhuma." (CETEMPúblico, Ext 989981 (clt, 93a))

(145) "No primeiro jogo fomos perigosos pela esquerda, agora é necessário se-lo [*sic*] também (...) por todo o lado», explicou o seleccionador holandês. Do lado coreano vive-se, como é hábito em todos **os** **em** que tem participado esta selecção asiática, a angústia da primeira vitória." (CETEMPúblico, Ext 239117 (des, 98a))

(146) "Quanto ao bailarino Keith Flint, qual galinha de Miró travestida de Ícaro que acabou de se espetar no chão, esteve com pouco fôlego e as vezes que fugiu para os bastidores foram mais do que **as** **em** que exibiu a sua dança turbulenta." (CETEMPúblico, Ext 378733 (clt, 96a))

(147) "A fotografia [de Korda] é tão autêntica como **as** **em** que ele surge penteadinho." (CETEMPúblico, Ext 927335 (pol, 95b))

Sobre estes dados, salientarei os seguintes aspectos:

(i) para qualquer preposição, o número de elipses associadas a modificadores não oracionais é superior ao número de ocorrências associadas a modificadores oracionais;

(ii) as elipses associadas à preposição *de* são em número superior às elipses associadas a qualquer outra preposição (tanto para modificadores não oracionais como para modificadores oracionais);

(iii) as elipses associadas às preposições *com* e *em* (e um pouco menos *a*) têm um número considerável de ocorrências, especialmente no caso de modificadores não oracionais; os registos de elipse associados a orações relativas encabeçadas por estas preposições parecem indicar que se trata de uma possibilidade de construção em português europeu, a qual não é reconhecida na literatura que consultei;

(iv) as preposições *contra*, *entre*, *para, por*, *sem* e *sobre* não foram registadas no início de modificadores oracionais, o que pode indiciar a sua não aceitação nessa posição; adicionalmente, a sua ocorrência no início de modificadores não oracionais é em número bastante inferior ao das outras preposições consideradas.

Em suma, apenas as preposições *a*, *com*, *de* e *em* parecem ser produtivas – embora com diferentes graus – no contexto em apreço. É curioso ainda notar que as elipses introduzidas

pelas preposições *a*, *com* e *em* associadas a modificadores oracionais surgem igualmente em abonações de obras literárias. Transcrevo em seguida alguns excertos relevantes que encontrei:

– **modificadores oracionais introduzidos por *a***:

(148) "A menina nessa noite lavou a cabeça a seis Encantados. **O** **a** quem ela não lavou a cabeça não quis dormir, mas fingiu que dormia e estava acordado." (Teófilo Braga, *Contos I*, séc. XIX)

(149) "A alegoria tem muitos sentidos. Os mais conhecidos são **os**, [*sic*] **a** que se dá o nome de *sentido místico*, e que é frequente nas épocas de uma grande actividade intelectual, principalmente para harmonizar as fórmulas imóveis da religião com as exigências do espírito, e o de *personificação*." (Teófilo Braga, *Poesia do Direito*, séc. XIX)

– **modificadores oracionais introduzidos por *com***:

(150) "São justamente essas coisas de cuja existência não sonha a filosofia humana, **as** **com** que não contou, em seus cálculos, esta moderna ciência da economia política." (Almeida Garrett, *Flores Sem Fruto*, séc. XIX)

(151) "É verdadeiramente sublime, em toda a frescura viçosa das imagens da poesia primitiva, **a** **com** que termina este romance." (Almeida Garrett, *Adosinda*, séc. XIX)

(152) "O título que esta peça agora leva é **o** **com** que realmente a compus." (Almeida Garrett, *Lírica de João Mínimo*, séc. XIX)

(153) "(Falando para o criado) ESCUDEIRO: Olha cá, Fernando, eu vou / Ver **a** **com** que hei-de casar." (Gil Vicente, *Farsa de Inês Pereira*, séc. XV)

– **modificadores oracionais introduzidos por *em***:

(154) "Nestes cárceres estão de ordinário quatro e cinco homens, e às vezes mais, conforme o número dos presos que há (...); e sendo tantos **os** **em** que conservam aquela imundície, é incrível o que nele padecem estes miseráveis;(...)." (Pe. António Vieira, *O Cárcere e o Interrogatório*, séc. XVII)

(155) "Pela transcrição de uma verba deste mesmo testamento, sabe-se que Gil Vicente morava junto do paço da Rainha em umas casas mandadas construir

por ela para os seus serventuários, «e **as em** que vivia Gil Vicente, que estão da outra parte (da rua) todas se vendam...».” (Teófilo Braga, *História Literária II*, séc. XIX)

(156) “A data 13 de junho de 1762 é a da sua profissão, como dissemos; a data 11 de junho de 1761 apresentada pelo Sr. Augusto Ribeiro como **a em** que tomou o hábito em Brancanes, é também seguida pelo Sr. Albano, e que omitíramos por ser uma minúcia inútil.” (Teófilo Braga, *Romantismo*, séc. XIX)

Os factos que vimos nesta secção e na precedente levam-me a concluir que as orações relativas com antecedente elíptico (mesmo as precedidas de artigo definido) não são um tipo especial de orações relativas, distinto do das orações relativas com antecedente expresso. Por um lado, podem ocorrer com qualquer pronome relativo que surge nas relativas restritivas comuns (incluindo pronomes com traços semânticos marcados, como *onde* ou *cujo*); isto afecta também as relativas precedidas de artigo definido, pelo menos em fases anteriores do português (cf. (124) a (126)), ainda que a construção seja pouco produtiva actualmente. Por outro lado, podem surgir com constituintes relativos preposicionados; a restrição, frequentemente referida, de que as orações precedidas de artigo definido simples não podem ter constituintes relativos preposicionados não é válida para as estruturas com a preposição *de* e não é válida irrestritamente para as estruturas com (pelo menos) as preposições *a*, *com* e *em*; adicionalmente, o tipo de restrição em causa não é específico dos modificadores oracionais, verificando-se também, em certa medida, para os modificadores não oracionais.

3.7.3. Orações relativas com antecedente (parcialmente) elíptico de valor explicativo

Ao assumir que as orações relativas ligadas a um antecedente elíptico não têm propriedades que as diferenciem das orações relativas ligadas a um antecedente expresso, formando antes uma única classe de construções, prevê-se que as orações com antecedente elíptico possam desempenhar o mesmo tipo de funções no discurso que as orações com antecedente expresso. Ora, como sabemos, as orações relativas com antecedente nominal expresso podem ter um valor restritivo ou um valor explicativo. Até aqui, vimos apenas

exemplos com orações associadas a um valor restritivo (as únicas que, tanto quanto sei, têm sido referidas na literatura a propósito das chamadas relativas semilivres). Nesta secção, veremos exemplos de orações relativas com antecedente elíptico associadas a um valor explicativo, confirmando a hipótese acima apresentada de não distinção sintáctico-semântica dos dois tipos de construção.

Mais uma vez recorro a dados de *corpora*. Nos excertos que se seguem, encontramos orações relativas com antecedente elíptico de valor explicativo, isto é, em que a oração relativa não contribui para definir o conjunto de objectos sobre que incide a predicação. Os elementos que precedem a oração relativa (a negrito) pertencem também a um conjunto variado de categorias – demonstrativos e quantificadores (nos exemplos dados).

(157) "Nos últimos dez anos, com os progressos da tecnologia vídeo e do processamento de imagens por computador, tornou-se possível fazer filmes como **estes,** que mostram a vida das células nos seus mais ínfimos pormenores." (NP, par 12883)

(158) "Os arrematantes (...) foram os mestres pedreiros Henrique Ventura, António dos Santos e António Ferreira, todos de Braga, ao contrário dos construtores do século XVIII, que eram do Porto. O trabalho de carpintaria, entregue a José Francisco Santiago, acabaria por ser arrematado por **aqueles**, que se apresentavam, de resto, como seus fiadores." (CETEMPúblico, Ext 844210 (soc, 97b))

(159) "Não havia nenhuma solução militar e não havia nenhum político capaz no quadro da ditadura – apesar de depois se revelarem **alguns,** que admiro hoje, como, por exemplo, o Veiga Simão, o próprio Sá Carneiro que foi deputado da Ala Liberal – capazes de fazer uma revolução que não precisasse da componente militar." (NP, par 39132)

(160) "Quantas qualificações para os engenheiros há em Portugal? Tanto quanto sei, só há **uma,** que é a relativa aos que possuem o grau de licenciado por uma instituição universitária e reconhecida pela Ordem dos Engenheiros." (NP, par 57974)

(161) "No julgamento dos implicados no atentado, que terminou a semana passada, além dos quatro réus que foram condenados, havia mais **dois,** que não compareceram no tribunal porque fugiram do país." (NP, par 70920)

Veja-se ainda, no exemplo seguinte, a possibilidade de utilizar o pronome relativo *o qual* não precedido por preposição (o que não pode acontecer em relativas restritivas):

(162) "Este sentimento acabou por se reflectir nos dias seguintes, com os operadores renitentes em assumirem posições «longas» de escudos, o que provocou a valorização das restantes moedas do sistema em relação a **este,** o qual terminou a semana como uma das moedas mais fracas, juntamente com o franco francês e a libra irlandesa." (CETEMPúblico, Ext 454148 (eco, 92b))

Acerca destes dados, saliento três aspectos. O primeiro é que os demonstrativos *este* e *esse* ocorrem com naturalidade antes de orações relativas com antecedente elíptico de valor explicativo, ao contrário do que acontece antes de algumas orações com valor restritivo. Aliás, mesmo em relativas com antecedente expresso de valor restritivo, é por vezes pouco natural o uso destes demonstrativos:

(163) a. ??Juntei estes documentos que eram necessários à reunião.
b. ??Juntei esses documentos que eram necessários à reunião.

Na verdade, os demonstrativos *este* e *esse* parecem incorporar um valor de modificação particular, diferente, por exemplo, do exibido pelo demonstrativo *aquele*, que facilmente se aplica a antecedentes nominais de orações relativas restritivas:

(164) Juntei (todos) aqueles documentos que eram necessários à reunião.

Note-se, contudo que, nesta frase, o demonstrativo *aquele* parece estar esvaziado do seu valor dêictico, tendo um significado semelhante ao artigo definido *os*, com o valor de quantificador universal definido: *juntei (todos) os documentos que eram necessários à reunião*. Os demonstrativos *este* e *esse* não parecem poder assumir tal valor, estando inerentemente associados à expressão da dêixis espacial. A co-ocorrência de um demonstrativo como *este* ou *esse*, inerentemente associado à expressão da dêixis espacial, e de um modificador relativo só parece possível em certos casos. Tal co-ocorrência é natural, por exemplo (Móia, c.p.): (a) quando a relativa veicula um valor de proximidade ou distância do enunciador, isto é, quando ela tem um valor que de algum modo repete (ou reforça) o valor dêictico do demonstrativo – cf. (165); (b) quando a relativa efectua uma restrição suplementar àquela que é efectuada pelo demonstrativo, como nos exemplos seguintes – cf. (166).

(165) a. Estes livros que aqui estão têm de ser arrumados.

b. Esses livros que aí estão têm de ser arrumados.

(166) a. Estes documentos que eu tenho na mão direita interessam e estes que eu tenho na mão esquerda não.

b. Esses documentos que estão aí do lado esquerdo interessam e esses que estão do lado direito não.

O segundo aspecto a salientar é que, nalguns exemplos (de relativas com valor explicativo), parece difícil a realização expressa do antecedente (que estou a supor que está elidido); isso acontece pelo menos em (158) e (162), onde o demonstrativo parece actuar como um verdadeiro pró-SN. Deixarei em aberto a hipótese de estas estruturas envolverem ou não elipse (isto é, de elas serem do tipo exacto que está a ser discutido neste capítulo).

O terceiro aspecto a salientar é que, como seria aliás expectável, as orações relativas explicativas com antecedente elíptico não podem ser precedidas por artigos definidos simples. Como já se referiu anteriormente, a ocorrência isolada de um artigo definido não é suficiente para legitimar a elipse nominal, sendo necessário que o elemento nulo seja seguido por um seu modificador ou complemento. Assim, os seguintes contrastes são esperados:

(167) a. **Os actores** <u>que receberam uma enorme ovação</u> foram sem dúvida os responsáveis pelo sucesso do filme.

b. **Os** <u>que receberam uma enorme ovação</u> foram sem dúvida responsáveis pelo sucesso do filme.

(168) a. **Os actores**, <u>que receberam uma enorme ovação</u>, foram sem dúvida os responsáveis pelo sucesso do filme.

b. ***Os**, <u>que receberam uma enorme ovação</u>, foram sem dúvida responsáveis pelo sucesso do filme.

(169) a. **Os actores franceses**, <u>que receberam uma enorme ovação</u>, foram sem dúvida os responsáveis pelo sucesso do filme.

b. **Os franceses**, <u>que receberam uma enorme ovação</u>, foram sem dúvida responsáveis pelo sucesso do filme.

Assim, como consequência do comportamento específico do artigo definido evidenciado em fenómenos de elipse nominal, as orações relativas com antecedente elíptico precedidas de artigo definido isolado poderão apenas ser restritivas.

Antes de terminar, há um aspecto – que envolve a designação das estruturas que estamos a analisar – que deve ser sublinhado. Ao assumir que as orações relativas associadas a elipse nominal também podem ter um valor explicativo, a designação "orações relativas com antecedente elíptico" tem de ser (re)ponderada. De facto, se tivermos em conta que a oração relativa com valor explicativo está adjunta a todo o sintagma nominal que a precede, o qual funciona como seu antecedente, não podemos dizer que nas orações relativas com valor explicativo se verifica a elisão de todo o seu antecedente (já que o especificador está realizado e integra o antecedente). Assim, os exemplos analisados nesta secção envolvem orações relativas com antecedente parcialmente elíptico, enquanto os analisados nas secções anteriores envolvem orações relativas com antecedente integralmente elíptico (dada a análise das relativas restritivas que adoptámos). O que todas as estruturas têm em comum é sim o facto de serem **orações relativas associadas a elipse nominal**.

3.8. Breve conclusão

Discutiu-se neste capítulo a hipótese de as orações relativas cujo antecedente é elíptico apresentarem propriedades específicas que justifiquem a sua inclusão numa subcategoria diferente quer das orações relativas com antecedente expresso quer das orações relativas livres (ou sem antecedente expresso). Alguns autores têm defendido esta hipótese e avançado com designações como "orações relativas semilivres" para a subcategoria em causa. A análise das propriedades destas orações revelou a ausência de qualquer particularidade estrutural, em português, que permita distingui-las das orações relativas com antecedente expresso. Por um lado, o único factor distintivo – a elipse da estrutura nominal antecedente – é extrínseco à própria oração e é comum, aliás, a outras construções com modificadores não oracionais, não sendo pois um factor relevante de subclassificação. Por outro lado, o comportamento especial dos artigos definidos em combinação com estas construções também não se afigura como um critério válido de distinção, havendo restrições comparáveis também para modificadores não oracionais. Por

fim, a possibilidade de haver elipse nominal de tipo semelhante associada quer a relativas restritivas quer a relativas explicativas vem reforçar a ideia de que não estamos perante uma subclasse de orações relativas com propriedades distintas e únicas. Em conformidade com a análise aqui defendida, optou-se, seguindo Brucart (1999), por denominar as relativas em análise como "orações relativas com antecedente elíptico" (embora, para abranger as relativas explicativas, talvez fosse mais rigorosa a designação "orações relativas com antecedente total ou parcialmente elíptico" ou simplesmente "orações relativas associadas a elipse nominal").

4. Orações relativas livres com infinitivo ou com conjuntivo dependentes de verbos como ter ou haver

4.1. Aspectos gerais

Apresentarei, neste capítulo, uma análise de orações relativas que são classificadas na literatura como um subtipo distinto e que apresentam quer a variante com antecedente expresso quer a variante sem antecedente expresso (ou livre). Tendo em conta o tema principal da dissertação, centrar-me-ei aqui apenas na segunda variante. Observem-se alguns exemplos simples:

(170) a. Não tenho com quem desabafar.
b. Não tenho quem me ajude.
c. Já arranjei com que me preocupar.
d. Não há o que temer.

No português, não há, tanto quanto sei, uma designação plenamente satisfatória que abranja a totalidade desta subclasse de relativas. Brito (1991) denomina um subgrupo destas orações, com predicado verbal no infinitivo, como "relativas em contexto de subcategorização sem conformidade categorial" e Móia (1992) designa-as como "relativas infinitivas na dependência de predicados verbais como *ter*". Dado que, como indica aliás este último autor, estas relativas podem igualmente apresentar o modo conjuntivo – cf. (170b) –, optarei por designá-las, de forma algo extensa, como **orações relativas com infinitivo ou com conjuntivo dependentes de verbos como *ter* ou *haver*** (sendo que, como já disse, só me ocuparei no presente capítulo das que não possuem antecedente expresso). Estas orações relativas, dependentes do verbo *ter*, em (171), e do verbo *haver*, em (172), estão ainda ilustradas nos seguintes excertos de *corpora* portugueses:

(171) a. "Nem sequer temos o que comer e o Governo esmaga-nos com um imposto selvagem (...)." (CETEMPúblico, Ext 38936 (pol, 93b))
b. "Os jogadores do Cosmos não tinham com quem jogar." (CETEMPúblico, Ext 59127 (des, 94a))
c. "Os trabalhadores aqui nunca mais tiveram quem os defendesse." (CETEMPúblico, Ext 7194 (soc, 93a))

(172) a. "Não há o que fazer, a culpa é de «Chinatown», que toma conta do mundo." (CETEMPúblico, Ext 230217 (clt, 97b))

b. "Como não há com quem negociar a sério, o impasse continua (...)." (CETEMPúblico, Ext 28246 (pol, 91b))

c. "São uns águias, não há quem os vença." (NP, par 30161)

Em (171a) e (172a), existe contiguidade entre o antecedente nulo e o morfema relativo (que assume a função de Complemento Directo); em (171b) e (172b), as relativas não obedecem ao requisito de contiguidade entre os dois elementos (ou ao requisito de conformidade categorial, na designação de alguns autores[21]), uma vez que entre o antecedente nulo e o morfema relativo se interpõe uma preposição, dependente de um predicado da oração relativa; o constituinte relativo é, pois, preposicionado e tem a função de Oblíquo (nestes casos, argumental); em (171c) e (172c) os predicados verbais das relativas livres apresentam-se no modo conjuntivo, o que acontece geralmente quando o morfema relativo assume a função de Sujeito (como é o caso, nos exemplos dados).

As construções sublinhadas nos exemplos acima partilham com as orações relativas livres típicas duas características que destaco a seguir:

(i) o operador relativo está associado a um antecedente nominal nulo[22] (nas estruturas sintácticas simplificadas o símbolo ∅ representa o antecedente nulo do morfema relativo e a sigla REL identifica a oração relativa):

(173) a. nem sequer temos $[_{SN}$ ∅ $[_{REL}$ [o que]$_i$ comer [v]$_i$]]

b. os jogadores do Cosmos não tinham $[_{SN}$ ∅ $[_{REL}$ [com quem]$_i$ jogar [v]$_i$]]

c. os trabalhadores nunca mais tiveram $[_{SN}$ ∅ $[_{REL}$ [quem]$_i$ [v]$_i$ os defendesse]]

(174) a. não há $[_{SN}$ ∅ $[_{REL}$ [o que]$_i$ fazer [v]$_i$]]

[21] Móia (1992: 44ss) defende que para que uma oração relativa livre seja gramatical é necessário que a categoria vazia que serve de antecedente a essa relativa seja legitimada; essa legitimação depende da existência de adjacência absoluta entre o antecedente nulo e o morfema relativo; segundo o autor, é este o princípio que regula a formação das relativas livres, e não o requisito da conformidade categorial, conforme afirma Brito (1991: 204ss), na esteira de Grimshaw (1977) ou de Bresnan & Grimshaw (1978). Adoptarei, neste capítulo, a perspectiva de análise de Móia (1992). Cf. subsecção 2.2.3 deste trabalho.

[22] Esta hipótese é discutível. Móia (1992: 102ss) admite a possibilidade de as estruturas relativas livres em análise – apesar de terem um antecedente nominal nulo – não estarem encaixadas num sintagma nominal. Por facilidade, irei considerar ao longo deste capítulo que as relativas em causa estão associadas a um antecedente nominal não realizado e encaixadas num SN, à semelhança do que acontece com as restantes orações relativas livres.

b. não há $[_{SN}\ \varnothing\ [_{REL.}$ [com quem]$_i$ negociar [v]$_i$ a sério]]

c. não há $[_{SN}\ \varnothing\ [_{REL.}$[quem]$_i$ [v]$_i$ os vença]]

(ii) existem construções estruturalmente equiparáveis em que há um antecedente expresso[23]:

(175) a. Nem sequer temos **nada** que comer.

b. Os jogadores do Cosmos não tinham **ninguém** com quem jogar.

c. Os trabalhadores aqui nunca mais tiveram **pessoas** que os defendessem.

(176) a. Não há **muito** que fazer, a culpa é de «Chinatown».

b. Como não há **ninguém** com quem negociar a sério, o impasse continua.

c. São uns águias, não há **nenhuma pessoa** que os vença.

As construções do tipo acima ilustrado têm sido estudadas por vários autores – cf., por exemplo, Suñer (1984), para o castelhano; Brito (1991) e Móia (1992), para o português; Caponigro (2001), para o italiano; Agouraki (2003), para o grego; Izvorski (1998) e Grosu & Landman (1998), para o inglês[24]. Das propriedades que caracterizam estas estruturas – e as diferenciam das outras orações relativas livres –, interessa-me por ora destacar as seguintes (embora algumas não sejam estritamente exclusivas das orações em causa[25]):

(i) surgem associadas apenas a um subgrupo específico de predicados verbais, de que são exemplo típico *ter* e *haver* (os quais seleccionam um sintagma nominal que pode ser realizado por um antecedente nominal nulo e uma relativa do tipo em apreço);

(ii) não estão sujeitas ao requisito de contiguidade entre o antecedente nulo e o morfema relativo;

---

[23] Os operadores relativos *o que* e *quem* (não precedidos de preposição) só podem ocorrer em orações relativas livres. Por este motivo, ambos surgem substituídos por *que* nas contrapartidas com antecedente expresso.

[24] Como irei mostrar em seguida, esta construção é já muito antiga no português. Apesar disso, não encontrei em qualquer gramática, inclusive do português antigo, qualquer referência à especificidade das relativas em análise.

[25] A propriedade (ii) verifica-se em algumas outras orações relativas, nomeadamente associadas a construções clivadas e em construções com supressão de preposição, ou haplologia (cf. Móia 1992); a ocorrência de conjuntivo em orações relativas verifica-se também (pelo menos) em construções com antecedente expresso associadas a um valor de virtualidade – cf. *os homens que forem futuramente a Marte*, *uma secretária que fale coreano*, etc.; a propriedade (iv) verifica-se também nas orações relativas transparentes (cf. capítulo 5).

(iii) o predicado verbal da oração relativa encontra-se invariavelmente (segundo as descrições existentes) nos modos infinitivo ou conjuntivo;

(iv) (pelo menos algumas d)estas estruturas não se comportam como "ilha" para o movimento-Q (em português).

Das propriedades agora enunciadas, algumas podem ser directamente verificadas nos dados já expostos; outras – em particular a (iv) – podem ser facilmente demonstradas. No que a (i) diz respeito, verificamos, por um lado, que qualquer das relativas já apresentadas aparece na dependência de um verbo superior de uma subclasse limitada (que tentarei identificar posteriormente), a que pertencem *haver*, *ter* ou *arranjar*; verificamos, por outro lado, que a combinação desse tipo de relativa com outros verbos não gera construções gramaticais:

(177) a. ??Não convidei com quem desabafar.

b. ??Não tenho trabalhado com quem me ajude.

c. *Está em cima da secretária com que me preocupar.

Com efeito, os autores que estudaram estas construções são unânimes em afirmar que a sua produtividade é limitada, uma vez que o conjunto de predicados verbais passíveis de seleccionar a estrutura relativa em causa é muito restrito.

Quanto à propriedade (ii), ela é atestada pelas relativas apresentadas em (171b) e (172b), por exemplo. Aí as preposições – em ambos os casos *com* - são seleccionadas por predicados verbais da relativa e fazem, por isso, parte do constituinte relativo, ocupando superficialmente, após o movimento-Q relativo, a posição inicial da frase (adjacente ao pronome relativo). Esta posição contraria o princípio da contiguidade entre o antecedente nulo e o pronome relativo, que parece actuar nas orações relativas livres típicas[26]:

(178) a. Não abandono **as pessoas** com quem negocio a sério.

b. *Não abandono com quem negocio a sério.

vs. c. Não há com quem negociar a sério.

[26] Alguns autores defendem que, ocupando a posição superficialmente a posição de Sujeito da frase matriz, as orações relativas livres típicas poderão ocorrer não respeitando o princípio da conformidade categorial/ contiguidade entre antecedente nulo e morfema relativo (cf.. Hirschbühler & Rivero (1983)). Esta hipótese é explorada por Brito (1991) para o português. A autora admite que o português aceita, ainda que marginalmente, relativas livres sem conformidade categorial na posição de Sujeito:
(i) Com quem eu precisava de conversar veio ao Porto. (*op. cit.*: 236)
(ii) A quem falaste está doente. (*idem*: 237)
Para uma análise mais pormenorizada destas questões, ver secção 2.2.3.2 deste trabalho.

(179) a. Os jogadores não respeitam **os adversários** com quem jogam.

b. *Os jogadores não respeitam com quem jogam.

vs. c. Os jogadores não tinham com quem se encontrar.

As construções sublinhadas em (178b) e (179b) são relativas livres típicas que não respeitam o requisito de contiguidade entre o antecedente nulo e o morfema relativo. O contraste de gramaticalidade com as relativas em (178c) e (179c), que contêm relativas do tipo em análise neste capítulo, é evidente. Constata-se ainda que a estrutura paralela a (178b) e (179b) com um antecedente expresso – (178a) e (179a) – é perfeitamente gramatical no português. Comprova-se, assim, que as relativas livres dependentes de verbos do tipo de *ter* e *haver* não obedecem ao requisito de contiguidade entre o antecedente nulo e o morfema relativo.

A propriedade (iii) consiste na flexão obrigatória dos predicados verbais das relativas em apreço nos modos infinitivo ou conjuntivo. Na verdade, estes predicados verbais parecem, numa primeira análise pelo menos, ter de apresentar o modo infinitivo quando o morfema relativo não desempenha a função sintáctica de Sujeito (cf. (171a-b) e (172a-b)). Note-se que, nestes contextos, o modo indicativo origina construções agramaticais – cf. (180) – e o modo conjuntivo origina construções marginais ou muito marginais (na variedade padrão actual) – cf. (181):

(180) a. *Não há o que faço.

b. *Não há com quem negocio.

c. *Nem sequer temos o que comemos.[27]

d. *Os jogadores não tinham com quem jogavam.

(181) a. ??Não há o que faça.

b. ??Não há com quem negocie.

c. ?Nem sequer temos o que comamos.

d. ?Os jogadores não tinham com quem jogassem.

Quando há movimento-Q a partir da posição de Sujeito, o predicado verbal da relativa apresenta-se canonicamente no modo conjuntivo, conforme ilustram as ocorrências em (171c) e (172c). A ocorrência do indicativo ou do infinitivo nestes contextos dá origem a construções muito marginais ou mesmo agramaticais:

[27] Agramatical na acepção relevante, equivalente à frase *nem sequer temos o que comer*.

(182) a. ??Não há quem os vence.

b. ??Os trabalhadores aqui nunca mais tiveram quem os defende.

(183) a. *Não há quem os vencer.

b. * Os trabalhadores aqui nunca mais tiveram quem os defender.

Por último, consideremos a propriedade (iv). Móia (1992) refere – tanto quanto sei, pela primeira vez na literatura – que, em português, algumas destas estruturas relativas (pelo menos, aquelas que dependem do verbo *ter*) não se comportam como "ilha" para o movimento-Q. Vejamos um exemplo do autor em (184b):

(184) a. Eu não tenho a quem fazer algumas perguntas.

b. Estas são apenas algumas das perguntas que eu não tenho a quem fazer.

A possibilidade de extracção de constituintes do interior deste tipo de relativa é igualmente mencionada para o português em Brito & Duarte (2003). Para o romeno e para o hebraico, Landman & Grosu (1998) e Izvorski (1998) referem uma possibilidade equivalente. Quanto ao inglês, Landman & Grosu (1998) classificam esta possibilidade de extracção como "midly bad" (*idem*: 157).

Tendo como base as propriedades aqui sucintamente referidas, proponho-me, ao longo deste capítulo, analisar a ocorrência de construções relativas com infinitivo ou com conjuntivo na dependência de predicados verbais como *haver* ou *ter*. A estrutura do capítulo é a que se segue. Abordarei primeiramente questões relacionadas com aspectos extrínsecos à oração relativa, isto é, aspectos que envolvem a estrutura matriz em que estas orações se encaixam, mais concretamente:

(i) elenco de verbos passíveis de seleccionar sintagmas nominais coincidentes superficialmente com relativas livres do tipo em análise;

(ii) contextos favoráveis à ocorrência das relativas livres em apreço;

(iii) tipos de antecedentes realizados que podem preceder orações relativas não livres equivalentes.

Seguidamente, discutirei uma questão que envolve a estrutura matriz (em que a oração relativa se encaixa) e a própria estrutura interna da oração relativa (embora, por facilidade, trate este aspecto dentro da subsecção dedicada aos aspectos extrínsecos à oração relativa, 4.2):

(iv) possibilidade de extracção de constituintes do interior da estrutura relativa.

Finalmente, considerarei alguns aspectos intrínsecos à oração relativa, isto é, referentes à sua estrutura interna:

(v) possibilidade de os verbos da relativa apresentarem outros modos verbais além do infinitivo e do conjuntivo;

(vi) ocorrência de fenómenos de elipse nas orações relativas do tipo pertinente.

Para além de Brito (1991), Móia (1992) e Brito & Duarte (2003), não tenho conhecimento de outros autores que analisem este curioso subtipo de estrutura relativa no português. Neste capítulo, o meu objectivo é essencialmente avaliar a produtividade efectiva destas construções na língua portuguesa, confrontando as descrições teóricas existentes com produções reais dos falantes, recolhidas em *corpora*.

4.2. Sobre as estruturas em que se encaixam as orações relativas com infinitivo ou com conjuntivo (dependentes de verbos como *ter* ou *haver*)

4.2.1. Verbos que seleccionam sintagmas nominais coincidentes superficialmente com orações relativas com infinitivo ou com conjuntivo

Como afirmei anteriormente, é restrito o grupo de verbos que podem ter na sua dependência directa orações relativas do tipo em análise neste capítulo. Numa tentativa de generalização, Brito (1991: 232) refere que estas orações estão sobretudo dependentes de verbos superiores "que são 'criadores de um universo de referência' e que seleccionam um objecto intensional"[28]. A relevância do factor intensionalidade é também salientada por Grosu & Landman (1998), que propõem a designação **relativas livres irreais** ("irrealis free relatives", no original inglês), sustentando que estas relativas exibem uma forma verbal que induz um valor virtual, por oposição a um valor de existência real (cf. *op. cit.*: 155). Brito (1991) ilustra o facto de estas relativas estarem associadas a uma noção de intensionalidade com construções cuja frase superior ou comporta uma partícula de

[28] Importa salientar que Brito (1991) não refere, na sua descrição, as relativas em que há movimento-Q da posição de Sujeito, em que ocorre canonicamente o modo conjuntivo (pelo que a relação estabelecida entre as relativas em causa e a noção de "intensionalidade" se baseia exclusivamente na análise de relativas com o modo infinitivo).

negação ou integra verbos do tipo de *procurar*. Segundo Peres (no prelo), estes são precisamente alguns dos contextos que favorecem interpretações intensionais. A ocorrência de relativas com infinitivo (ou com conjuntivo) não está, contudo, limitada a estes contextos. Encontram-se com frequência relativas com infinitivo ou com conjuntivo que estão associadas um valor de existência indubitavelmente real (e não virtual):

(185) a. Estavam na mesa dois livros interessantíssimos. Finalmente, já tínhamos o que escolher.

b. Muitos pagamentos atrasados foram finalmente efectuados. Afinal sempre havia com que gerir os negócios.

(186) a. Este milionário tem quem o proteja. São cinco guarda-costas profissionais muito competentes.

b. Apareceram os documentos que estavam desaparecidos. Já há o que investigar.

Independentemente de o factor intensionalidade poder ser relevante ou não, facto que não procurarei aqui avaliar, parece-me claramente que a ideia de "irrealidade" ou "virtualidade" é demasiado restritiva.

Uma outra característica semântica que os autores consideram (consensualmente) – cf., por exemplo, Izvorski (1998) ou Caponigro (2001) – é que a oração relativa surge sempre associada a um quantificador existencial implícito, facto que também não tentarei aqui explorar, mas que parece compatível com a existência de relativas associadas a sintagmas nominais com um valor de existência real.

Nesta secção concentrar-me-ei – numa perspectiva essencialmente descritiva (e baseando-me em dados de *corpora* escritos) – no elenco de verbos que podem co-ocorrer com a estrutura em causa. Deixarei o trabalho de identificação dos factores semânticos (ou sintáctico-semânticos) caracterizadores destes verbos para investigação posterior.

Entre os verbos mais comummente citados, encontram-se *ter*, *haver*, *procurar*, *encontrar* e *arranjar* (cf., por exemplo, Brito 1991, Móia 1992 e Suñer 1984). A este conjunto, podem acrescentar-se os verbos *levar*, *trazer* e *dar*, cujas formas verbais gregas equivalentes – *perno* / *piyeno*, *ferno* e *dhino*, respectivamente – são referidas por Agouraki

(2003). Parece-me que se deve acrescentar ainda, pelo menos, o verbo *faltar*, apesar de não ter encontrado qualquer referência na literatura neste sentido.[29]

A pesquisa em *corpora* revela que o uso de relativas com infinitivo ou conjuntivo na dependência de predicados como *ter* e *haver* é bastante comum na língua. Seguem-se alguns exemplos, envolvendo diferentes pronomes relativos, tanto de frases com preposição no constituinte relativo como de frases sem preposição (os constituintes relativos são destacados a negrito e as estruturas relativas estão sublinhadas). Começo por exemplos com o verbo no infinitivo.

TER

(187) "«Quando não têm **o que** dizer, dizem umas generalidades para ver se enganam alguém», afirmou, dirigindo-se à bancada do PSD. (CETEMPúblico, Ext 48016 (soc, 93b))"

(188) "Apesar de confinado a um espaço muito menor do que aquele a que foi usurpado, o casal de pandas vermelhos do zoo pelo menos tem **com o que** se divertir." (CETEMPúblico, Ext 760443 (soc, 92a))

(189) "No Porto, todos os participantes ficaram com os números de telefone directos da faculdade e do «bip» do médico, para terem **quem** contactar quando a vontade de pegar num cigarro fosse terrível." (CETEMPúblico, Ext 1054956 (soc, 94b))

[29] Izvorski (1998) afirma que os equivalentes em inglês dos verbos *descobrir* e *escolher* (*to find* e *to choose*) podem ocorrer com relativas livres do tipo em análise. É uma questão que interessa equacionar se, no português, as orações dependentes destes dois verbos são verdadeiras relativas livres. Vejam-se os seguintes dois exemplos: (i) "Olinda Santos, 89 anos, moradora nesta freguesia, **descobriu** com quem conversar todos os dias. (CETEMPúblico, Ext 202743 (soc, 96b))"; (ii) "A factura poderá ser bem alta: segundo as sondagens, poderão ser mais os eleitores (...) que optem por se abster do que aqueles que tenham já conseguido (...) **escolher** em quem votar." (CETEMPúblico, Ext 417002 (pol, 91b)). Por um lado, a substituição da estrutura relativa por um sintagma nominal comum origina sequências gramaticais, o que favorece a hipótese de estarmos perante relativas livres: (iii) Olinda Santos descobriu pessoas novas (com quem conversar); (iv) Poderão ser mais os eleitores que optem por se abster do que aqueles que tenham já conseguido escolher um candidato (em quem votar). Por outro lado, é possível inserir a expressão *é que* no domínio oracional em análise, o que parece indicar que se trata de orações interrogativas indirectas: (v) Olinda Santos descobriu com quem é que há-de conversar todos os dias; (vi) Poderão ser mais os eleitores que optem por se abster do que aqueles que tenham já conseguido escolher em quem é que hão-de votar. O estatuto sintáctico do constituinte seleccionado pelos verbos *descobrir* e *escolher* não é claro, sendo de considerar a possibilidade de se tratar de um sintagma nominal (contendo uma relativa livre), de um constituinte oracional interrogativo (ou de qualquer um dos dois, variando o tipo com o contexto). Deixarei esta avaliação para investigação posterior. Por esse motivo, não incluo dados com estes dois verbos no texto do presente capítulo.

(190) "«Depois do estágio já tenho **com quem** trabalhar, sou uma sortuda»." (CETEMPúblico, Ext 50866 (soc, 93a))

(191) "«Os pescadores e marinheiros sempre me trataram com muito carinho, sempre tive **onde** ficar e **o que** comer»". (CETEMPúblico,Ext 41200 (soc, 97b))

(192) "Os voluntários sérvios têm **por onde** escolher (...)". (CETEMPúblico, Ext 256855 (nd, 91b))

(193) "«Não temos **como** combater os tanques, mas os croatas estão decididos a lutar até à morte pela sua independência." (CETEMPúblico, Ext 86723 (pol, 91b))

HAVER

(194) "Teria sido uma medida com bastantes possibilidades de sucesso, uma vez que, não havendo produto, não haveria **o que** vender." (CETEMPúblico, Ext 1535994 (nd, 95a))

(195) "Então não há **com o que** se preocupar." (NILC, par Folhateen-94b-soc) [PB]

(196) "Em Timor, se alguém quer pedir um 'habeas corpus', não há **a quem** o apresentar." (CETEMPúblico, Ext 112011 (pol, 93a))

(197) "Mas, entretanto, faltou a electricidade e, de repente, no gigantesco empreendimento, não havia **onde** comer." (CETEMPúblico, Ext 856518 (soc, 96b))

(198) "Muitas dessas estradas não têm berma de segurança e não há **para onde** fugir em caso de perigo." (CETEMPúblico, Ext 164679 (opi, 98b))

(199) "Roseta recorda que o projecto era bem cuidado em termos paisagísticos, mas não havia **como** analisar o seu enquadramento dentro de uma área protegida para a qual não havia plano de ordenamento." (CETEMPúblico, Ext 776922 (soc, 94a))

Os verbos *procurar*, *encontrar*, *arranjar*, *levar*, *trazer*, *dar* e *faltar* aparecem de forma mais pontual nos *corpora* pesquisados, em relativas com infinitivo, contrastando nitidamente com a produtividade dos verbos *ter* e *haver*. Vejamos alguns exemplos:

PROCURAR

(200) "O grande defeito deste era uma assinatura no Gabinete Português, o que levava a boa gente do comércio a dizer «que ele era um grande biltre, um peralta, que estava sempre procurando **o que** ler!" (NILC, par 120271) [PB]

(201) "Viverão a primeira lua de mel em pleno amor, mas na seguinte já o marido procura **com quem** trair a esposa, e esta já precisa chamar em seu socorro toda a energia de que é capaz para ver se consegue não enganar o marido!" (Aluísio Azevedo, *O Homem*, séc. XIX - *Corpus* do Português Davies-Ferreira) [PB]

ENCONTRAR

(202) "Algumas já têm emprego, outras pensam que não será muito difícil encontrar **o que** fazer." (CETEMPúblico, Ext 290739 (nd, 98b))

(203) "O volume de títulos em mostra no espaço da Sony (...) cobre uma variedade tão lata de géneros que é difícil não encontrar **com que** satisfazer os mais diversos tipos de jogadores." (CETEMPúblico, Ext 565585 (com, 97b))

(204) "O autor da iniciativa diz que tudo começou com o seu conhecimento sobre as dificuldades vividas por rancheiros solteiros no que toca a encontrar **com quem** casar." (CETEMPúblico, Ext 124785 (soc, 92a))

(205) "Primeiro na Califórnia, depois em Nova Iorque, estes guias Fodor's revelar-se-iam de grande utilidade, sobretudo quando chegava o momento de encontrar **onde** dormir ou **onde** comer." (CETEMPúblico, Ext 555092 (nd, 93a))

(206) "Eu mesmo só ainda não fui embora daqui porque não encontrei **para onde** ir." (Josué Montello, *A Noite sobre Alcântara*, 1978 - *Corpus* do Português Davies-Ferreira) [PB]

ARRANJAR

(207) "Eu me encarrego de arranjar **o que** comer, é um instante!" (Aluísio Azevedo, *Mattos, Malta ou Matta?*, séc. XX - *Corpus* do Português Davies-Ferreira) [PB]

(208) "Ciúmes Venâncio entrou na sala alegre e risonho, trazendo debaixo do braço um embrulho que continha duas dúzias de cartas; em menos de três horas havia arranjado **com que** encher uma mala de correio." (Joaquim Manuel de Macedo, *O Moço Loiro*, séc. XIX - *Corpus* do Português Davies-Ferreira) [PB]

(209) "A um convite da RTP para debater o assunto, o PSD não arranjou **quem** mandar e o PS não quis ir sozinho." (CETEMPúblico, Ext 907577 (pol, 92a))

(210) "Não tinha amigas, a criada, tonta com as suas brincadeiras, vivia indagando se ainda não arranjara **com quem** brincar." (Lúcio Cardoso, *Dias Perdidos*, 1943 - *Corpus* do Português Davies-Ferreira) [PB]

(211) "Fugiu então para Berlim, onde a Iniciativa Anti-Racista lhe arranjou **onde** ficar, clandestina." (CETEMPúblico, Ext 381354 (soc, 92b))

(212) "O homem até foi simpático, mas porque havia de querer, fosse lá como fosse, arranjar **por onde** pegar?" (CETEMPúblico, Ext 361107 (soc, 95a))

LEVAR

(213) "(...) porque dado caso que elle nam as vendia, nosso Senhor lhe acrecentaua tãto & mais do que nellas gastaua, & com presentes da mãi para a molher do Mouro, & elle que tambem leuou **que** dar aos filhos (...)" (Gonçalo Fernandes Trancoso, *Contos & Histórias de Proveito &* Exemplo, séc.XVI - *Corpus* do Português Davies-Ferreira)

(214) "Duas semanas a pagaiar são a previsão de Costa Motta, mas o grupo levará **com que** manter-se 25 dias em auto-suficiência." (CETEMPúblico, Ext 32223 (soc, 94b))

TRAZER

(215) "Abílio Rocha entrava no café sempre com cara de quem traz **que** contar (...)." (Manuel da Fonseca, *Cerromaior*, séc.XX - *Corpus* do Português Davies-Ferreira)

(216) "Vós quereis dona folgar e mandais-me a mi fiar pois diz outro exemplo antigo: quem quiser comer comigo traga **em que** se assentar." (Gil Vicente, séc. XV - *Corpus* do Português Davies-Ferreira)

DAR

(217) "Ontem, ao ser divulgado o primeiro depoimento que fez chegar ao exterior, deu **o que** pensar a quem apostava na morte certa da resistência armada em Timor." (CETEMPúblico, Ext, 1148329 (pol, 93b))

(218) "Filho Domine dominus noster nos dê **com que** os manter e coelhos que levemos." (Gil Vicente, séc. XV - *Corpus* do Português Davies-Ferreira)

FALTAR

(219) "E não falta **o que** visitar - o melhor de St. Maarten são as 36 praias e as compras." (NILC, par Turismo-96a-45-60) [PB]

(220) "Deus as traga a salvamento, para que nos não falte **com que** fazer oposição ao inimigo." (Padre António Vieira, *Cartas*, séc. XVII - *Corpus* do Português Davies-Ferreira)

(221) "Nem sequer na «Zerlina», um «one woman show» reposto recentemente, onde lhe faltava **com quem** contracenar." (CETEMPúblico, Ext 1478634 (clt, 95a))

(222) "Os alemães também não estão muito interessados: não lhes falta **onde** aplicar os dinheiros, com toda a Europa a seu leste clamando por que a tomem a seu cargo." (CETEMPúblico, Ext 94619 (pol, 92a))

(223) "E não lhe falta **por onde** escolher: de «key account» a «country manager», passando por «researcher» até ao - certamente muito cobiçado - lugar de «spare parts manager» (...)." (CETEMPúblico, Ext 393356 (clt, 94a))

Para além de *ter* e *haver*, dos verbos superiores que podem seleccionar sintagmas nominais com orações relativas infinitivas, apenas *encontrar*, *arranjar* e *faltar* parecem ser bastante produtivos no português contemporâneo, aparecendo inclusivamente, e com alguma representatividade, em *corpora* de registos jornalísticos. Noutros exemplos, assinalados com [PB], tive de recorrer a registos do português do Brasil; com efeito, nos contextos em causa, esta variante do português parece ser mais produtiva do que o português europeu. Em particular, só identifiquei exemplos de relativas com infinitivo seleccionadas pelos verbos *procurar* e *trazer* em registos do português do Brasil ou em textos literários portugueses, alguns deles de fases muito recuadas da língua, como é o caso

de (216). Os verbos *dar* e *levar* são igualmente muito pouco produtivos no português contemporâneo no que à co-ocorrência com relativas infinitivas diz respeito. O verbo *levar* apresenta uma particularidade: a par de pontuais ocorrências, que identifiquei sobretudo em textos de fases mais recuadas do português, surge cerca de uma dezena de registos obtidos em textos de imprensa do português contemporâneo em que o verbo inferior é invariavelmente *contar*, parecendo tratar-se já de uma expressão de tipo semi-fixo ou idiomático:

(224) "Levaram **que** contar para os seus países..." (CETEMPúblico, Ext 1439676 (clt, 94b))

(225) "Quanto a multas, também Kulkov e Mostovoi levaram **que** contar." (CETEMPúblico, Ext 634049 (des, 94b))

Observemos agora exemplos de *corpora* de relativas com o modo conjuntivo. Conforme referi inicialmente, o verbo da relativa apresenta canonicamente o modo conjuntivo, e não o infinitivo, sempre que o morfema relativo desempenha a função sintáctica de Sujeito da oração (cf. Móia 1992: 94). Seguem-se exemplos, com os verbos *ter*, *haver*, *procurar*, *encontrar*, *arranjar*, *levar, trazer*, *dar* e *faltar* destacados a negrito e a relativa sublinhada:

(226) "«Quando sentimos que não **temos** quem nos defenda quando nos vemos agredidos, acabou-se a liberdade», acrescenta. (CETEMPúblico, Ext 18764 (soc, 91a))"

(227) "O novo modelo tipo teste americano é bem acolhido por alguns, mas provoca inquietação e **há** quem fale em restrição à criatividade." (NP, par 1295)

(228) "As saídas de Ruben Paz e Littbarski, após a chegada de Artur, levaram o treinador português a **procurar** quem os substituísse." (CETEMPúblico, Ext 89367 (des, 95a))

(229) "Já completou um ano e três meses de serviço e não é fácil **encontrar** o que o surpreenda." (CETEMPúblico, Ext 1563191 (eco, 95b))

(230) "Vasco Lucas confirma o mesmo: «De entre os cem ganadeiros nacionais, a RTP irá por certo **arranjar** quem lhe forneça os toiros necessários." (CETEMPúblico, Ext 175630 (clt, 96a))

(231) "(...) E os itinerários de domingo que visam, a propósito de um acontecimento de índole cultural, **levar** quem queira a assistir a uma palestra, visitar um museu, dar um passeio, que pode ser em Alfama ou em Foz Côa." (CETEMPúblico, Ext, 136358 (soc, 96b))

(232) "– Se **trouxer** quem o substitua! disse Guida rindo." (*Corpus* do Português Davies-Ferreira, José de Alencar, *Sonhos d'Ouro* (séc. XIX) [PB]

(233) "O governador pôs o negócio em conselho cuja resposta foi que ao rei se dissesse claramente que ele, governador, não estava para se encarregar de mais que de lhe **dar** quem o doutrinasse querendo receber nossa santa fé, mas não ajuda de armas contra os reis vizinhos, se por este ou outro algum respeito rompessem guerra entre si." (*Corpus* do Português Davies-Ferreira, Lucena, *História da vida do Pe. S. Francisco Xavier* (séc. XVI))

(234) "Há os clássicos portugueses e há as traduções, mas **falta** quem escreva em português, para os jovens portugueses, que fale dos problemas deles, hoje." (CETEMPúblico, Ext 1561817 (clt-soc, 94a))

É interessante salientar que, com excepção de *levar*, *trazer* e *dar*, todos os outros verbos co-ocorrem mais frequentemente com relativas em que há movimento-Q da posição de Sujeito da relativa (e, consequentemente, o predicado verbal se apresenta no modo conjuntivo) do que quando o respectivo predicado verbal se encontra no modo infinitivo. Esta construção com conjuntivo ocorre já em registos literários bastante antigos (cf. (233)).

Interessa finalmente, acentuar que as relativas em questão parecem poder ser introduzidas por qualquer um dos pronomes relativos que surgem tipicamente associados às orações relativas livres. Brito & Duarte (2003: 684) referem que as orações relativas em causa podem ser introduzidas pelos morfemas *que*, *quem* e *onde*. Nos dados acima apresentados, é ainda de destacar a possibilidade de ocorrência do morfema relativo *como* – cf. (193) e (199). Apesar de não ter identificado qualquer ocorrência de relativas com infinitivo introduzidas pelo morfema relativo *quando*, veja-se que tal possibilidade – marginal, em alguns casos, como (236) - é igualmente existente (cf. Móia: 1992: 153):

(235) A agenda está repleta. Não {**há / temos / encontramos / arranjamos**} para quando marcar o nosso encontro.

(236) ?Ao professor, não lhe há-de **faltar** para quando adiar o teste.

Mencione-se ainda que o pronome relativo *que*, referido por Brito & Duarte (2003), parece ser uma variante livre do morfema relativo *o que*, introdutor típico de orações relativas livres. Comparem-se os exemplos:

(237) "Isto é, provavelmente a dormir na rua e sem ter **o que** comer." (CETEMPúblico, Ext 16423 (soc, 94b))

(238) "Próximo do eucalipto onde foi descoberto o corpo de António Luís Duarte foi encontrado um papel onde a vítima terá escrito que se matava por «não ter **que** comer e estar desempregado»." (CETEMPúblico, Ext 192150 (soc, 94a))

Em suma, ficou patente nesta subsecção a possibilidade de os verbos *ter*, *haver*, *procurar*, *encontrar*, *arranjar*, *levar*, *trazer*, *dar* e *faltar* seleccionarem sintagmas nominais coincidentes superficialmente com orações relativas cujos predicados se encontram nos modos infinitivo ou conjuntivo. Ficou igualmente evidente o contraste de produtividade que se verifica entre as estruturas que são seleccionadas pelos verbos *ter* e *haver* e aquelas que são seleccionadas pelos restantes verbos, principalmente no que às relativas com infinitivo diz respeito. Deixo por explorar a hipótese de os verbos *ter* e *haver* possuírem propriedades sintáctico-semânticas distintas das dos outros verbos mencionados[30].

4.2.2. Contextos favoráveis à ocorrência das relativas com infinitivo ou com conjuntivo (dependentes de verbos como *haver* ou *ter*)

Brito (1991: 229ss) afirma que as relativas infinitivas surgem muito frequentemente quando a frase superior integra uma partícula de negação. Com efeito, as estruturas

[30] Não encontrei, nos *corpora* pesquisados, qualquer excerto com o verbo existir (sinónimo de *haver*) e uma oração relativa com infinitivo, embora estas construções não pareçam agramaticais, pelo menos nos casos em que não ocorrem preposições: (i) não **existe** *o que temer*; (ii) ??não **existe** *do que ter medo*. Das estruturas com conjuntivo e movimento-Q de Sujeito há várias abonações: (i) "**Existe** até quem defenda que os montantes extra de última hora, associados a outros factores, contribuem para o descrédito da cena política dos nossos dias." (CETEMPúblico, Ext 726248 (pol, 97b)); (ii) "**Existe** quem nasça em o [*sic*] lugar errado." (*Público*, 1997 – *Corpus* Davies-Ferreira). Não tentarei averiguar aqui se as relativas em causa são exactamente do tipo sintáctico especial em apreço.

afirmativas parecem por vezes pouco naturais, em comparação com as construções negativas (ainda que não agramaticais):

(239) a. Não tenho onde colocar estes móveis.

b. ?Tenho onde colocar estes móveis.

De facto, uma pesquisa nos *corpora* já mencionados comprova que muitas das ocorrências relevantes surgem quando a frase superior contém um operador de negação. Eis alguns exemplos da ocorrência de relativas com infinitivo ou conjuntivo, aparentemente facilitada pela presença dos operadores de negação *não*, *sem*, *ninguém* e *nunca* nas estruturas frásicas superiores:

(240) "**Não** havia por onde escolher." (CETEMPúblico, Ext 396574 (clt, 93a))

(241) "O Tirsense atacou quase sempre mal e **não** teve quem pensasse o jogo." (CETEMPúblico, Ext 400573 (des, 96a))

(242) "Mas os visitantes, entre eles o próprio Presidente sérvio Milan Milutinovic, ficaram **sem** ter com quem falar, por os albaneses não terem nem uma plataforma para o diálogo nem a presença de testemunhas estrangeiras." (CETEMPúblico, Ext 127350 (pol, 98a))

(243) "**Sem** terem quem garanta a sua segurança, as testemunhas recusam-se a depor." (CETEMPúblico, Ext 586329 (soc, 93b))

(244) "Sobre ninguém se pode dizer aqui que vai bem, porque **ninguém** tem por onde ir." (CETEMPúblico, Ext 571073 (clt, 94b))

(245) "Drechsler, que em 1983 ganhara nessa mesma pista o seu [...] primeiro título mundial, como júnior e com o nome de Daute, **nunca** teve com que se inquietar." (CETEMPúblico, Ext 1535289 (des, 94b))

(246) "Uma derrota algo injusta, mas o golo de livre (...) dá também a ideia das limitações portuguesas: falhou um penalti, **nunca** teve quem rematasse direito, nem nos dois ou três livres que teve à beira da área." (CETEMPúblico, Ext 1370511 (des, 98b))

Contudo, a ocorrência de relativas com infinitivo ou com conjuntivo não requer a presença de marcadores de negação na frase superior. Parecem existir outros elementos linguísticos que, numa frase afirmativa, favorecem – a julgar pelo elevado número de

ocorrências nos *corpora* – a presença das relativas em causa. Destacarei alguns de seguida (em exemplos com infinitivo e com conjuntivo):

i. expressões adverbiais como *já*, *ainda*, *sempre*, *só* e outras (destacadas a negrito):

(247) "Isto é, António Guterres **já** tinha com que se entreter, dispensando, certamente, a «preciosa ajuda» do seu camarada de partido." (CETEMPúblico, Ext 99924 (opi, 97a)) | "Cavaco não deverá ir a Tavira mas **já** tem quem o represente." (CETEMPúblico, Ext 233974 (nd, 98a))

(248) "O êxodo de Danang foi um dos episódios mais dramáticos do fim da guerra, pior que o de Saigão, porque **ainda** havia para onde fugir." (CETEMPúblico, Ext 636038 (pol, 95a)) | "«Aqui ela **ainda** tem quem a acompanhe e ajude, porque de reforma recebe apenas 14»." (CETEMPúblico, Ext 131552 (soc, 94c))

(249) "Assim, **sempre** têm com quem brincar." (CETEMPúblico, Ext 79695 (soc, 93b))

(250) "Nós, os comuns dos cidadãos, **só** temos com que nos espantar." (CETEMPúblico, Ext 952891 (opi, 97a))

(251) "Ontem, abriu uma pequena mesa mas, desta vez, para arranjar calendários para a neta, porque os selos que tem são muito valiosos e **dificilmente** encontra com quem trocá-los." (CETEMPúblico, Ext 90727 (soc, 92a))

(252) "O telefone geral do dito departamento **raramente** tem quem o atenda." (CETEMPúblico, Ext 742437 (pol, 94b)

ii. contextos que induzem leituras virtuais do sintagma nominal em que a estrutura relativa está integrada, como estruturas matriz com tempo futuro (cf. (253)), modo condicional (cf. (254)), modo conjuntivo (cf. (255)), frases finais (cf. (256)), frases condicionais (cf. (257)) ou ainda certos verbos modais (cf. (258)):

(253) "Mas, a este respeito, ainda muito **haverá** por que lutar, já que é uma causa que nem a própria Constituição consegue fazer defender." (CETEMPúblico, Ext 1289657 (soc, 92a)) | "Aí **terão** quem os guie, quem lhes indique as boas passagens, lhes ensine os truques de condução e, também, quem os retire rapidamente de apuros no caso de ficarem atascados ou de caírem numa vala." (CETEMPúblico, Ext 29835 (des, 94b))

(254) "Mas, explicava a minha avó, se rebentasse a revolução, uma crise, outra guerra, **teríamos** por onde nos remediar." (CETEMPúblico, Ext 1349780 (nd, 95a))

(255) "A existência de órgãos regionais eleitos, segundo defende, permite que os cidadãos **tenham** a quem pedir contas." (CETEMPúblico, 868891 (nd, 98b)) | "Em caso de excesso de trabalho **procure** quem trabalhe consigo atempadamente." (CETEMPúblico, Ext 953577 (nd, 91b))

(256) "Mais por uma questão de solidão, **para terem** com quem falar, escrever a alguém e receber uma mensagem» (...), disse Dulce Mota, directora de marketing dos CTT." (CETEMPúblico, Ext 1254627 (soc, 92b)) | "Hoje, a assembleia de credores decretará a gestão controlada da MPR pelo menos até 28 de Abril, **para se procurar** quem fique com a unidade por um período máximo de ano e meio." (CETEMPúblico, Ext 932673 (eco, 96a))

(257) "Noutros locais, falta construir as condutas que poderão levar os efluentes que as Etar já poderiam tratar... **se** houvesse por onde os escoar." (CETEMPúblico, Ext 582561 (soc, 96b))

(258) "E isto só terá acontecido porque «um partido **deve ter** com quem conversar, **deve ter** quem o modere, corrija e enfrente»." (CETEMPúblico, Ext 31985 (pol, 91b))

Brito (1991) também dá exemplos da ocorrência de relativas com infinitivo do tipo relevante na forma afirmativa, que surgem quando a frase superior contém o verbo *procurar*, indutor de leituras de tipo virtual:

(259) Eu **procuro** de que viver. (*idem*: 229)

(260) Eu **procuro** com quem trabalhar. (*ibid.*)

Em todo o caso, importa sublinhar que ocorrem nos *corpora* exemplos que não parecem integrar-se em nenhum dos tipos de contextos acima identificados. Por outras palavras, os dados recolhidos mostram que as relativas com infinitivo ou conjuntivo podem surgir em frases afirmativas que não integrem qualquer um dos elementos linguísticos (discutivelmente) favorecedores da sua ocorrência, como os acima discriminados. Esta possibilidade é particularmente notória nas construções que se encontram na dependência dos predicados *ter* e *haver*, que são aquelas que revelam maior produtividade:

(261) "À esquerda, a ementa inscrita em duas placas metálicas e, ao cimo, uma instalação de Cabrita Reis (...) indicavam que ali **havia** com que restaurar as forças do corpo e da alma." (CETEMPúblico, Ext 560032 (soc, 93a)) | "E entre os que ficam, **há** quem se sinta a viver uma experiência brutal e fantástica, mas única." (NP, par 506)

(262) "O clube italiano também já avançou nas conversações com o Hajduk e com o jogador que, assim, **tem** por onde escolher e pediu algum tempo para avaliar melhor o destino a dar à sua carreira." (CETEMPúblico, Ext 129004 (des, 95a)) | "Mas [«Longe Daqui»] **teve** quem o subsidiasse, quem o produzisse, quem o distribua e exiba [*sic*], teve actores que aceitaram entrar nele." (CETEMPúblico, Ext 480686(clt, 94a))

Em suma, apesar de a ocorrência das relativas em análise parecer ser mais frequente quando, na frase superior, estão presentes operadores de negação – como refere Brito (1991) – ou outros elementos linguísticos, como alguns tipos de advérbios ou operadores que induzem leituras virtuais, ela também é possível em frases afirmativas "simples", como as que estão em (261) e (262). Fica assim por explicar a eventual estranheza que certas frases, como (239b) em início de discurso, possam suscitar em alguns falantes. Em todo o caso, note-se que mesmo essas frases se tornam consideravelmente mais naturais se forem contextualizadas (com possível ênfase no verbo):

(263) – Onde é que tu vais colocar esses móveis tão grandes?
– Não te preocupes. Eu TENHO onde colocar estes móveis.

(264) Embora viva num apartamento pequeno, eu TENHO onde colocar estes móveis.

Assim, parece-me que, em rigor, qualquer construção afirmativa ou negativa com as estruturas em causa pode ser gramatical (ainda que algumas sejam porventura menos frequentes).

4.2.3. Valor de (in)definitude dos sintagmas nominais coincidentes superficialmente com orações relativas com infinitivo ou com conjuntivo

Caponigro (2001) denomina as orações em questão como **relativas livres indefinidas** (*indefinite free relatives*, no original inglês) porque estas apenas podem ser parafraseadas por sintagmas nominais indefinidos: "First of all, indefinite FRs [free relatives] can be paraphrased with indefinite DPs, but not with definite DPs. Definite FRs, instead, exhibit the opposite behaviour: definite DPs can replace them without changing the truth conditions of the sentence, while indefinite DPs cannot." (*op. cit.*: 7). O valor em causa é verificado, como se pode ver através dos exemplos que o autor fornece, na estrutura de determinação associada ao antecedente, quando este é realizado[31]:

(265) a. C'è [$_{\text{indefinite FR}}$ chi dice sempre di si].
'Há quem diga sempre sim.'

b. Ci sono [$_{\text{indefinite DP}}$ (delle) persone che dissono sempre di si].
´Há (algumas) pessoas que dizem sempre sim.'
(Caponigro 2001: 6; traduções minhas)

Grosu & Landman (1998) apontam para a existência desta mesma diferença entre as relativas livres típicas e as relativas com infinitivo ou com conjuntivo: "Realis free relatives have the same distribution as normal DPs. Irrealis free relatives have a limited distribution: they do not occur as subjects and are natural in (though not completely restricted to) contexts of indefiniteness, i.e contexts which show definiteness effects (*there be*, relational *have*, etc.); these are precisely contexts in which realis free relatives are not allowed." (*op. cit.*: 158). Os autores fornecem dados do romeno em que a oração relativa

[31] Note-se que o autor sustenta que as relativas livres em análise não estão integradas num sintagma nominal, contrariamente às relativas livres típicas. Móia (1992: 104ss.) argumenta também a favor da hipótese de o constituinte em que as relativas aqui estão encaixadas não ser um sintagma nominal. Um dos argumentos dados por este autor prende-se com o facto de os verbos de que dependem estas estruturas não seleccionarem, pelo menos em alguns casos e mantendo o sentido relevante, sintagmas nominais não modificados:

(i) O Paulo já tem / arranjou com quem brincar.
(ii) O Paulo já tem / arranjou <u>meninos</u> com quem brincar.
(iii) *O Paulo já tem / arranjou meninos. (cf. *ibid.*)

Outros autores defendem análises semelhantes. Brito & Duarte (2003) e Izvorski (1998) afirmam mesmo que esta não é uma construção de tipo relativo, mas uma estrutura muito semelhante à das orações reduzidas ou à das interrogativas indirectas, respectivamente. Sobre esta discussão, nada mais adiantarei ao longo deste trabalho, embora naturalmente defenda o seu tratamento como verdadeiras orações relativas.

com infinitivo ou com conjuntivo pode surgir associada a um antecedente nominal indefinido (ainda que este não surja explicitado na versão romena, mas apenas na tradução inglesa que os autores apresentam)[32]:

(266) Am [cu cine {discuta, să discut} filozofie]
"tenho com quem discutir / eu discuta filosofia"
'I have [someone] with whom to discuss philosophy'.
'Eu tenho (alguém) com quem discutir filosofia.'
(Grosu & Landman 1998: 156; tradução minha a partir do inglês)

É importante salientar que, contrariamente ao que é assumido por Caponigro (2001), Grosu & Landman (1998) deixam em aberto a possibilidade de as orações relativas em análise estarem associadas a sintagmas nominais definidos. Contudo, os autores não ilustram esta hipótese com qualquer exemplo que seja relevante para o português.

No seguimento do que atrás foi exposto, tentarei verificar em seguida que tipo de antecedentes realizados ocorrem nas relativas não livres com infinitivo ou com conjuntivo dependentes de verbos como *ter* ou *haver* em português. A pesquisa em *corpora* mostra que os antecedentes realizados têm, de facto, em consonância com os estudos referidos, um valor tipicamente indefinido. Vejam-se os seguintes exemplos ilustrativos de antecedentes (de valor indefinido) que as relativas em causa podem ter:

i. expressões intrinsecamente negativas (com valor semântico negativo ou associadas a construções de concordância negativa), que, como tem sido defendido por muitos autores, possuem um valor de quantificação existencial:

(267) "Sobre ninguém se pode dizer aqui que vai bem, porque **ninguém** tem por onde ir." (CETEMPúblico, Ext 571073 (clt, 94b))

(268) "Os observadores da OSCE deixaram a Tchetchénia, onde o comandante das forças russas **não** encontra entretanto **ninguém** com quem discutir o processo de paz." (CETEMPúblico, Ext 534184 (clt-soc, 95b))

[32] Embora esta ideia não surja explicitada no texto, o exemplo indicia que, no romeno, a variação que o predicado verbal da relativa livre apresenta entre os modos infinitivo e conjuntivo é livre. Móia (1992: 94) faz notar que também em alguns registos coloquiais ou dialectais do português pode verificar-se esta oscilação entre o infinitivo e o conjuntivo, sem que haja movimento-Q da posição de Sujeito:
i. O Paulo não tem com quem brincar.
ii. ?O Paulo não tem com quem brinque.

(269) "«Isto é só para passar o tempo e ganhar dinheiro, **não** temos **nada** que fazer.»" (CETEMPúblico, Ext 5302 (soc, 93a))

(270) "Na minha lista **não** há **ninguém** que pense diferente de mim, frisou Monteiro, que encabeça a candidatura do CDS-PP ao Parlamento Europeu." (NP, par 68263)

ii. singulares e plurais simples

(271) "Durante todos esses anos, nós, israelitas, dissemos a nós mesmos (...) que não tínhamos **interlocutor** com quem falar (...)." (CETEMPúblico, Ext 308128 (pol, 93b))

(272) "Pelo menos se a GNR não aparecer a exigir pontualidade na hora do fecho, embora ambas as casas não tenham **vizinhos** a quem incomodar."[33] (CETEMPúblico, Ext 970712 (soc, 93a))

iii. sintagmas nominais encabeçados por determinantes indefinidos[34]

(273) "Perto das seis da manhã, voltou a sair, levando uma arma de pequeno calibre e um canivete suíço, já com o objectivo de encontrar **uma mulher** com quem ter relações sexuais - à força ou não." (CETEMPúblico, Ext 1319561 (nd, 97a))

(274) "Não deve haver **um português** que não se sinta ligado ao azeite por laços tão íntimos como os que o ligam à memória dos seus antepassados ou da sua terra natal." (NP, par 67384)

(275) "«Admitimos que pode haver **algum agricultor** que não utilize a melhor técnica de rega, mas arrisco afirmar que 98 por cento dos nossos produtos são de alta qualidade», assegura por sua vez Belarmino Luis, presidente da Cal." (CETEMPúblico, Ext 143269 (soc, 94a))

---

[33] Note-se, neste excerto, a ocorrência da preposição *a* numa relativa com movimento-Q do Complemento Directo. Sem a adição desta preposição ao pronome relativo, não seria aliás possível a utilização de *quem* numa relativa não livre: *... *embora ambas as casas não tenham vizinhos quem incomodar*. Móia (1992: 95) refere que este fenómeno de adição de preposição a um Complemento Directo ocorre frequentemente (de forma legítima) em relativas livres infinitivas: *o professor não tinha a quem elogiar* vs. *o professor não tinha quem elogiar*.

[34] Estruturas com *outro* – equivalente a *(nenh)um outro* – também ocorrem com frequência: "[P]orém, quando o seu estado põe em perigo a vida das pessoas que ali moram porque não têm **outro sítio** para onde ir, sobrevêm a insegurança e o medo." (NP, par 7319)

iv. expressões pronominais que integram um valor de indefinitude (como *alguém*)

(276) "E quando entrava num café, de bandeira nos ombros, sempre havia **alguém** com quem falar." (CETEMPúblico, Ext 1139540 (soc, 92b))

Tentemos explorar agora, para o português, a hipótese de as orações relativas com infinitivo ou com conjuntivo não estarem exclusivamente associadas a um valor de indefinitude (hipótese que, como já foi referido acima é admitida por Grosu & Landman 1998, pelo menos para o romeno.). Observem-se os dados que se seguem:

(277) Já tenho **amigos** com quem desabafar.

(278) a. ??/*Já tenho **os amigos** com quem desabafar.

b. ??Já tenho **o maior número possível de amigos** com quem desabafar.

c. – Queres falar comigo?

?– Não, já tenho **a Ana** com quem desabafar."

A aceitabilidade de (277), em que a oração relativa surge associada a um sintagma nominal indefinido, contrasta com a marginalidade ou agramaticalidade das construções de (278), em que as posições de antecedentes das relativas são preenchidas por estruturas nominais definidas. Para alguns falantes, as construções deste tipo são bem aceites quando integradas em certos contextos discursivos, como o de (278c). Contudo, a pesquisa em *corpora* revela que a ocorrência de antecedentes definidos neste tipo de orações relativas é muito residual. Na pesquisa que efectuei, com base em todos os predicados verbais superiores atrás identificados, encontrei apenas uma abonação relevante, que me parece, no entanto, algo marginal:

(279) ?"Por outro lado, torna-se necessário encontrar **o responsável** a quem punir." (CETEMPúblico, Ext 723469 (soc, 95a))

Refiro ainda que a construção em (278c) parece muito mais natural – e consensualmente aceite – se a estrutura relativa for substituída por uma construção infinitiva dependente da preposição *para*:

(280) – Queres falar comigo?
– Não, já tenho **a Ana** para desabafar."[35]

4.2.4. Extracção de constituintes do interior de orações relativas com infinitivo ou com conjuntivo (dependentes de verbos como *ter* ou *haver*)

Na secção inicial, já foi referida a possibilidade de extrair constituintes do interior das relativas do tipo em análise, referida por Móia (1992), Izvorski (1998) ou Grosu & Landman (1998).

Móia (1992), que analisa as orações relativas infinitivas livres dependentes dos verbos *haver, ter*, *procurar*, *encontrar*, *arranjar* e *procurar*, sustenta que, à excepção das que dependem do último verbo, todas as outras permitem a extracção de constituintes do seu interior. Brito & Duarte (2003) retomam, no que a esta questão diz respeito, os trabalhos de Móia (1992 e 1996), e Izvorski (1998) e Grosu & Landman (1998) generalizam, sem fornecer exemplos, o facto de as relativas em apreço não se comportarem como "ilha-Q", pelo menos no romeno e marginalmente no inglês.

Nas alíneas *a* de (281)-(284), ilustra-se a possibilidade de extracção de constituintes do interior de relativas com infinitivo; nas alíneas *b* ilustra-se essa mesma possibilidade nas orações relativas com conjuntivo:

(281) a. Estes são alguns dos livros **que** eu não tenho a quem dar. (Móia 1992: 101)
b. Estes são alguns dos livros **que** eu não tenho quem encaderne.

(282) a. Estes são alguns dos livros **que** eu ainda não arranjei a quem dar. (Móia 1992: 101)
b. Estes são alguns dos livros **que** eu ainda não arranjei quem encaderne.

(283) a. OK/?Estes são alguns dos livros **que** eu ainda não encontrei a quem dar. (Móia 1992: 101)
b. Estes são alguns dos livros **que** eu ainda não encontrei quem encaderne.

[35] Brito & Duarte (2003: 670) denominam, aliás, esta construção com infinitivo como "relativa infinitiva". Não irei aqui explorar o comportamento sintáctico ou tentar fazer a descrição linguística deste tipo de estruturas.

(284) a. ??/*Estes são alguns dos livros **que** eu procurei a quem dar. (Móia 1992: 102)

b. *Estes são alguns dos livros **que** eu procurei quem encaderne.

Móia considera que o aparente bloqueio à extracção do interior de estruturas relativas introduzidas pelo predicado *procurar* se deve ao facto de este verbo ser menos produtivo no que se refere à selecção de relativas livres com infinitivo. O autor salienta ainda que esta possibilidade de extracção não se verifica na estrutura relativa não livre equivalente[36]:

(285) ??/*Estes são alguns dos livros **que** eu não tenho nenhuma pessoa a quem dar. (Móia 1992: 103)

Verificarei seguidamente a possibilidade de os restantes predicados superiores passíveis de co-ocorrer com relativas com infinitivo ou com conjuntivo – a saber, *levar*, *trazer*, *dar* e *faltar* – se comportarem como "ilhas-Q". Apresento, nas alíneas *a* de (286)-(288), orações relativas infinitivas com extracção de Complementos Oblíquos e, nas alíneas *b* dos mesmos grupos, orações relativas com conjuntivo com extracção de Complementos Directos:

(286) a. ??Este é um daqueles problemas **que** é difícil trazer com que remediar.

b. ??Este é um dos peritos **que** é quase impossível trazer quem substitua.

(287) a. ??Tens aí um problema **que** eu não levo com que remediar.

b. ??Tens aí um problema **que** eu não levo o que remedeie.

(288) a. ?Este é um prémio **que** não falta a quem entregar merecidamente.

b. ?Este é um quadro interessante **que** não falta quem deseje.

As estruturas apresentadas são de gramaticalidade algo duvidosa. Parece-me que as construções menos estranhas são aquelas que dependem do verbo *faltar*. Na secção 4.2.1, constatei que o verbo *faltar* é mais produtivo no que diz respeito à co-ocorrência com relativas infinitivas do que os verbos *levar*, *trazer* e *dar*. A maior aceitabilidade linguística das estruturas apresentadas em (288) pode estar relacionada com este facto, o que é consentâneo com a hipótese colocada por Móia (1992) acerca da maior estranheza das estruturas com o verbo *procurar*.

[36] Este é aliás um dos argumentos em que o autor se substancia para propor uma hipótese de análise em que as relativas livres em causa são estruturalmente diferentes das suas equivalentes não livres. Para desenvolvimento desta questão, ver Móia 1992: 93ss..

É evidente que as construções nas quais se verifica extracção de constituintes do interior da oração relativa são bastante complexas e não são produzidas com muita frequência. Note-se, porém, a este propósito, que as estruturas seleccionadas pelo verbo *haver* parecem ser bastante especiais. Móia (c.p.) chamou a minha atenção para a facilidade com que ocorre a extracção de constituintes a partir de relativas dependentes deste verbo. Encontram-se mesmo várias abonações desta estrutura em *corpora* (quer com extracção de SNs – como em (289) – quer com extracção de SPs – como em (290)):

(289) "Um ordenado mais elevado e o contacto pessoal que têm com os jogadores são as principais razões de um pequeno sentimento de inveja **que** por vezes há <u>quem não consiga esconder</u>, e os próprios estão cientes disso." (NP, par 53977)

(290) "Contas astronómicas de chamadas que não foram feitas (...); reclamações que se apresenta sem que se obtenha resposta da empresa – um estado de coisas a **que** não há <u>quem consiga pôr cobro</u>." (NP, par 68317)

Ambos os exemplos dão conta da extracção de constituintes encaixados no domínio frásico que está directamente dependente do verbo *haver.* Em (289), verifica-se um movimento do constituinte que desempenha a função sintáctica de Complemento Directo, enquanto em (290) ocorre a extracção do Complemento Preposicional do predicado complexo verbal *pôr cobro*.

Mais uma vez, poder-se-á justificar a naturalidade das estruturas em causa recorrendo ao argumento da elevada produtividade das relativas com infinitivo ou com conjuntivo dependentes do verbo *haver*. Alternativamente, poderíamos explorar a hipótese, que já avancei, de este verbo apresentar propriedades sintáctico-semânticas distintas das dos outros predicados verbais. Esta é uma questão que deixarei para investigação posterior.

4.3. Sobre a estrutura interna das orações relativas com infinitivo ou com conjuntivo (dependentes de verbos como *ter* ou *haver*)

4.3.1. Modo verbal nas orações relativas dependentes de verbos como *ter* ou *haver*

Já foi referido anteriormente que o verbo das orações relativas em análise apresenta tipicamente o modo conjuntivo ou o modo infinitivo, sendo a escolha entre um e outro

modo condicionada por factores essencialmente sintácticos: quando o morfema relativo desempenha a função sintáctica de Sujeito, o predicado verbal da oração relativa apresenta-se no conjuntivo; em todos os outros casos, o modo verbal utilizado é geralmente o infinitivo, na forma não flexionada. Este comportamento sintáctico verifica-se em todas as orações, independentemente do verbo que ocorra na frase matriz (*ter*, *haver*, *arranjar* ou qualquer outro).

Todavia, nas pesquisas em *corpora* que realizei, identifiquei algumas construções do tipo em análise (ou pelo menos aparentemente do tipo em análise) que fogem à regra acima enunciada. Nas subsecções seguintes explorarei dados que ilustram os seguintes dois casos:

(i) ocorrência do modo conjuntivo em orações relativas com movimento-Q de constituintes preposicionados;
(ii) ocorrência do modo condicional[37] e do modo indicativo em orações relativas sintacticamente análogas às que estão a ser analisadas neste capítulo.

Adicionalmente, há que considerar a possibilidade de ocorrência de infinitivo flexionado em orações relativas infinitivas. Dado que não possuo dados sobre esta última construção que justifiquem uma secção autónoma, referi-la-ei apenas brevemente, já de seguida. Brito & Duarte (2003: 684) consideram que uma das particularidades das construções aqui analisadas é a de não poderem utilizar o infinitivo flexionado. Verifiquei, porém, que o infinitivo pessoal surge, ainda que esporadicamente, em orações relativas infinitivas, livres (cf. (291)) e não livres (cf. (292)-(293)). Eis três abonações de *corpora*, sobre cuja aceitabilidade ou gramaticalidade não me pronunciarei:

(291) "De uma forma ou de outra, não há <u>para onde **escaparmos**</u>." (CETEMPúblico, 1120744 (clt, 96b))

(292) "Não me importa que me odeiem, quero que tenham alguém <u>contra quem **testarem** as suas ideias</u>." (CETEMPúblico, Ext 755806 (clt-soc, 93a))

(293) "**–** Então ficas comigo porque não tens mais ninguém <u>com quem **viveres**</u>?" (CETEMPúblico, Ext 1089795 (clt, 92a))

Tanto quanto sei, as possibilidades descritas acima em (i) e (ii) ainda não foram referidas na literatura. Seria interessante fazer um trabalho com uma vertente histórica e/ou

[37] Considerarei ao longo deste capítulo a existência do modo condicional, em conformidade com a Nomenclatura Gramatical Portuguesa (1967).

sociolinguística para avaliar a difusão destas construções, mas tal investigação está fora do âmbito do presente trabalho.

4.3.1.1. Ocorrência do modo conjuntivo em orações relativas dependentes de verbos como *ter* ou *haver* que não envolvem movimento-Q de Sujeito

A pesquisa em *corpora* mostra que, já em fases mais antigas do português, o modo conjuntivo surgia em contextos diferentes daquele em que há movimento-Q da posição de Sujeito. Vejam-se os seguintes três exemplos, que envolvem movimento de constituintes preposicionados (expressões não argumentais, nestes casos):

(294) "Ora senhores honrados ficai com vossa mercê e nosso senhor vos dê com que **vivais** descansados." (Gil Vicente, séc. XVI - *Corpus* do Português Davies-Ferreira)

(295) "(...) deixa me irmão aproueitar este sangue, para que te não falte em que **frijas** a carne." (Fernão Mendes Pinto, *Peregrinação*, séc. XVII - *Corpus* do Português Davies-Ferreira)

(296) "Indo-lhe pedir um pouco de chá, respondeu-me àsperamente na cozinha que avisasse os companheiros (...) que ninguém lhe paga e que não tem com que **compre** na Ribeira o peixe ou a hortaliça." (José Daniel Rodrigues da Costa, *6 Entremezes de Cordel*, séc. XIX - *Corpus* do Português Davies-Ferreira)

Esta situação é também observável em textos literários relativamente recentes do português do Brasil:

(297) "Mais cativo do que eu sou? Cativo de um benefício que não tenho com que **pague**, e cativo ainda da mesma senhora, por uma dívida de conto e cem, afora prêmios." (Lindolfo Rocha, *Maria Dusá*, séc. XIX- *Corpus* do Português Davies-Ferreira) [PB]

(298) "(...) suspeitou de todos que o cercavam, detestou a sociedade; e, por não encontrar sobre quem **descarregasse** diretamente o seu ressentimento, bramou contra o atraso do Brasil, (...)!" (Aluísio Azevedo, Filomena Borges, séc. XX - *Corpus* do Português Davies-Ferreira) [PB]

No português europeu contemporâneo há também registo, ainda que esporádico, de orações relativas com conjuntivo em que não ocorre movimento-Q da posição de Sujeito, como as seguintes, com antecedente expresso (destacado a itálico), em que há movimento-Q de expressões preposicionadas:

(299) "Não encontro *muito* com que me **identifique** na música africana, embora admire as suas técnicas, em particular dos cantores." (CETEMPúblico, Ext 392618 (clt, 93a))

(300) "Só quero o que me pertence: (...) esquecer aos sábados no cinema que ao meter a chave à porta não há *ninguém do outro lado à minha espera*, com quem **me preocupe**, a quem **compre** roupa (...)." (in *Manual dos Inquisidores*, António Lobo Antunes, 1996, Lisboa, Planeta DeAgostini: 223)[38]

Comparem-se estas construções com as seguintes, nas quais ocorre canonicamente o infinitivo (e que podem ter ou não os antecedentes realizados):

(301) Não encontro (muito) com que me **identificar** na música africana, embora admire as suas técnicas, em particular dos cantores.

(302) Só quero o que me pertence: (...) esquecer aos sábados no cinema que ao meter a chave à porta não há (ninguém do outro lado à minha espera) com quem me **preocupar**, a quem **comprar** roupa (...).

No que diz respeito ao uso do modo conjuntivo em orações relativas do português europeu contemporâneo, há ainda dois casos especiais a distinguir. O primeiro envolve construções que creio não serem do tipo em apreço nesta dissertação, apesar de algumas semelhanças superficiais. O segundo envolve especificidades relacionadas com o uso de (pelo menos certos) verbos auxiliares.

Comecemos pelo primeiro caso, ilustrado nos dois excertos abaixo, em que ocorre o verbo *haver*, um antecedente realizado (destacado a itálico) e uma oração relativa com modo conjuntivo em que não há movimento-Q do Sujeito:

[38] Esta construção tem a particularidade de admitir a supressão da relativa sem que se gere agramaticalidade. Parece, pois, ser de um tipo especial, eventualmente com valor explicativo, que não irei aqui explorar.

(303) "O treinador escusa de verificar se estão todos presentes: não há *atleta* a quem **passe** pela cabeça não ser pontual." (CETEMPúblico, Ext 395444 (clt, 92a))

(304) "Mas se há *alguém* a quem a «Iª Semana da Galiza em Lisboa» **diga respeito**, é seguramente aos cinco mil galegos da capital. (CETEMPúblico, Ext 770115 (soc, 91b))

Estas duas orações relativas possuem antecedente expresso. As contrapartidas sem antecedente expresso parecem igualmente gramaticais:

(305) O treinador escusa de verificar se estão todos presentes: não há a quem passe pela cabeça não ser pontual.

(306) Mas se há a quem a «Iª Semana da Galiza em Lisboa» diga respeito, é seguramente aos cinco mil galegos da capital.

O que é relevante notar é que as orações relativas de (303) a (306) – ao contrário das de (299) e (300), por exemplo – não permitem que os predicados verbais surjam alternativamente no modo infinitivo:

(307) *O treinador escusa de verificar se estão todos presentes: não há (atleta) a quem **passar** pela cabeça não ser pontual.

(308) *Mas se há (alguém) a quem a «Iª Semana da Galiza em Lisboa» **dizer respeito**, é seguramente aos cinco mil galegos da capital.

Este simples contraste parece indicar que as construções de (303) a (306) não são do mesmo tipo que temos vindo a analisar ao longo deste capítulo. A questão merece, porém, alguma consideração mais detalhada, que deixarei para trabalhos posteriores. Recorde-se, no entanto, que o uso do modo conjuntivo pode estar associado a orações relativas – livres ou não – integradas em SNs com um valor de virtualidade (cf. Marques 1995), que não são do tipo em análise neste capítulo:

(309) a. Aplaudiremos os candidatos em quem {tenhamos / tivermos} confiança.

b. Quem o ministro {nomeie / nomear} para este cargo será entrevistado amanhã.

Consideremos agora o segundo caso acima referido, relacionado com especificidades do uso de certos verbos auxiliares. Observe-se a seguinte frase:

(310) "Honório Pereira e Leandro Pacheco saíram um dia de casa, para correr mundo, até encontrarem onde **pudessem** ganhar honradamente a vida." (Alberto Figueiredo Pimentel, *Histórias da Avozinha*, sécs. XIX-XX - *Corpus* do Português Davies-Ferreira)

Em (310), o pronome relativo *onde* é extraído de uma posição não argumental (preposicional). Embora não se verifique movimento-Q do Sujeito, o verbo auxiliar modal *poder* ocorre no modo conjuntivo. Esta ocorrência do conjuntivo associada a verbos auxiliares é muito frequente em português europeu contemporâneo em orações relativas do tipo em análise, quer livres, como em (310), quer não livres, como em (311) e (312):

(311) "*Nada* tinha com que **pudesse** fazer dinheiro (...)." (CETEMPúblico, Ext 633146 (soc, 93b))

(312) "Mas quando já não houver *pescadores* a quem se **possam** impor medidas de restrição da actividade (...) vamos ser obrigados a alargar os horizontes da nossa preocupação." (CETEMPúblico, Ext 643040 (opi, 97a))

Note-se que, se suprimirmos o verbo auxiliar modal *poder* nos exemplos acima, os verbos ocorrerão canonicamente no modo infinitivo:

(313) Honório Pereira e Leandro Pacheco saíram um dia de casa, para correr mundo, até encontrarem onde **ganhar** honradamente a vida.

(314) Nada tinha com que **fazer** dinheiro.

(315) Mas quando já não houver pescadores a quem **impor** medidas de restrição da actividade vamos ser obrigados a alargar os horizontes da nossa preocupação.

Não identifiquei nos *corpora* pesquisados estruturas semelhantes com outros verbos auxiliares. No entanto, parece evidente que o comportamento dos verbos auxiliares é bastante diversificado nesta construção. Sem pretender fazer uma análise exaustiva, que deixarei para investigação posterior, eis alguns dados ilustrativos dessa diversidade:

(i) combinação com verbos ou expressões predicativas com valor modal de capacidade:

(316) Não tenho em quem {possa / ??poder} confiar.

(317) Não tenho em quem {consiga / ??conseguir} confiar.

(318) Não tenho em quem {seja / ??ser} capaz de confiar.

(ii) combinação com alguns verbos auxiliares aspectuais:

(319) Já tenho com quem {?comece a / começar a} trabalhar.

(320) Já tenho com quem {?volte a / voltar a} trabalhar.

(321) Já tenho com quem {?passe a / passar a} trabalhar.

(322) Espero ter com quem {?continue a / continuar a} trabalhar.

(iii) combinação com o verbo auxiliar temporal *vir a*:

(323) Eu estava contente porque já tinha com quem {??viesse a / ?vir a} trabalhar num futuro próximo.
(cf. *Eu estava contente porque já tinha com quem trabalhar num futuro próximo.*)[39]

4.3.1.2. Ocorrência dos modos condicional e indicativo em orações relativas dependentes de verbos como *ter* ou *haver*

Nas pesquisas que efectuei, registei algumas construções que, sendo (ou pelo menos parecendo ser) do tipo relevante, apresentam outros modos verbais, como o condicional ou o indicativo. Em todas estas construções, há movimento-Q da posição de Sujeito. Eis os cinco exemplos que identifiquei:

(324) "Nas primeiras horas de domingo, procurei quem me **poderia** remediar o caso." (CETEMPúblico, Ext 998828 (soc, 93b))

(325) "A anunciada nomeação de Armando Moreira (...) está a gerar polémica no seio das estruturas do PSD daquele distrito, onde há quem **gostaria** de ver indigitado o actual presidente da Assembleia Municipal de Boticas (...)." (NP, par 59972)

(326) "Quando chegou à parte de recomendar que se procurasse quem **tinha** um nome igual ao nosso na lista telefónica e se telefonasse para estabelecer um contacto, foi uma espécie de sinal de partida." (CETEMPúblico, Ext 1543628 (clt, 94a))

[39] O auxiliar temporal é redundante nestes contextos, em que parece haver um valor prospectivo.

(327) "Como diria o meu ídolo Hercule Poirot, procuremos quem **beneficia** com o «crime» e teremos o criminoso." (CETEMPúblico, Ext 1043538 (eco, 94b))

(328) "À porta há sempre quem nos **fala**." (João Monge, "Café Paraíso", 1999)

As frases apresentadas contêm orações relativas livres em que o pronome relativo é extraído da posição de Sujeito e cujos predicados verbais se encontram no modo condicional (cf. (324)-(325)) ou no modo indicativo (cf. (326)-(328). Embora pareça ser muito raro o aparecimento de modos verbais diferentes do conjuntivo neste contexto sintáctico, a possibilidade parece verificar-se sem causar aparentemente grande estranheza aos falantes, pelo menos nos casos apresentados. É de salientar que a utilização do modo indicativo nas relativas que ocorrem em (326) e (327) parece indicar um valor de existência real (associado aos sintagmas nominais em que as estruturas oracionais estão encaixadas), em oposição ao valor virtual que tais constituintes têm se o modo for o conjuntivo[40]. Compare-se:

(329) Quando chegou à parte de recomendar que se procurasse quem **tivesse** um nome igual ao nosso na lista telefónica e se telefonasse para estabelecer um contacto, foi uma espécie de sinal de partida.

(330) Como diria o meu ídolo Hercule Poirot, procuremos quem **beneficie** com o «crime» e teremos o criminoso.

Contrariamente a estes casos, a utilização do modo conjuntivo na relativa de (328), dependente do verbo *haver*, não induz um valor virtual no constituinte em causa, isto é, tanto o modo indicativo como o modo conjuntivo parecem estar associados a uma leitura real[41]:

(331) "À porta há sempre quem nos **fale.**"

Identifiquei ainda, em textos jornalísticos do português do Brasil, um excerto em que o modo apresentado pelo predicado verbal da relativa é o indicativo. Contudo, ao contrário do que acontece em (324)-(328), em que os modos utilizados parecem ser bem aceites - ou pelo menos não rejeitados liminarmente - no excerto em causa, o modo indicativo parece

[40] Não tentarei averiguar de modo fundamentado nesta dissertação se as construções ilustradas em (324)-(328) são do exacto tipo (sintáctico-semântico) que está a ser analisado nesta dissertação ou se apresentam algumas particularidades que justifiquem uma classificação diferenciada.
[41] Cf. nota 7.

ser fonte de grande estranheza para os falantes do português europeu (que preferem a forma de conjuntivo *sobrevivesse* ou *tivesse sobrevivido*):

(332) "Apesar de empurrados para muito aquém da fronteira da humanidade, de privados de tudo o que há de mais básico e de suportarem as mais odiosas torturas criadas pela sanha nazista, houve quem **sobreviveu** a Auschwitz." (NILC, par Opinião-94b-opi-1)[42]

Os dados expostos nesta subsecção põem em causa que os modos infinitivo e conjuntivo sejam os únicos que podem ocorrer nas orações relativas em análise. Os expostos na secção anterior põem em causa a correlação entre uso do conjuntivo e movimento relativo apenas da posição de Sujeito. Não irei explorar neste trabalho as condições que permitem ou favorecem o aparecimento de modos verbais diferentes do infinitivo ou do conjuntivo – os únicos mencionados na literatura que consultei – ou o surgimento do conjuntivo em construções relativas em que não se observa movimento-Q da posição de Sujeito. Deixo essa tarefa para futuras investigações. Urge, contudo, aprofundar a descrição desta estrutura e tentar determinar se as relativas que apresentam modos verbais diferentes do infinitivo ou do conjuntivo pertencem à mesma exacta subclasse de relativas estudadas neste capítulo. Caso a utilização dos modos infinitivo ou conjuntivo nos predicados verbais da estrutura relativa não se revele factor distintivo desta construção, naturalmente haverá que ponderar a pertinência da designação (que eu própria assumi) "orações relativas com infinitivo ou conjuntivo (dependentes de verbos como *ter* ou *haver*)"[43].

[42] Sobre a razão da eventual diferença na aceitabilidade de (328) e (332), não tentarei pronunciar-me aqui. No entanto, o valor temporo-aspectual genérico *vs*. episódico parece ser relevante:
(i) OK/?Em situações dessas, **há** sempre quem prospera.
(ii) ??Naquela situação, **houve** quem prosperou.

[43] Izvorski (1998) atribui o termo "oração relativa não indicativa" (*non-indicative* wh-*clause*, no original inglês) às relativas em análise neste capítulo. O hipotético surgimento de predicados verbais de relativas no modo indicativo tornaria esta designação imotivada.

4.3.2. Fenómenos de elipse em orações relativas dependentes de verbos como *ter* ou *haver*

Um comportamento sintáctico que parece ser frequente nas relativas que têm estado a ser analisadas é a omissão de todo o domínio frásico da relativa, com excepção do constituinte relativo. Por outras palavras, a oração em causa realiza-se superficialmente apenas como um constituinte relativo. Apresento em seguida alguns exemplos obtidos em *corpora*:

(333) "«Aqui há todas as condições para praticar desporto, venho para cá fazer o circuito de manutenção e, ao fim do dia, um joguinho de futebol, se há com quem», concordou Francisco Ramires, 44 anos, empregado de escritório." (CETEMPúblico, Ext 1189298 (soc, 93b))

(334) "(...) ficam aqui enunciadas algumas das muitas perguntas que o Público fez e não tiveram resposta ou que gostaria de fazer mas não teve a quem (...)." (CETEMPúblico, Ext 1231004 (clt, 93b))

(335) "E o que é grande continua a crescer, mesmo sem já ter por onde, enquanto o que é pequenino não sai da cepa torta!" (CETEMPúblico, Ext 1363441 (pol, 97b))

(336) "O Open precisa de crescer, e não tem para onde." (CETEMPúblico, 1377364 (des, 97a))

(337) "Essa amostra permitirá detectar (...) pessoas que, apesar de terem mais de 60 anos, estão aptas para trabalhar mas não arranjam onde." (CETEMPúblico, Ext 234436 (soc, 98a))

A maior parte destas construções envolve constituintes relativos de tipo preposicional, (associado a posições argumentais ou não das orações relativas)[44]. Trata-se, portanto, de elipses em relativas livres com infinitivo, uma vez que seria neste modo que se esperaria

[44] Veja-se que a par das estruturas relativas em que há elisão (parcial) de um verdadeiro oblíquo, poder-se-á verificar a elisão de um constituinte com a função de Complemento Directo, precedido pela preposição *a*; preposição essa que, juntamente com o morfema relativo, não sofre elisão (cf. nota 33):

(i) A directora queria responsabilizar alguém, mas não tinha a quem.

(ii) A directora procurou culpar alguém, mas não encontrou a quem.

que o predicado verbal se apresentasse caso estivesse morfofonologicamente realizado. É o que acontece nos dados acima transcritos.

Encontrei uma única ocorrência em que há elipse de construções introduzidas pelo pronome relativo *quem*, associado à posição de Sujeito da relativa. Neste caso, estamos perante uma elipse numa relativa livre com conjuntivo, dado que canonicamente é este o modo apresentado pelos predicados verbais das relativas em análise em que se verifica movimento-Q da posição de Sujeito:

(338) "O pior é que há-de haver quem lance mão dessa arma contra nós. – Quem? – Ora! não falta quem." (Júlio Dinis, *A Morgadinha dos Canaviais*, séc. XIX – *Corpus* do Português Davies-Ferreira)

Há também, curiosamente, registo de estruturas mais complexas, que envolvem fenómenos de elipse e de coordenação de constituintes:

(339) "«O Natal amplia a solidão dos que não têm com quem nem para onde ir», afirmou Elmi Badenhorst, responsável por um serviço telefónico chamado «Linha Vida»." (CETEMPúblico, Ext 868317 (soc, 93a))

Neste exemplo, ocorre uma situação curiosa: repare-se que não há uma verdadeira elisão da estrutura relativa, uma vez que o predicado verbal *ir*, de que dependem os constituintes relativos *com quem* e *para onde* se encontra realizado. Há duas formas de análise desta estrutura, que não tentarei aqui avaliar: (i) considerar que há elisão associada ao primeiro constituinte relativo – *com quem ir nem para onde ir*; (ii) considerar que há uma coordenação dos constituintes relativos por meio da conjunção copulativa *nem* (formando um constituinte complexo dependente do predicado verbal *ir*) e que, portanto, não há elipse – [$_{SP}$ *com quem nem para onde*] *ir*.

Antes de terminar, debrucemo-nos brevemente sobre a classificação do tipo de elipses acima ilustradas. Matos (2003: 869ss) propõe uma tipologia de elipses em que esta omissão de constituintes nas orações relativas não é contemplada. A autora refere porém que, no caso específico das orações interrogativas (directas ou indirectas), pode ocorrer uma supressão de constituintes que coincida com toda a frase e que é apenas identificada pelo constituinte interrogado. Matos denomina-a **truncamento**:

(340) O Luís encontrou a impressora que queria comprar, mas eu não sei onde [$_{SFLEX}$-]

[$_{SFLEX}$ -] = encontrou o Luís a impressora que queria comprar (*idem*: 905)

Embora a autora associe este fenómeno sintáctico apenas às frases interrogativas, penso que, no caso das relativas em apreço, nos encontramos, *mutatis mutandis*, perante o mesmo tipo de estratégia de omissão de constituintes. Os exemplos acima apresentados mostram que da estrutura relativa apenas o constituinte relativo aparece realizado, sendo possível recuperar o conteúdo do constituinte frásico elidido. Creio ser por isso legítimo afirmar que também as relativas livres com infinitivo ou com conjuntivo podem sofrer elipse de constituintes do tipo truncamento.

4.4. Breve conclusão

Analisei neste capítulo orações relativas livres na dependência de verbos como *ter* ou *haver* cujos predicados verbais apresentam os modos infinitivo ou conjuntivo. Esta construção já foi descrita na literatura – destaco, no português, os trabalhos de Brito (1991) e de Móia (1992); contudo, tanto quanto sei, nunca a sua produtividade foi avaliada com base em produções efectivas dos falantes. Brito (1991) e Móia (1992) referem as ocorrências das relativas em questão na dependência dos verbos *haver*, *ter*, *procurar*, *encontrar* e *arranjar*. Neste trabalho, aponto a existência no português de outros verbos que seleccionam relativas com infinitivo ou com conjuntivo: *levar*, *trazer*, *dar* e *faltar* (os três primeiros mencionados na literatura consultada para contrapartidas noutras línguas e o último não mencionado de todo).

Vários aspectos que permitem distinguir estas orações (nas sua variante de relativas livres) das orações relativas livres típicas foram analisados. Entre eles, destaco os seguintes: o facto de estas relativas não estarem sujeitas ao requisito da contiguidade entre o antecedente nulo e o morfema relativo; o facto de estarem geralmente associadas a sintagmas nominais com uma leitura indefinida, como salientam Grosu & Landman (1998) ou Camponigro (2001); a possibilidade de extracção de constituintes do seu interior, que parece variar com o verbo de que depende a oração relativa. Em relação a esta última observação, sublinhe-se que o predicado verbal *haver* parece destacar-se de todos os outros verbos testados neste capítulo pela grande naturalidade com que surge associado à

extracção de constituintes do interior de orações relativas que dele dependem, o que me levou a colocar a hipótese (não explorada) de este verbo possuir propriedades sintáctico-semânticas únicas. A acentuada produtividade demonstrada por este verbo no que à ocorrência com relativas com infinitivo ou com conjuntivo diz respeito poderá favorecer esta hipótese.

Explorei ainda a possibilidade de os verbos das relativas em questão apresentarem modos verbais diferentes daqueles que a literatura refere (infinitivo e conjuntivo) e a possibilidade de aparecimento do modo conjuntivo em estruturas relativas nas quais se esperaria o surgimento do modo infinitivo. Concluí que é necessário proceder a um estudo profundo das construções com modos distintos – indicativo ou condicional – de forma a avaliar a pertinência da sua inclusão na classe de relativas em apreço. Esta tarefa poderá envolver a reclassificação das estruturas em análise, para as quais mantenho (à falta de melhor termo) a designação algo prolixa de "orações relativas com infinitivo ou com conjuntivo dependente de verbos como *ter* ou *haver*".

5. Orações relativas livres transparentes

5.1. Aspectos gerais

Analisarei, neste capítulo, um conjunto de construções que têm sido reconhecidas na literatura – principalmente sobre a língua inglesa – como um subtipo de orações relativas livres e designadas como **orações relativas transparentes**. Estas construções estão ilustradas nos seguintes excertos de *corpora* portugueses:

(341) a. "Enquanto a Confederação do Empresários Algarvios fez ontem saber que pretende a abertura de um inquérito às obras em curso na Fortaleza de Sagres, a Associação dos Arquitectos Portugueses defendeu <u>o que considerou ser um projecto exemplar</u>." (NP, par 77269)

b. "Desta vez, é o desporto o alvo escolhido para a sátira de Keaton e dá enorme satisfação ver como tudo bate certo do princípio ao fim: <u>o que parece à primeira vista uma estrutura em ziguezagues</u> transforma-se, no final, numa concatenação extraordinariamente coerente de todos os motivos cómicos do filme." (NP, par 16648)

c. "Chegaram finalmente a um enorme pátio descoberto, de muros altos, onde, a um canto, a distância conveniente, estava <u>o que parecia ser uma grande caixa coberta por um pano azul</u>." (CETEMPúblico, Ext 326957 (pol, 92b))

(342) "Perante um diálogo destes, o cão estava <u>o que se diz desnorteado</u>." (CETEMPúblico, Ext 1088059 (clt, 93b))

São evidentes duas características essenciais que permitem classificar as construções sublinhadas como orações relativas livres: (i) o morfema relativo – *o que* – está associado a um antecedente nulo, isto é, a um antecedente sem realização lexical; (ii) as orações coincidem superficialmente com um sintagma (pelo menos em (341), claramente nominal), que desempenha funções de argumento ou de predicador na estrutura superior em que as orações estão integradas – a construção relativa em (341a) integra o argumento interno (SN) do predicado verbal (superior) *defender* e as construções relativas em (341b) e (341c) integram o argumento externo (SN) de predicados verbais, *transformar-se* e *estar*, respectivamente; em (342), a oração relativa integra o chamado Nome Predicativo do Sujeito (da oração matriz).

Como já referi, na literatura mais recente, as construções do tipo das que ocorrem em (341) e (342) são consideradas uma subclasse distinta de orações relativas livres. Com efeito, muitos autores defendem que estas orações apresentam propriedades que as afastam das restantes relativas, justificando-se, por isso, considerá-las uma subclasse autónoma, que Wilder (1998) denominou como **orações relativas livres transparentes** (*transparent free relatives*, no original inglês).

Os autores que estudaram as orações relativas transparentes consideram que o constituinte que predica sobre o morfema relativo – e que se situa tipicamente no final da oração relativa (isto é, na posição mais à direita) – é o núcleo da construção. Este constituinte está destacado a negrito nas estruturas sintácticas simplificadas que se seguem (em que o símbolo ∅ representa o antecedente nulo do morfema relativo e a sigla REL identifica a oração relativa):

(343) a. a Associação dos Arquitectos Portugueses defendeu $[_{SN}$ ∅ $[_{REL}$ [o que]$_i$ considerou [v]$_i$ ser $[_{SN}$ [v]$_i$ **um projecto exemplar**]]]

b. $[_{SN}$ ∅ $[_{REL}$ [o que]$_i$ [v]$_i$ parece à primeira vista [v]$_i$ $[_{SN}$ **uma estrutura em ziguezagues**]]] transforma-se (...) numa concatenação extraordinariamente coerente de todos os motivos cómicos do filme

Os referidos autores salientam que o constituinte a negrito – o constituinte que predica sobre o morfema relativo – tem um papel nuclear porque determina em grande medida as características sintácticas e semânticas de toda a oração relativa. Por um lado, pelo menos no inglês, este constituinte parece ter de ter a mesma categoria sintáctica e o mesmo valor semântico que o sintagma em que a oração relativa se encaixa. Por outro lado, este constituinte tem uma ligação privilegiada com a oração matriz, que permite nomeadamente que se construam estruturas paralelas sem oração relativa (embora com algumas diferenças de significado, que explicitarei adiante), em que há uma ligação directa entre ele e o predicador da oração superior:

(344) a. a Associação dos Arquitectos Portugueses defendeu **um projecto exemplar**

b. **uma estrutura em ziguezagues** transforma-se numa concatenação extraordinariamente coerente de todos os motivos cómicos do filme

Esta possibilidade de ligação directa do constituinte nuclear a elementos da frase matriz (suprimindo o resto da oração relativa) é em grande medida o que justifica a atribuição do epíteto **transparentes** a estas orações.

Neste ponto, importa destacar algumas propriedades das orações relativas em análise, concernentes à sua estrutura interna:

(i) o sintagma (tipicamente) mais à direita da oração relativa tem o estatuto de predicador e toma o morfema relativo como seu argumento (a associação entre estes dois elementos constitui uma predicação encaixada dentro da oração relativa)[45];

(ii) o morfema relativo é um argumento externo e está associado à posição típica destes argumentos na oração relativa;

(iii) a predicação mais encaixada referida em (i) está subordinada a expressões predicativas de tipos muito restritos, que ocorrem necessariamente dentro da oração relativa, principalmente: expressões de valor epistémico (sintacticamente associadas a construções de elevação, incluindo construções com verbos copulativos[46]), como *parecer* ou *ser aparentemente*, ou verbos declarativos e (os chamados) verbos de actividade mental[47] (sintacticamente associados a construções transitivas-predicativas), como *dizer* ou *considerar*.

---

[45] Grosu (2003) considera que os constituintes que dependem do predicado verbal da relativa, mais especificamente o morfema relativo e a expressão que predica sobre ele, formam uma "oração pequena". Nalgumas construções, esta classificação parece ser consensual. Noutras, no entanto, parecem levantar-se dúvidas, designadamente naquelas em que surge um conector entre o elemento predicativo e o seu argumento, conector esse que, segundo Marrafa (1985: 108), assinala "uma ligação sintáctica relevante, sendo, do ponto de vista semântico, praticamente vazio". Este conector pode ser facultativo, e.g. *o Pedro nomeou a Ana* {*para* / *como*} *sua secretária* (*apud* Marrafa 1985: 75), ou obrigatório, e.g. *o chefe promoveu o João a secretário* (*idem*: 107). Casteleiro (1981) e Marrafa (1985) consideram que a designação de "orações pequenas" nestes casos pode ser problemática. Note-se ainda que a existência de um elemento de mediação entre o predicador e o seu argumento impede que a suposta oração pequena esteja em variação livre com a respectiva oração plena, como se pode ver em (ii):

(i) O João considera {a Ana simpática / que a Ana é simpática}.

vs (ii) O João qualificou {a Ana de simpática / *que a Ana é (de) simpática}.

Tendo em conta estes aspectos, evitarei doravante a designação "oração pequena" para me referir à estrutura formada pelo sintagma situado mais à direita na relativa transparente e o morfema relativo que sobre ele predica.

[46] A tradição gramatical designa como "copulativos" os verbos que estabelecem uma ligação entre o Sujeito de uma frase e o seu Nome Predicativo. Em análises sintácticas mais modernas, considera-se que essa ligação ocorre apenas ao nível superficial da frase. Segundo estas análises, este tipo de verbos selecciona uma oração pequena como argumento interno, tal como (alguns d)os verbos transitivos-predicativos. Superficialmente, o argumento único da oração reduzida ocorre com a relação gramatical de Sujeito da frase com o verbo copulativo.

[47] Cf. Mateus *et al.* (1989: 270).

Como já referi, a construção relativa – analisada, na literatura, para o inglês – apresenta propriedades que indiciam uma interacção sintáctica e semântica directa entre elementos da proposição matriz e o constituinte que predica sobre o morfema relativo, de tal modo que a restante oração relativa pode ser suprimida sem perda de gramaticalidade (e apenas uma pequena variação de significado). Assim, o papel do constituinte que predica sobre o morfema relativo é central na análise destas construções. Por facilidade de referência (e de modo a adoptar uma designação que possa dar conta do seu comportamento tanto no português como no inglês), denominarei este constituinte, doravante, como **predicativo nuclear**[48].

As construções apresentadas em (341) e (342) permitem observar ainda outra importante característica das orações transparentes, que passo a enunciar. Com efeito, se atentarmos nas representações em (343), verificamos que: (i) a oração relativa coincide superficialmente com um sintagma, exigido pela estrutura argumental da frase matriz – nestes casos, um sintagma nominal (SN); (ii) o predicativo nuclear de cada uma dessas orações relativas é um sintagma da mesma categoria, isto é, é ele também um sintagma nominal (o que permite, aliás, a construção de estruturas paralelas como as de (344)). Esta **conformidade sintagmática entre oração relativa e predicativo nuclear** é considerada, pelos autores que estudaram a construção, como uma propriedade distintiva das orações relativas transparentes.

Convém, no entanto, salientar que, no que diz respeito a esta questão, construções como as de (342) se afiguram algo problemáticas, facto que, tanto quanto sei, ainda não foi notado na literatura. Recorde-se, em primeiro lugar, que as orações relativas livres coincidem tipicamente (na superfície) com sintagmas nominais, sendo o seu antecedente nulo igualmente de natureza nominal. Segundo Kajita (1977) ou Wilder (1998), entre outros, as orações livres transparentes (ou os sintagmas com que elas coincidem superficialmente) podem desempenhar, em inglês, funções não nominais na proposição matriz. Vejamos exemplos desta situação para o português, em que os predicativos nucleares correspondem a um sintagma adjectival e a um sintagma preposicional, respectivamente:

[48] Várias têm sido as denominações propostas pela literatura para este constituinte. van Riemsdijk (2001) denomina-o *callus*; Grosu (2003) refere-o como *transparent nucleus* (núcleo transparente); den Dikken (2005) designa-o *share* (constituinte partilhado); Schelfhout, Coppen & Oostdijk (2003) propõem a designação *content kernel*.

(345) a. Perante um diálogo destes, o cão estava o que se diz desnorteado.

a'. ... o cão estava $[_{SX}$ ∅ $[_{REL}$ [o que]$_i$ se diz [v]$_i$ $[_{SA}$ desnorteado]]]

b. Perante um diálogo destes, o cão estava o que se diz sem norte.

b'. ... o cão estava $[_{SX}$ ∅ $[_{REL}$ [o que]$_i$ se diz [v]$_i$ $[_{SP}$ sem norte]]]

O problema que estas construções colocam é, simplificadamente, o seguinte: se o predicativo nuclear e a oração relativa têm de ser categorialmente idênticos, então SX representa um sintagma adjectival (SA) em *a'* acima e um sintagma preposicional (SP) em *b'*. Isto parece sugerir que as orações relativas livres transparentes podem – ao contrário das orações relativas livres típicas – coincidir com sintagmas não nominais. Esta hipótese parece ser muito questionável, pelo menos para o português, como explicarei adiante, nas subsecções 5.2.1.3 e 5.2.1.4, em que discuto mais pormenorizadamente a possibilidade de as relativas livres transparentes do português poderem estar associadas a posições não nominais (à semelhança do que acontece no inglês).

Não conheço literatura que explore as orações relativas transparentes em português. As análises em que me baseio, nomeadamente Grosu (2003) e Schelfhout, Coppen & Oostdijk (2003), descrevem a construção relativa transparente apenas para o inglês, salvaguardando, no entanto, a possibilidade da sua ocorrência noutras línguas, nomeadamente no neerlandês e no alemão. Tendo em conta a inexistência de bibliografia específica para o português, procurarei neste capítulo responder às seguintes questões básicas: (i) as propriedades de "transparência" exibidas pelas orações relativas em causa no inglês verificam-se também nas construções linguísticas paralelas do português?; (ii) as construções portuguesas têm propriedades que justifiquem a sua inclusão numa subclasse autónoma de orações relativas livres? De modo a responder a estas questões, começarei por apresentar as propriedades que caracterizam as orações relativas livres transparentes inglesas, discutindo, em seguida, e para cada uma delas, a sua existência (ou não) nas construções paralelas do português. Adiantando um pouco, refiro já que as orações relativas do português que serão objecto de estudo neste capítulo não parecem evidenciar os mesmos fenómenos de "transparência" que estão descritos para o inglês. Não obstante, por questões de clareza e de facilidade de referência, manterei a designação proposta na literatura (para o inglês) de **orações relativas (livres) transparentes**.

Uma última nota prévia, antes de passar à análise. Importa sublinhar que o tipo de construções relativas em estudo não tem grande visibilidade nos *corpora* linguísticos do

português disponíveis para consulta na *internet*. Se, por um lado, não se pode negar a sua ocorrência, principalmente em certos registos, por outro lado, parece que a construção tende a ser evitada em situações mais formais, nomeadamente na linguagem escrita jornalística. Assim, estamos perante estruturas linguísticas em relação às quais é particularmente difícil delimitar uma fronteira nítida que separe realizações gramaticais, marginais e agramaticais. Não obstante, sempre que possível e considerado útil, os juízos de gramaticalidade apresentados serão ancorados em abonações jornalísticas ou outras.

5.2. Sobre as propriedades distintivas das orações relativas livres transparentes

Segundo as análises de Nakau (1971), Kajita (1977) e Wilder (1998), *apud* Grosu (2003), as orações relativas transparentes do inglês apresentam as seguintes propriedades distintivas:

(i) possibilidade de a oração relativa coincidir superficialmente com um sintagma não nominal (cf. Kajita 1977; Wilder 1998);

(ii) ocorrência da oração relativa sob o escopo de um operador de modalização discursiva (cf. Nakau 1971);

(iii) possibilidade de o predicativo nuclear desencadear a concordância no plural na proposição matriz (cf. Nakau 1971; Wilder 1998);

(iv) exclusividade de utilização do morfema relativo *what* (correspondente a *o que*, no português) (cf. Nakau 1971);

(v) possibilidade de extracção de constituintes do interior da oração relativa (ou seja, não exibição de efeitos de "ilha-Q") (cf. Wilder 1998);

(vi) valor indefinido do sintagma (nominal) com que a oração relativa coincide superficialmente (cf. Nakau 1971; Wilder 1998);

(vii) possibilidade de o sintagma (nominal) com que a oração relativa coincide superficialmente estar associado a um traço [+ Humano] (embora a oração relativa seja encabeçada por um morfema – *what* – normalmente incompatível com esse valor semântico) (cf. Wilder 1998).

Apesar de todas estas propriedades serem consideradas diferenciadoras das orações relativas transparentes (relativamente às orações relativas livres típicas), considero conveniente realçar que as propriedades (iii) e (vii) não ocorrem na totalidade das

construções com relativas transparentes. Para que a propriedade enunciada em (iii) ocorra, é necessário que a oração relativa ocupe, na proposição matriz, uma posição sintáctica que desencadeie concordância verbal (isto é, que seja Sujeito) e que o predicativo nuclear da oração relativa tenha número plural. Quanto à verificação de (vii), ela depende, como é natural, das restrições de selecção semânticas do predicativo nuclear (sendo o traço [+ Humano] apenas uma das possibilidades envolvidas).

Nas subsecções seguintes, descreverei e analisarei cada uma das propriedades acima referidas, comparando as orações relativas transparentes descritas para o inglês com as construções relativas paralelas do português.

5.2.1. Diversidade funcional e categorial dos sintagmas que integram as orações relativas transparentes

5.2.1.1. Aspectos preliminares

Os sintagmas com que as orações relativas transparentes coincidem superficialmente nem sempre são sintagmas nominais. Aliás, verifica-se que há não apenas uma certa **diversidade categorial** nesses sintagmas – opondo-se os casos típicos, com sintagmas nominais, aos casos com outros sintagmas – como uma certa **diversidade funcional** – podendo os sintagmas em causa assumir a função de Predicativo ou funções não predicativas, como argumento ou modificador. São estes aspectos que me proponho explorar nesta secção, verificando diferenças de comportamento entre as estruturas do inglês e as do português.

Consideremos os seguintes exemplos, de tipos semelhantes aos que foram dados em (341) e (342) acima:

(346) O que parecia **um fantástico negócio** foi afinal um fiasco.

(347) O ministro apresentou o que parecia **uma excelente solução**.

Em ambos estes exemplos, as orações relativas (sublinhadas) coincidem superficialmente com sintagmas nominais, que desempenham, respectivamente, as funções de Sujeito e de Complemento Directo na frase matriz. Como os predicativos nucleares (a negrito) são

ambos, igualmente, sintagmas nominais, é possível substituir toda a oração relativa pelo predicativo nuclear, sem perda de gramaticalidade (embora com alterações de significado):

(348) **Um fantástico negócio** foi afinal um fiasco.

(349) O ministro apresentou **uma excelente solução**.

Apesar de não se poderem ignorar as importantes diferenças semânticas existentes entre (346) e (348) e entre (347) e (349) – a cuja análise se procederá na secção 5.2.2. adiante –, estas frases ilustram a possibilidade de o predicativo nuclear substituir a totalidade da oração relativa transparente. Esta possibilidade está relacionada com uma propriedade básica da estrutura das orações relativas transparentes, já anteriormente referida: a conformidade categorial entre o sintagma com que a oração relativa coincide superficialmente e o sintagma a que corresponde o predicativo nuclear (da oração relativa). Esta conformidade categorial é, aliás, considerada por muitos autores, como Kajita (1977) ou Wilder (1998), essencial para a boa formação das orações transparentes:

> "Kajita claimed that the positions in which the TFRs [transparent free relatives] occur (...) show that they match their TNs [transparent nucleus] in syntactic category (…). In short, there is evidence that the TN and the TFR must be categorically matched" (Grosu 2003: 282-283);

> "Wilder argues for an analysis of TFRs [transparent free relatives] in which the relative contains a full copy of what I will call the 'share' (the constituent that is intuitively shared by the free relative and the matrix clause, functioning at the same time as the predicate of the free relative and as the matrix-clause element modified by the TFR) [...]." (den Dikken 2005: 97).

A conformidade categorial entre o sintagma em que se encaixa a oração relativa e o predicativo nuclear da oração relativa é um dos aspectos da "transparência" que, segundo os autores em causa, caracteriza estas orações relativas. Em suma, estabelece-se uma ligação entre o predicativo nuclear e a frase matriz, para a qual (o resto d)a oração relativa não parece ser obstáculo.

Vejamos agora exemplos de um tipo algo distinto de (346) e (347):

(350) a. <u>O que parecia **ameaçador**</u> era afinal inofensivo.

b. Evitei <u>o que parecia ser **ameaçador**</u>.

Nestas duas frases, a conformidade acima referida não se verifica. Com efeito, o predicativo nuclear *ameaçador* é um sintagma adjectival, que, como é evidente, não pode substituir toda a oração relativa (que coincide superficialmente com uma estrutura de tipo nominal). Assim:

(351) a. ***Ameaçador** era afinal inofensivo.
b. *Evitei **ameaçador**.

Este tipo de impossibilidade é descrita para o inglês. Wilder (1998) (*apud* Grosu 2003) faz notar que, devido à inexistência de conformidade categorial entre o predicativo nuclear e o sintagma nominal em que a oração relativa se encaixa, construções como as de (350) (ou melhor, os seus correlatos em inglês) não são verdadeiras orações relativas transparentes:

> "Wilder also observed that a TFR [transparent free relative] with an adjectival TN [transparent nucleus] may not occur in a nominal argument position, as in (71). More exactly, (71) is acceptable only if the *wh*-phrase, rather than the small clause predicate, constitutes its semantic nucleus, that is, only if it is not construed as a TFR.
>
> (71) [What I'd describe as stupid] is lying on this desk." (Grosu 2003: 283)

Em síntese, a categoria sintagmática do predicativo nuclear tem de coincidir com a do sintagma com que a oração relativa coincide superficialmente para se considerar que estamos perante uma relativa transparente. Portanto, se a oração relativa estiver associada a uma posição sintáctica reservada a expressões nominais, o seu predicativo nuclear tem de ser igualmente nominal.

Interessa agora referir que, pelo menos em inglês, a oração relativa transparente pode ainda ocorrer em posições sintácticas que não são típicas de sintagmas nominais. Vejamos algumas possibilidades, com exemplos de Grosu (2003: 248):

(i) oração relativa associada a uma posição de **sintagma nominal**
(isto é, exemplo do tipo já descrito acima)

(352) He made <u>what may appear to be **a radically new proposal**</u>.

(ii) oração relativa associada a uma posição de **sintagma adjectival**

(353) He made an uninspired and <u>what I'd describe as **catastrophic**</u> decision.

(iii) oração relativa associada a uma posição de **sintagma adverbial**

(354) He came out the next day, but I didn't get a chance to talk to him what you might call **privately**.

(iv) oração relativa associada a uma posição de **estrutura oracional** (com forma verbal terminada em *-ing*)

(355) He felt my mother was what he called **poisoning my mind**.

É duvidoso que as possibilidades ilustradas em (ii), (iii) e (iv) – isto é, a associação de orações relativas transparentes a posições não nominais – estejam disponíveis em português (em estruturas com orações relativas de tipo comparável às do inglês). Esta questão será explorada nas subsecções seguintes.

Nas estruturas observadas até aqui (com a possível excepção de (355)), os sintagmas com que a oração relativa coincide superficialmente – nominais ou não – assumem funções de argumento ou modificador (nominal ou verbal) na estrutura em que estão encaixadas. Interessa ainda considerar um caso distinto destes, em que os sintagmas relevantes assumem a função (e ocorrem na posição) de Predicativo. Este caso é do tipo apresentado em (342) acima, que repito a seguir[49]:

(356) Perante um diálogo destes, o cão estava o que se diz **desnorteado**.

Por facilidade de referência designarei estas orações como **orações relativas (livres) transparentes predicativas** e as outras como **orações relativas (livres) transparentes não predicativas**. Em resumo, se tivermos em conta o parâmetro função e forma do sintagma com que as orações relativas transparentes coincidem superficialmente, podemos subclassificá-las do seguinte modo:

[49] Discutivelmente, a estrutura ilustrada em (355) pode ser considerada uma variante desta construção. Voltarei a referir esta estrutura, embora apenas de modo muito breve, no final da secção 5.2.1.4.

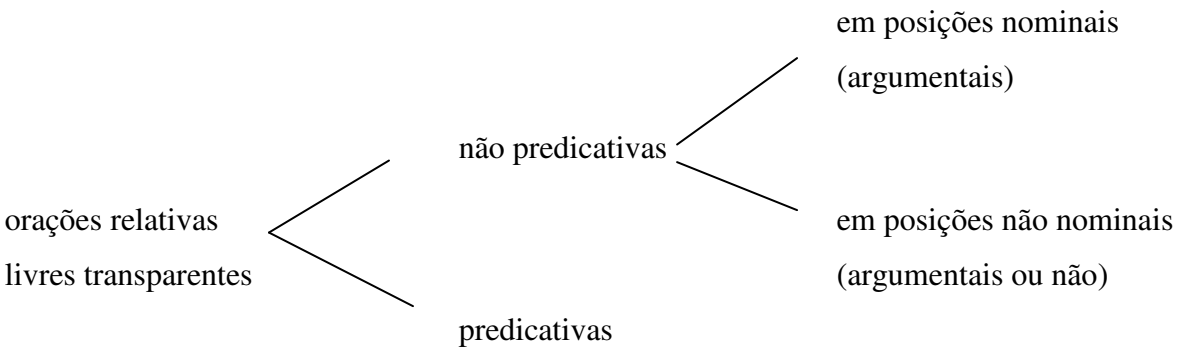

Figura 1. Subtipos de orações relativas transparentes quanto à função e à forma dos sintagmas em que estão inseridas

Nas três subsecções seguintes, analisarei cada um destes subtipos individualmente, começando pelas orações relativas transparentes não predicativas (primeiro em posições nominais e depois em posições não nominais) e terminando com as orações relativas transparentes predicativas.

5.2.1.2. Orações relativas transparentes não predicativas em posições nominais

A frase (352) acima contém uma oração relativa transparente associada a uma posição nominal (de Complemento Directo) na oração matriz e cujo predicativo nuclear é um sintagma nominal. Para este tipo de construção, é possível apresentar uma tradução para português perfeitamente aceitável, mantendo-se uma estrutura semelhante:

(357) a. Ele fez <u>o que pode parecer</u> **<u>uma proposta radicalmente nova</u>**.

b. ele fez [$_{SN}$ ∅ [$_{REL}$ [o que] pode parecer [$_{SN}$ uma proposta radicalmente nova]]]

Veja-se que o predicativo nuclear pode substituir a totalidade da oração relativa (*ele fez* ***uma proposta radicalmente nova***), o que atesta a conformidade categorial entre ambos os constituintes.

A maior parte das ocorrências de orações relativas transparentes que encontrei nos *corpora* portugueses consultados é do tipo que acabo de descrever. Para além dos exemplos transcritos em (341) – nos quais ocorrem orações relativas que coincidem superficialmente com argumentos externos ou internos não preposicionados de predicados

superiores –, são também comuns as orações relativas associadas a argumentos internos preposicionais (oblíquos argumentais)[50]:

(358) "Seja como for, ele vai continuar a causar dores de cabeça às duas partes envolvidas no que parecia ser **mais um inocente negócio**." (CETEMPúblico, Ext 52657 (pol, 92a))

(359) "A Comissão Executiva da CGTP, que ontem se reuniu em Lisboa, manifestou-se preocupada com o que considera ser **a desagregação do aparelho produtivo** (...)." (NP, par 39991)

(360) "Pelo contrário, cheguei ao que parece, à primeira vista, **um mundo irreal**." (CETEMPúblico, Ext 135343 (des, 95a))

As orações relativas em causa podem ainda ocorrer na dependência de preposições não argumentais, que introduzem modificadores verbais ou modificadores de nomes ou até apostos nominais (cf. (365) abaixo, para o último caso):

(361) a. Almocei no que é considerado **o restaurante mais exótico da cidade**.

b. almocei [$_{SP}$ em [$_{SN}$ ∅ [$_{REL}$ [o que] é considerado [$_{SN}$ o restaurante mais exótico da cidade]]]]

O sintagma preposicional delimitado em (361b) é um modificador do predicado *almoçar*. A oração relativa transparente é, neste caso, argumento da preposição *em*, que introduz um modificador de valor locativo. A existência de orações relativas transparentes nestes contextos parece ser igualmente frequente no português. Seguem-se mais alguns exemplos de *corpora* e livros:

(362) "A Comissão Promotora da manifestação comemorativa do 25 de Abril, em Lisboa, protestou ontem, em comunicado, contra o que considera ter sido **a escandalosa distorção e manipulação que a RTP (...) fez na reportagem sobre o desfile popular entre o Marquês de Pombal e o Rossio (...)**." (NP, par 19088)

[50] Incluo estas construções na secção dedicada à ocorrência de orações relativas transparente em posições nominais, tendo em conta que elas se seguem a uma preposição, coincidindo superficialmente com o SN que complementa essa preposição.

(363) "[O]s agentes da psp vão fazer uma greve às multas, durante toda a próxima semana, (...) como forma de luta contra o que consideram **falta de diálogo do ministério da administração interna**." [51] (NP, par 2978)

(364) "[Edward Wozny] teve de rebuscar no que pareciam ser **dúzias de pequenos bolsos exteriores e interiores, de vários tamanhos e feitios**, até encontrar o bocado de papel que procurava." (in *O Códice Secreto*, Lev Grossman, tradução do inglês, Ed. Presença, Lisboa: 11)

(365) "Três cartas, com o que parecem ser **pedaços de pele**, estão a adensar o mistério do caso do serial killer conhecido por monstro de Florença(...)." (NP, par 77057)

Em suma, verifica-se que, em português, as orações relativas transparentes ocorrem com perfeita naturalidade e produtividade em posições nominais (tal como acontece com as orações relativas livres típicas).

5.2.1.3. Orações relativas transparentes não predicativas em posições não nominais

As frases (353) e (354) do inglês, acima, contêm orações relativas transparentes em posições reservadas à ocorrência de sintagmas não nominais (e não argumentais), nomeadamente a posição de modificador de nome (de tipo adjectival) e modificador verbal (de tipo adverbial). Retomemos esses exemplos (nas alíneas *a*), seguidos de estruturas comparáveis sem oração relativa (nas alíneas *b*):

(366) a. He made an uninspired and what I'd describe as catastrophic decision.
b. He made an uninspired and catastrophic decision.

(367) a. He came out the next day, but I didn't get a chance to talk to him what you might call privately.
b. He came out the next day, but I didn't get a chance to talk to him privately.

[51] Note-se que, neste caso, a substituição da relativa pelo predicativo nuclear obrigaria à realização de um artigo definido que não está presente na estrutura dada: (...) *contra* ***a falta de diálogo do ministério da administração interna***.

O confronto entre estes dois pares de frases revela a existência de conformidade categorial entre os predicativos nucleares das orações relativas e o sintagma em que as orações relativas estão integradas.

Como já referi, as orações relativas transparentes incluídas em (366a) e (367a) funcionam a nível superficial como instâncias de modificação nominal e de modificação verbal, respectivamente, e estão, portanto, associadas a posições sintácticas que são tipicamente ocupadas por sintagmas não nominais – *e.g.* sintagmas adjectivais ou preposicionais e sintagmas adverbiais ou preposicionais, respectivamente. Ora, o que acontece nestes casos é que a passagem destas construções para o português – mantendo a estrutura com uma oração relativa – parece dar origem a construções muito pouco naturais:

(368) ??Ele tomou uma decisão pouco inspirada e <u>o que eu descreveria como catastrófica</u>.

(369) ??Ele chegou no dia seguinte, mas não tive oportunidade de falar com ele <u>o que poderíamos dizer em privado</u>.

A avaliação da gramaticalidade destas estruturas parece uma questão sensível. Penso que, pelo menos em algumas situações, não são completamente rejeitadas pela língua, mas, em todo o caso, não me parecem estruturas de grande naturalidade. Sem me pronunciar de forma definitiva sobre o estatuto destas construções, deixo aqui mais alguns exemplos (construídos), nas alíneas *b* e *c* subsequentes:

(370) a. O candidato socialista conseguiu uma vantagem <u>decisiva</u> em relação ao seu adversário.

b. ??O candidato socialista conseguiu uma vantagem <u>o que eu diria decisiva</u> em relação ao seu adversário.

c. *O candidato socialista conseguiu uma vantagem <u>o que me parece decisiva</u> em relação ao seu adversário.

(371) a. Gostaste mesmo daquele discurso. Aplaudiste <u>com entusiasmo</u>.

b. ??Gostaste mesmo daquele discurso. Aplaudiste <u>o que eu diria com entusiasmo</u>.

c. ??/*Gostaste mesmo daquele discurso. Aplaudiste <u>o que me pareceu com entusiasmo</u>.

De facto, estes são exemplos de construções em relação às quais é muito difícil formular juízos de gramaticalidade totalmente consensuais. Colocados perante estas construções, os falantes do português que inquiri mostram-se inseguros quanto à aceitação ou rejeição destas estruturas. Para além disso, nos *corpora* linguísticos pesquisados não encontrei qualquer atestação de orações relativas transparentes (não predicativas) que coincidissem superficialmente com sintagmas não nominais. Em suma, a possibilidade de as orações relativas transparentes (não predicativas) coincidirem superficialmente com sintagmas não nominais não pode ser completamente rejeitada, mas parece ser – no mínimo – pouco comum.

O que acontece é que o português dispõe de construções sintácticas alternativas (sem oração relativa), mais frequentes e sentidas como mais naturais, para veicular o tipo de valor semântico que está associado às construções do inglês dos tipos de (366a) e (367a) (que são consideradas perfeitamente naturais no inglês). Compare-se a estranheza de (370b-c) e (371b-c) com a naturalidade das frases seguintes, em que há expressões intercaladas (marcadas aqui com vírgulas, mas que poderiam igualmente ser assinaladas com um travessão, indicadores de uma potencial pausa):

(372) a. O candidato socialista conseguiu uma vantagem decisiva, digamos assim, em relação ao seu adversário.

b. O candidato socialista conseguiu uma vantagem, digamos, decisiva em relação ao seu adversário.

(373) a. Gostaste mesmo daquele discurso. Aplaudiste, diria eu, com entusiasmo.

b. Gostaste mesmo daquele discurso. Aplaudiste, pareceu-me, com entusiasmo.

Nestas construções, o que é veiculado em inglês pela relativa transparente (com a excepção do predicativo nuclear) está representado pela estrutura parentética, sob escopo da qual se encontra o equivalente do predicativo nuclear.

As frases (372) e (373) têm um valor semântico muito próximo do das construções com relativas transparentes e até – consideram alguns autores – semelhanças estruturais. As análises de Schelfhout, Coppen & Oostdijk (2003), por exemplo, referem a proximidade semântica e estrutural existente entre orações relativas transparentes e estruturas parentéticas. Em particular, estes autores defendem uma "análise parentética"

para a estrutura das orações relativas transparentes. Segundo esta análise, o morfema relativo e o verbo presentes na oração relativa transparente constituem uma espécie de inciso, que se insere na construção matriz em moldes semelhantes aos de uma estrutura parentética:

(374) a. Ele proferiu [o que chamaríamos] um discurso polémico.
b. Ele proferiu [, digamos,] um discurso polémico.

Para além dos aspectos semânticos, os autores referem que as orações transparentes são muito próximas de estruturas parentéticas também no que diz respeito à curva entoacional a que estão associadas: "The relative clause serves as a premodifier to the content kernel; we propose this premodifier is parenthetical in nature of its position and its prosodical characteristics" (Schelfhout, Coppen & Oostdijk 2003: 9).

Uma breve pesquisa em *corpora* de textos jornalísticos portugueses atesta a grande frequência de construções com estruturas parentéticas (e valor semelhante ao veiculável através de relativas transparentes). Eis alguns exemplos meramente ilustrativos, envolvendo correlatos do predicativo nuclear (a negrito) com a função de complemento de verbo (sintagma nominal), modificador de nome (sintagma adjectival) e modificador verbal (sintagma adverbial ou preposicional), em (375), (376) e (377), respectivamente[52]:

(375) "20 por cento dos homens (...) confessaram ter protagonizado, digamos assim, **uma relação extra-conjugal** nos últimos cinco anos." (NP, par 46084)

(376) a. "(...) as medidas fiscais constantes das propostas de Lei (...) restringem de uma forma grave e, a nosso ver, **gratuita** os ainda incipientes esforços de racionalização e de consolidação do tecido produtivo nacional." (CETEMPúblico, Ext 1447326 (eco, 93b))
b. "Olhe, até escusamos de ir para a filosofia e coisas**,** digamos assim, **complicadas** (...)." (NP, par 23559)

(377) a. "O trabalho de reescrita é feito, digamos, **mentalmente**, antes da «cristalização» no papel?" (CETEMPúblico, Ext 1437797 (clt, 94b))

[52] Também há construções em que o correlato do predicativo nuclear tem a função de Predicativo (do Sujeito ou do Complemento Directo), mas essas construções não interessam nesta secção: "Entreguei a uma revista uma tradução do conto 'A Hora do Diabo', que eu própria considero, digamos, **marginal** na obra de Pessoa (...)." (NP, par 22128). Voltarei a referi-las adiante, na secção 5.2.1.4.

b. "Nesta legislação tivemos em linha de conta, especialmente, as medidas preventivas, embora, digamos, **em termos mais repressivos**." (CETEMPúblico, Ext 1168301 (des, 97a))

Em conformidade com o que ficou dito acima, as estruturas do tipo de (375) parecem ser substituíveis por orações relativas transparentes, em português, mas as do tipo de (376) e (377) não podem, pelo menos com plena naturalidade:

(378) 20 por cento dos homens confessaram ter protagonizado o que poderíamos chamar **uma relação extra-conjugal** nos últimos cinco anos.

(379) a. ??As medidas fiscais constantes das propostas de Lei restringem de uma forma grave e o que podemos dizer **gratuita** os ainda incipientes esforços de racionalização e de consolidação do tecido produtivo nacional.

b. ??Olhe, até escusamos de ir para a filosofia e coisas o que podemos dizer **complicadas**.

(380) a. ??O trabalho de reescrita é feito o que podemos dizer **mentalmente** antes da «cristalização» no papel?

b. ??Nesta legislação tivemos em linha de conta, especialmente, as medidas preventivas, embora o que podemos dizer **em termos mais repressivos**.

Uma breve nota ainda para salientar que as estruturas parentéticas podem "afectar" ainda apenas partes de sintagmas (nominais) ou outros, como acontece no seguinte exemplo, em que a expressão *digamos* ocorre dentro de um sintagma nominal – *a sua seriedade disciplinar* – , afectando apenas o constituinte *seriedade disciplinar* (Móia, c.p.). Também nestes casos, não parece viável a correspondência em português com estruturas com orações relativas transparentes:

(381) a. "Foi neste âmbito que se manteve o núcleo remanescente da sua, digamos, **seriedade disciplinar**, no culminar de um processo que Genette há anos apontou ao falar da retórica restrita." (NP, par50138)

b. ??Foi neste âmbito que se manteve o núcleo remanescente da sua o que podemos dizer **seriedade disciplinar**, no culminar de um processo que Genette há anos apontou ao falar da retórica restrita.

5.2.1.4. Orações relativas transparentes predicativas

Conforme já foi dito, as orações relativas transparentes podem também coincidir superficialmente com sintagmas que têm a função de Predicativo, como no exemplo (342), que aqui se repete:

(382) "Perante um diálogo destes, o cão estava o que se diz **desnorteado**." (CETEMPúblico, Ext 1088059 (clt, 93b))

Neste caso, a oração está associada à função de Predicativo do Sujeito, mas é igualmente possível encontrar construções em que a oração relativa está associada ao Predicativo do Complemento Directo:

(383) Eu achei-a o que se poderia dizer **um pouco desnorteada**.

Em (382), o predicativo nuclear é de tipo adjectival, mas a construção é igualmente gramatical quando os predicativos nucleares são de natureza preposicional ou nominal[53]:

(384) a. Perante um diálogo destes, o cão estava o que se diz **sem norte**.
b. Perante um diálogo destes, o cão parecia o que se diz **um tontinho**.

Conforme referi inicialmente, pode equacionar-se a hipótese de que o sintagma com que a oração relativa coincide superficialmente seja da mesma categoria sintagmática do predicativo nuclear (à semelhança do que acontece com a generalidade das outras relativas transparentes). Esta hipótese está em consonância com a possibilidade de substituição da totalidade da oração relativa pelo predicativo nuclear, mantendo a gramaticalidade da construção. Compare-se, por exemplo, (382) com a seguinte estrutura:

(385) Perante um diálogo destes, o cão estava **desnorteado**.

Na hipótese referida, assume-se que o sintagma com que as orações relativas transparentes predicativas coincidem pode pertencer a uma de três categorias: SA, como em (382)-(383), SP, como em (384a), ou SN, como em (384b). Neste aspecto, este subtipo de orações

[53] Nos *corpora* pesquisados, aparecem mais ocorrências com predicativos nucleares de tipo nominal do que com predicativos nucleares de tipo adjectival ou preposicional (os quais são praticamente inexistentes, sendo (382) uma excepção).

distingue-se das orações relativas livres típicas, que se encaixam sempre em sintagmas nominais.

Em suma, a análise em causa assume o seguinte: as frases sublinhadas em (382) a (384) são verdadeiras orações relativas transparentes (que podem ser de tipo não nominal); o sintagma em que elas se integram – e possivelmente o próprio antecedente nulo da oração relativa – tem a mesma natureza categorial do predicativo nuclear (adjectival, preposicional ou nominal):

(386) a. o cão estava $[_{\mathbf{SA}}$ ∅ $[_{\text{REL}}$ [o que]$_i$ se diz [v]$_i$ $[_{\text{SA}}$ desnorteado]]]

b. o cão estava $[_{\mathbf{SP}}$ ∅ $[_{\text{REL}}$ [o que]$_i$ se diz [v]$_i$ $[_{\text{SP}}$ sem norte]]]

c. o cão parecia $[_{\mathbf{SN}}$ ∅ $[_{\text{REL}}$ [o que]$_i$ se diz [v]$_i$ $[_{\text{SN}}$ um tontinho]]]

Uma hipótese de análise alternativa a esta consiste em considerar que as estruturas em apreço não são, em rigor, verdadeiras orações relativas transparentes – o antecedente nulo da oração relativa é sempre nominal, independentemente da categoria sintagmática do predicativo nuclear:

(387) a. o cão estava $[_{\mathbf{SN}}$ ∅ $[_{\text{REL}}$ [o que]$_i$ se diz [v]$_i$ $[_{\text{SA}}$ desnorteado]]]

b. o cão estava $[_{\mathbf{SN}}$ ∅ $[_{\text{REL}}$ [o que]$_i$ se diz [v]$_i$ $[_{\text{SP}}$ sem norte]]]

c. o cão parecia $[_{\mathbf{SN}}$ ∅ $[_{\text{REL}}$ [o que]$_i$ se diz [v]$_i$ $[_{\text{SN}}$ um tontinho]]]

Esta hipótese de análise parece conjugar-se bem com a possibilidade de ocorrência de um antecedente pronominal em todas estas orações relativas:

(388) a. o cão estava $[_{\text{SN}}$ aquilo $[_{\text{REL}}$ [que]$_i$ se diz [v]$_i$ $[_{\text{SA}}$ desnorteado]]]

b. o cão estava $[_{\text{SN}}$ aquilo $[_{\text{REL}}$ [que]$_i$ se diz [v]$_i$ $[_{\text{SP}}$ sem norte]]]

c. o cão parecia $[_{\text{SN}}$ aquilo $[_{\text{REL}}$ [que]$_i$ se diz [v]$_i$ $[_{\text{SN}}$ um tontinho]]]

Uma vez que a posição de Predicativo pode ser ocupada por sintagmas adjectivais, preposicionais ou nominais, não podemos, com os dados até aqui apresentados, argumentar de forma decisiva a favor ou contra qualquer uma das duas hipóteses atrás enunciadas. Porém, como avaliámos na subsecção anterior, a oração relativa transparente não parece poder surgir com plena aceitabilidade em posições sintácticas não nominais reservadas à ocorrência de sintagmas adjectivais ou de expressões de tipo adverbial (isto é, na posição de modificador de nome ou modificador verbal). Este facto poderá constituir um

argumento a favor da adopção da hipótese de análise sugerida em (387). Não desenvolverei mais esta questão, que deixo para investigação posterior.

Um caso que convém distinguir dos anteriores é aquele em que a oração relativa transparente é parte integrante do elemento predicador, como acontece em (355), que repito a seguir em (389a), em que a relativa tem como predicativo nuclear uma estrutura oracional de tipo gerundivo:

(389) a. He felt my mother was what he called **poisoning my mind**.
b. He felt my mother was **poisoning my mind**.

A transposição desta frase para o português parece tão ou mais estranha do que a das estruturas analisadas na subsecção anterior:

(390) ??Ele sentiu que a minha mãe estava o que ele chamou **a envenenar-me o espírito**.

Neste caso, segundo a análise tradicional de estruturas como *estar a envenenar* como formas verbais perifrásticas, parte do predicado complexo verbal (*estar a envenenar*) integra a própria relativa transparente e outra parte está fora dela (uma vez que a construção relativa surge entre o verbo auxiliar *estar a* e o verbo principal *envenenar*). Segundo a análise de *estar a* como verbo de elevação, a oração relativa transparente ocupa a posição de uma estrutura oracional encaixada. Em qualquer das análises, teríamos de considerar: (i) em paralelo com (386), que a oração relativa coincide com uma estrutura oracional (e está associada a um antecedente nulo de natureza proposicional), hipótese que parece sintacticamente muito pouco sustentável; (ii) em paralelo com (387), que a oração relativa coincide com um SN, o que, neste caso, também parece algo estranho. Deixarei o estudo destas estruturas também para investigação posterior.

Conforme vimos na subsecção anterior, a ocorrência de relativas transparentes em posições de modificador de nome ou modificador verbal não são naturais em português. A forma mais natural que a língua oferece para veicular o valor dessas relativas do inglês é a colocação do sintagma que desempenha as funções de predicativo nuclear sob o escopo de uma estrutura parentética que possui o mesmo valor modal que a estrutura relativa em causa. Curiosamente, este tipo de estratégia também é utilizado em português para veicular o valor de estruturas comparáveis às de (389a) acima. Veja-se:

(391) a. "Porque eu estava, digamos, **a fazer a minha aprendizagem do processo de produção técnica de um livro**, a experimentar os diversos papéis, os diferentes meios de impressão..." (CETEMPúblico, Ext 645167 (clt, 94a))

b. "Ainda fiz para a Dom Quixote algumas capas com o computador, mas tratava-se, digamos, **de adaptar à informática as coisas que tinha feito no estirador**." (CETEMPúblico, Ext 720378 (clt, 95a))

Resumindo, vimos neste subcapítulo 5.2.1 que: (i) as orações relativas transparentes que estão associadas a sintagmas nominais em posição argumental e cujos predicativos nucleares são igualmente nominais estão plenamente integradas na língua; (ii) nos casos em que o predicativo nuclear é um sintagma não nominal, apenas parecem ser bem aceites as construções em que a relativa ocorre associada a um sintagma com a função de Predicativo na frase matriz; (iii) em geral, podemos dizer que, em português, as orações relativas transparentes apenas são plenamente aceites em posições sintácticas (argumentais ou de predicador) que permitem a ocorrência de sintagmas nominais, tal como acontece com as orações relativas livres típicas; em todas as outras situações, a aceitabilidade das estruturas é duvidosa. Referimos ainda que alguns autores, como Schelfhout, Coppen & Oostdijk (2003), consideram que as orações relativas transparentes, sem o seu predicativo nuclear, funcionam como uma espécie de inciso na construção matriz, sendo sintacticamente independentes desta. Tanto as orações relativas transparentes como as estruturas parentéticas que as podem substituir introduzem uma "modalização discursiva" considerada essencial à boa formação destas estruturas. É deste aspecto que nos ocuparemos em seguida.

5.2.2. Operadores de modalização discursiva nas orações relativas transparentes

Descreverei nesta secção aspectos, predominantemente semânticos, que envolvem o predicado verbal que ocorre nas orações relativas transparentes e de que dependem o morfema relativo e o predicativo nuclear. Como disse anteriormente, estes predicados verbais podem ser sintacticamente verbos de elevação (incluindo verbos copulativos) ou verbos transitivos-predicativos, que estão destacados a negrito nos exemplos seguintes:

(392) Ele tentou implementar o que **parecia** um bom projecto.

(393) O governo elaborou o que **foi considerado** na altura uma proposta radicalmente nova sobre as energias renováveis.

(394) Ele evidencia o que eu **considero** uma aptidão extraordinária para a escrita.

(395) Ele hoje está o que podemos **dizer** um chato.

O valor semântico associado a este predicados envolve o que alguns autores classificam como uma modalização discursiva. Segundo Oliveira (2003: 245), por exemplo, a modalização discursiva é "a gramaticalização de atitudes e opiniões dos falantes" através de elementos linguísticos presentes no enunciado. Convém sublinhar que o facto de o predicativo nuclear conjuntamente com o morfema relativo se encontrarem sob o escopo de um operador de modalização discursiva é considerado, na literatura, uma das propriedades definitórias das orações relativas livres transparentes:

> "What I submit is a better characterization of what goes on in (…) [TFRs] is that the TN is not necessarily claimed to correctly characterize its extension in all the worlds or under all the circumstances associated with the main clause (…). In view of this, I propose the following felicity condition on TFRs:
>
> (63) The small clause whose predicate is the TN is felicious just in case it is in the scope of a TFR-internal intensional operator.
>
> What (63) says is, essentially, that a TFR is felicitous just in case it implies that the predication expressed by the small clause does not necessarily hold in all contextually relevant possible worlds and/or at all contextually relevant moments in time." (Grosu 2003: 279; sublinhado meu)

Penso que o que Grosu (2003) designa como um "operador intensional" é o que – de forma mais clara talvez – podemos classificar como um "operador de modalização discursiva", o qual restringe a aplicação da asserção veiculada a determinados modelos de interpretação. Por outras palavras, não é assumida uma validade universal para a asserção relevante, antes ela é relativizada (*e.g.* à opinião do enunciador ou de outras entidades relevantes).

Os dados apresentados em (392)-(395) ilustram os diferentes tipos de modalização discursiva apresentados nas orações relativas transparentes do português. Nos exemplos (392)-(394), os predicativos nucleares dependem dos predicados verbais *parecer* e *considerar* (incluindo a forma passiva *ser considerado*). Nestes casos, estamos perante uma **modalização de tipo epistémico**. O uso dos predicados acima referidos explicita a

responsabilidade assumida pelo enunciador – ou por outras entidades relevantes, no caso de (393) – no que toca à atribuição de determinadas propriedades (*um bom projecto*, *uma proposta radicalmente nova sobre as energias renováveis*, *uma aptidão extraordinária para a escrita*) às entidades referidas mediante o morfema relativo. A atribuição das propriedades em causa está pois dependente do conhecimento, crença ou opinião individuais e é por isso de tipo epistémico. Comparem-se as frases em causa com as seguintes (sem oração relativa), igualmente gramaticais mas em que o valor epistémico em causa não está presente, ou pelo menos não é asserido de forma explícita:

(396) Ele tentou implementar <u>um bom projecto</u>.

(397) O governo elaborou <u>uma proposta radicalmente nova sobre as energias renováveis</u>.

(398) Ele evidencia <u>uma aptidão extraordinária para a escrita</u>.

Quanto ao exemplo (395), ele ilustra uma modalidade de carácter distinto. Este exemplo envolve uma situação discursiva na qual o enunciador se mostra inseguro quanto à adequação da expressão linguística escolhida (*um chato*) para descrever um dado estado emotivo. A ênfase incide, neste caso (e noutros comparáveis), sobre a escolha do termo linguístico para definir propriedades referidas na oração relativa. Por isso, considerarei, que se trata de uma **modalização de tipo metalinguístico**[54]. Compare-se (395) com a seguinte estrutura, sem essa modalização (explícita):

(399) Ele hoje está <u>um chato</u>.

As orações relativas livres transparentes do português apresentam os dois tipos de modalização discursiva referidos. Estes mesmos valores são veiculados através de estruturas parentéticas como as que já observámos em secções anteriores como *parece-me, ao que parece*, *digamos* ou *digamos assim*, por exemplo. Assim, compreende-se que as estruturas do inglês com orações transparentes que não podem corresponder a estruturas do mesmo tipo em português sejam traduzidas para estruturas com aquele tipo de expressões parentéticas. Observe-se:

(400) a. He made an uninspired and <u>what I'd describe as</u> catastrophic decision.

b. Ele tomou uma decisão pouco inspirada e – <u>diria eu</u> – catastrófica.

[54] É discutível a utilização do termo "modalização" ou "modalidade" para cobrir aspectos de carácter metalinguístico; no entanto, por facilidade de referência, manterei esta designação neste trabalho, sem prejuízo de que futuramente possa adoptar uma designação distinta.

(401) a. He came out the next day, but I didn't get a chance to talk to him what you might call privately.

b. Ele chegou no dia seguinte, mas eu não consegui falar com ele em privado, digamos assim.

(402) a. He felt my mother was what he called poisoning my mind.

b. Ele sentiu que a minha mãe estava, palavras dele, a envenenar o meu espírito.

Os sintagmas que nas orações relativas transparentes do inglês ocupam a posição de predicativo nuclear (*catastrófica*, *em privado*, *a envenenar o meu espírito*) encontram-se, nas estruturas portuguesas, sob o escopo de um operador de modalização discursiva na construção parentética. As variações interpretativas sentidas são similares nas duas línguas.

5.2.3. Número da oração relativa transparente

Nas descrições do inglês, diz-se que uma das características mais evidentes das construções em estudo é a possibilidade de a oração relativa transparente (ou talvez melhor, o sintagma com que ela coincide superficialmente) adquirir traços de número plural a partir do seu predicativo nuclear e desencadear concordância no mesmo número no verbo da frase matriz. Naturalmente, este mecanismo de concordância só opera quando a oração relativa ocorre na posição de Sujeito da frase matriz. Vejam-se os dados seguintes (de Schelfout, Coppen & Oostdijk 2003: 1), com predicativo nuclear plural (*pebbles*) e oração relativa na posição de Sujeito:

(403) a. What seem to be pebbles **are** strewn across the lawn.

b. *What seem to be pebbles **is** strewn across the lawn.

Segundo os autores referidos, a única estrutura aceite pelo inglês é aquela em que o predicado verbal matriz ocorre no plural. Dado que, no inglês, pronomes relativos do tipo de *what* (tal como acontece aliás no português com *o que*) desencadeiam normalmente concordância singular, o par de frases (403) atesta a especificidade de comportamento das orações relativas transparentes. Em suma, quando a relativa transparente ocupa superficialmente a posição de Sujeito da frase matriz, a concordância verbal estabelece-se

obrigatoriamente com o predicativo nuclear e não com o pronome relativo. O mecanismo de concordância em causa – que é outra das facetas da "transparência" das orações em análise – parece não ocorrer em português. Observem-se as seguintes frases:

(404) a. ?/??O que parecia(m) ser pedras **estavam** espalhadas pelo relvado.
b. OK/?O que parecia(m) ser pedras **estava** espalhado pelo relvado.

A estrutura (404a), que envolve concordância verbal entre a estrutura matriz e o predicativo nuclear da relativa, parece-me ser bastante marginal. Mais bem aceite parece ser a frase em (404b), em que há concordância entre o verbo da matriz e o morfema relativo *o que*. O contraste torna-se porventura mais evidente se houver extraposição do Sujeito, isto é, do sintagma a que está associada a oração relativa:

(405) a. ??**Estavam** espalhadas pelo relvado o que parecia(m) ser pedras.
b. **Estava** espalhado pelo relvado o que parecia(m) ser pedras.

Assim, verificamos que, no português, as orações relativas em análise não parecem apresentar efeitos de transparência, no que diz respeito ao número. Neste aspecto, as relativas transparentes portuguesas não parecem diferir das orações relativas livres típicas.

Neste ponto justifica-se uma breve digressão sobre a questão do número associada ao uso de certos pronomes relativos (como *o que* ou *quem*). Referindo-se a construções relativas dependentes do verbo de identidade *ser*, Peres & Móia (1995: 491) afirmam que as formas pronominais *o que* e *quem* possuem "os traços gramaticais de terceira pessoa, género masculino e número singular, independentemente das expressões a que possam estar associadas". Atente-se nos seguintes exemplos dos autores:

(406) a. Quem mais gostou da viagem foram as crianças.
b. *Quem mais gostaram da viagem foram as crianças.

(407) a. O que foi restaurado foram as muralhas do castelo.
b. *O que foram restauradas foram as muralhas do castelo.

Apesar de os operadores relativos, nomeadamente *o que*, desencadearem tipicamente a concordância em número singular e género masculino, alguns falantes do português que inquiri aceitam como gramaticais – ou muito pouco marginais – construções em que há concordância verbal com o predicativo nuclear, sobretudo em estruturas em que não se

verifica a extraposição da relativa, Sujeito da construção matriz, como em (404a). Tentarei, em seguida, analisar este fenómeno.

Por vezes, em português, o verbo não concorda com o seu Sujeito gramatical, mas sim com uma expressão que a ele está associada, estabelecendo-se o que alguns autores classificam como "concordância pelo sentido" ou "concordância de carácter siléptico". Verifique-se o seguinte exemplo, de Cunha & Cintra (1984), citado por Peres & Móia (1995: 492):

(408) "Eram os filhos, estudantes nas Faculdades da Bahia, quem os obrigavam a abandonar os hábitos frugais." (*Gabriela, Cravo e Canela*)

Não obstante a existência de abonações literárias, Peres & Móia (1995) não consideram que a concordância siléptica, que surge em construções como a transcrita em (408), esteja em variação livre – no português-padrão – com a construção que exibe concordância gramatical em número singular. Note-se, a este propósito, que o inglês aparentemente permite com muito mais facilidade o estabelecimento de concordâncias de carácter siléptico, desencadeadas por nomes plurais:

(409) a. The BBC is sending him to Tuscany for the summer. (Sinclair 1990: 17)
b. The BBC are planning to use the new satellite next month. (*ibid.*)

Segundo o autor referido, as frases em (409) encontram-se em variação livre. O facto de o inglês aceitar plenamente construções em que há concordância pelo sentido pode estar associado à possibilidade de um predicativo nuclear plural de uma relativa transparente desencadear concordância (nesse mesmo número) no predicado verbal mais alto. É, no entanto, crucial sublinhar que, no que diz respeito às relativas livres transparentes, o estabelecimento de concordância verbal com o predicativo nuclear é essencial para a boa formação destas estruturas. Ou seja, não se verifica, nestas estruturas do inglês, uma situação de variação livre entre concordância morfológica e concordância semântica, como a atestada no par de frases (409).

Ainda no que respeita a variações de concordância em português, observem-se os dados que se seguem (de Peres & Móia 1995: 473-474):

(410) *[Aquele grupo de [estudantes]] organizaram uma festa de fim de curso.

(411) *[Este conjunto de [quadros]]foram adquiridos por um museu americano.

(412) [A maior parte d[as ovelhas]] puseram-se a fugir.

Todas as construções acima apresentadas têm como Sujeito um sintagma nominal complexo que contém dois núcleos nominais, delimitados. Este sintagma possui número morfológico singular e o sintagma nominal mais encaixado (associado ao segundo núcleo sublinhado) apresenta número plural. Repare-se que, nos exemplos fornecidos, a concordância verbal se estabelece com os núcleos nominais mais encaixados, exibindo os verbos uma forma plural. Está abundantemente descrito que em estruturas frásicas com Sujeitos com mais de um núcleo nominal, do tipo de (410) a (412) acima, os falantes tendem a hesitar na escolha do núcleo nominal que desencadeia a concordância verbal. Conforme descrevem Peres & Móia (1995), há ocorrências em que o predicado verbal concorda com o núcleo nominal mais encaixado que parecem gozar da aceitabilidade geral dos falantes (como (412), em que o primeiro núcleo nominal funciona como parte de um quantificador de contagem) e outras que a variedade-padrão da língua parece rejeitar (como (410) e (411)).

Voltemos agora às estruturas com relativas transparentes. A oração relativa apresentada em (404) integra igualmente dois núcleos nominais do tipo relevante, a saber, o morfema relativo *o que* e o nome do predicativo nuclear (*pedras*). O primeiro apresenta traços gramaticais de número singular, como já vimos, e o segundo traços gramaticais de número plural. A estrutura (404b) ilustra a concordância verbal com o morfema relativo, enquanto a estrutura (404a) ilustra a concordância com o predicativo nuclear. Assim, parece verificar-se nas relativas transparentes algo semelhante ao que ocorre em outras estruturas com Sujeitos sintácticos com mais de um núcleo nominal (embora estes dois núcleos não integrem o mesmo constituinte nominal como em (410) a (412)): os falantes hesitam na escolha entre um núcleo nominal numa posição sintáctica mais alta (*o que*) e um núcleo nominal mais encaixado (o nome do predicativo nuclear da relativa). Quando o predicado verbal da construção matriz estabelece concordância com o predicativo nuclear, os juízos gramaticais de alguns falantes parecem oscilar entre a plena aceitação e a rejeição total. Considero ainda relevante mencionar que nos *corpora* linguísticos pesquisados não consegui identificar qualquer registo de relativas em posição sintáctica relevante com predicativo nuclear de número plural, o que poderá talvez indiciar uma relutância por parte dos falantes em utilizar este tipo de estruturas, pelo menos em registos escritos mais formais.

Em suma, no português, não se pode ignorar a ocorrência, ainda que mais ou menos marginal, de fenómenos de concordância entre o predicativo nuclear da oração relativa transparente e o predicado verbal da estrutura frásica superior. Porém, e independentemente dos juízos de gramaticalidade, verifica-se que, no português, a boa formação das estruturas com relativas transparentes não está dependente da existência de concordância entre o predicativo nuclear e o predicado verbal da frase matriz. Não se pode pois afirmar que, em português, haja uma "condição de transparência" na transmissão de traços de concordância do predicativo nuclear ao predicado verbal da frase superior, contrariamente ao que se verifica no inglês.

5.2.4. Exclusividade de utilização do morfema relativo *o que*

De uma forma quase unânime, a literatura sobre o inglês considera que o elemento pronominal *what* é o único morfema que pode introduzir relativas transparentes, facto que estará associado a uma alegada inespecificação sintáctico-semântica deste elemento–Q[55]:

> "(...) I noted that TFRs (transparent free relatives) can only be constructed with *what*, and that this fact was regarded in earlier literature as a definitional property of TFRs. The restriction can be appreciated from a consideration of contrasts like the following:
>
> (110) a. Bob is a boring and [{what, *who, *where} I would describe as highly irritating] person.
>
> (…)
>
> As far as I can see, however, the facts in (110) are derivable from independent facts and principles, and thus need not be stipulated. The contrast in the (a) subcase is derivable from inherent properties of *wh*-pronouns, in particular, from the fact the *wh*-element needs to be construable as an abstractor over inherently unrestricted properties, and that only *what* alone is compatible with this requirement." (Grosu 2003: 307-308)

[55] Para aprofundar esta questão, veja-se Grosu (2003: 263, 307-308) e as referências aí feitas.

Nesta subsecção, discutirei se a restrição à ocorrência de morfemas relativos diferentes de *o que* (o equivalente ao morfema *what* no inglês) se verifica igualmente no português. Por outras palavras, procurarei avaliar se os morfemas relativos que introduzem orações relativas livres típicas – mais concretamente, *quem*, *onde*, *quando* e *como* – podem também introduzir orações relativas livres transparentes.

É importante ressalvar desde já que os juízos de gramaticalidade dos falantes relativamente às construções relativas do tipo em análise introduzidas por *quem*, *onde quando* e *como* são muito díspares. Se, para alguns, as estruturas introduzidas por *quem*, *onde, quando* e *como* surgem em variação livre com as suas equivalentes introduzidas por *o que*, para outros, as primeiras são (pelo menos com alguns morfemas relativos) consideradas marginais ou mesmo inaceitáveis. Este facto pode constituir um forte indício a favor da hipótese – que adiante formularei – de que as construções com *o que* e as construções com os outros pronomes relativos são de natureza linguística distinta. Esta hipótese relaciona-se directamente com a questão de saber se o valor semântico veiculado pelas orações relativas introduzidas por *o que* é idêntico aos veiculado pelas orações introduzidas pelos outros pronomes (assumindo que estas últimas são aceitáveis, ainda que marginalmente, na língua, posição que adoptarei ao longo desta subsecção).

Consideremos então a possível ocorrência de *quem*, *onde*, *quando* e *como* enquanto introdutores de relativas transparentes, começando pelo morfema relativo *quem*, elemento pró-SN marcado com o traço sintáctico-semântico [+ Humano]. As orações relativas que ocorrem nos exemplos que se seguem são introduzidas, respectivamente, pelos morfemas relativos *o que* e *quem*.

(413) Vi <u>o que me pareceu uma criança asiática</u>.

(414) ?Vi <u>quem me pareceu uma criança asiática</u>.

As estruturas de ambas as frases são (pelo menos aparentemente) semelhantes: o morfema relativo está associado ao argumento externo do predicativo nuclear; ambas as orações relativas podem ser substituídas pelos respectivos predicativos nucleares, sem perda de gramaticalidade, o que atesta a conformidade categorial existente entre os constituintes.

(415) Vi uma criança asiática.

Apesar de haver falantes para quem ambas as construções estão em variação livre, a estrutura (414) causa em outros falantes uma sensação de estranheza. Note-se, porém, que

a relativa introduzida por *quem* tem uma interpretação semântica distinta da da construção de (414) introduzida por *o que* – o sintagma nominal a que a construção relativa introduzida por *quem* está associado tem necessariamente um valor [+ Humano] (inerente ao morfema relativo); tal não acontece na estrutura introduzida por *o que*. Veja-se o seguinte contraste:

(416) O que me pareceu uma criança asiática era afinal um boneco de borracha.

(417) ??Quem me pareceu uma criança asiática era afinal um boneco de borracha.

Parece-me que as dificuldades à ocorrência de *quem* enquanto introdutor de orações relativas transparentes se tornam ainda mais evidentes quando o morfema relativo está associado a um predicativo nuclear com número plural:

(418) a. Vi o que me {pareceu / pareceram} crianças asiáticas.

b. *Vi quem me {pareceu / pareceram} crianças asiáticas.

Adicionalmente, parecem igualmente muito estranhas as construções com *quem* nas quais a oração relativa ocupa superficialmente a posição de Predicativo (seja qual for a categoria sintagmática do predicativo nuclear):

(419) a. Ele é o que eu considero um chato.

b. *Ele é quem eu considero um chato.

(420) a. Ele está o que poderíamos dizer chateado.

b. *Ele está quem poderíamos dizer chateado.

(421) a. Ele está o que eu diria em maus lençóis.

b. *Ele está quem eu diria em maus lençóis.

Assim, independentemente de tanto *o que* como *quem* poderem ser introdutores de orações relativas livres, verifica-se que o comportamento destes dois pronomes é distinto nas orações com as propriedades sintácticas das relativas transparentes: as construções relativas transparentes introduzidas pelo morfema relativo *quem* são de gramaticalidade duvidosa, ou mesmo agramaticais, no português; as construções paralelas com *o que* estão perfeitamente integradas na língua.

Vejamos agora a possibilidade de os morfemas *onde*, *quando* e *como* (associados aos traços sintáctico-semânticos [+ Tempo], [+ Lugar] e [+ Modo], respectivamente) introduzirem orações relativas transparentes:

(422) ?Entrei onde me pareceu ser a casa dos meus sonhos.

(423) ?Ele interveio na discussão quando me pareceu ser a pior altura possível.

(424) ??O João agiu como me parece ser a forma mais correcta.

Estas construções ilustram a possibilidade de *onde*, *quando* e *como* introduzirem orações relativas transparentes no português. Apesar da dificuldade dos juízos, parece-me que a utilização de *como* é a que dá origem a construções mais marginais.

Analisarei primeiramente o estatuto sintáctico dos morfemas *onde* e *quando*. Conforme demonstrou Móia (1992 e 2001), estes dois morfemas podem, nas orações relativas livres típicas, comportar-se como expressões nominais (isto é, de tipo pró-SN):

(425) A cidade de [$_{SN}$ onde] ele veio é cercada por muralhas medievais. (Móia 1992: 127)

(426) Não me dá jeito o dia para [$_{SN}$ quando] a reunião foi marcada. (Móia 2001: 354)

Repare-se, a este propósito, que, nestas construções, os morfemas em causa podem ser substituídos pelas expressões pronominais *que* ou *o qual*:

(427) A cidade {de que / da qual} ele veio é cercada por muralhas medievais.

(428) Não me dá jeito o dia {para que / para o qual} a reunião foi marcada.

Nas orações relativas livres típicas, os morfemas relativos pró-SN *onde* e *quando* surgem nos contextos em que um operador relativo se associa a um antecedente nominal nulo (de valor locativo ou temporal) e está precedido por uma preposição (diferente de *em*). Trata-se de contextos excepcionais como os seguintes:

(429) Paris é para onde eu vou.

(430) Não tenho para onde ir.

(431) Vou para onde fores.

vou para [$_{REL}$~~para~~ onde fores]

Móia (1992) sustenta que, nas estruturas do tipo de (431), ocorre um processo de "fusão de um morfema relativo pró-SN com um antecedente nominal nulo, após o apagamento de uma preposição que se interpunha entre eles. (...)" (*idem*: 137-138).

Retomemos agora as orações relativas transparentes apresentadas em (422)-(423). Os morfemas relativos presentes nestas estruturas são extraídos de posições nominais

(Sujeito), podendo considerar-se que são o tipo de operador relativo pró-SN que ocorre também em orações relativas livres típicas.

(432) ?Entrei [onde]$_i$ me pareceu [v]$_i$ ser a casa dos meus sonhos.

(433) ?Ele interveio na discussão [quando]$_i$ me pareceu [v]$_i$ ser a pior altura possível.

Todavia, há uma diferença relevante. Segundo a descrição de Móia (1992), os morfemas relativos *onde* e *quando* com comportamento de pró-SN surgem precedidos de uma preposição realizada. Ora, nos exemplos de orações relativas dados em (422)-(423), *onde* e *quando* não são precedidos de qualquer preposição (morfofonologicamente realizada). Trata-se de um contexto nunca antes descrito na literatura para a ocorrência de *onde* e *quando* enquanto morfemas pró-SN. Poderíamos talvez especular que a estranheza da construção se deve, pelo menos em parte, a esta discrepância entre o morfema (*onde* e *quando*, tipicamente de tipo SP, a não ser que precedidos de preposição explícita) e a posição nominal de Sujeito a que está associado.

Repare-se ainda que, nas frases (422)-(423), os constituintes com que a oração relativa coincide superficialmente (argumentais ou não) são preposicionados, sendo tipicamente introduzidos pela preposição *em*:

(434) Entrei <u>em</u> [a casa dos meus sonhos].

(435) Ele interveio na discussão <u>em</u> [a pior altura possível].

Assim, na realidade, a oração relativa transparente coincide superficialmente com um sintagma nominal que, por sua vez, coincide superficialmente com um sintagma preposicional, possivelmente associado à preposição nula *em*.

(436) entrei [$_{SP}$ $\varnothing_{em}$ [$_{SN}$ $\varnothing$ [$_{REL}$ [$_{SN}$ onde]$_i$ me pareceu [v]$_i$ ser a casa dos meus sonhos]]]

(437) ele interveio na discussão [$_{SP}$ $\varnothing_{em}$ [$_{SN}$ $\varnothing$ [$_{REL}$ [[$_{SN}$ quando]$_i$ me pareceu [v]$_i$ ser a pior altura possível]]]

Estas estruturas mostram que se pode considerar que existe conformidade categorial entre o predicativo nuclear (SN) e um dos constituintes com que a oração relativa coincide superficialmente.

As estruturas que temos estado a analisar são análogas àquelas em que as preposições dependentes dos verbos da frase matriz são diferentes de *em*:

(438) ?Ele está a seguir por onde me parece o caminho mais curto para o cimo do monte.

(439) ?Ele está a adiar o encontro para quando me parece a altura mais propícia.

As preposições que são diferentes de *em* têm realização morfofonológica. De resto, as estruturas são semelhantes às que ocorrem em (422)-(423):

(440) ele está a seguir $[_{SP}$ por $[\ _{SN}\ \varnothing\ [_{REL}\ [_{SN}$ onde$]_i$ me parece $[v]_i$ o caminho mais curto para o cimo do monte]]]

(441) ele está a adiar o encontro $[_{SP}$ para $[\ _{SN}\ \varnothing\ [_{REL}\ [_{SN}$ quando$]_i$ me parece $[v]_i$ a altura mais propícia]]]

Adicionalmente, creio que os pronomes relativos *onde* e *quando* não apresentam as mesmas restrições que o pronome *quem* relativamente à sua ocorrência em orações relativas sintacticamente similares às transparentes. Em primeiro lugar, recorde-se que *quem* não parece co-ocorrer com predicativos nucleares no plural (cf. (418)) nem associado à posição de Predicativo da estrutura matriz (cf. (419)-(421)). Os pronomes *onde* e *quando* não apresentam essas restrições, pelo menos de modo tão evidente. A combinação com predicativos nucleares plurais está ilustrada nas construções a seguir:

(442) ?Ele está a seguir por onde me parecem os caminhos menos sinuosos.

(443) ?Ele está a adiar os encontros para quando me parecem as alturas mais propícias.

A ocorrência na posição de Predicativo está ilustrada nas alíneas *a* dos dois grupos seguintes, parecendo que as construções com *onde* são bastante menos naturais do que com *quando* (nas alíneas *b* regista-se a construção paralela, de gramaticalidade inquestionável, com o morfema *o que*; nas alíneas *c*, regista-se a construção sem oração relativa):

(444) a. */??A Ria Formosa é onde me parece a zona mais aprazível do Algarve.

b. A Ria Formosa é o que me parece a zona mais aprazível do Algarve.

c. A Ria Formosa é a zona mais aprazível do Algarve.

(445) a. ?Sexta-feira é quando podemos considerar o dia mais esperado da semana.

b. Sexta-feira é o que me podemos considerar o dia mais esperado da semana.

c. Sexta-feira é o dia mais esperado da semana.

Por último, observemos brevemente o comportamento do morfema relativo *como*. A particularidade deste morfema é não poder funcionar como um pró-SN, sendo sempre de tipo SP (cf. Móia 1992). A ocorrência em orações relativas transparentes parece requerer que os morfemas relativos se comportem como pró-SN, por questões de conformidade categorial já anteriormente referidas, o que pode talvez estar na origem da maior estranheza das construções com *como* (do tipo de (424), a seguir repetida):

(446) o João agiu $[_{SP}$ ∅ $[_{SN}$ ∅ $[_{REL}$ $[_{SN}$ como$]_i$ me parece $[v]_i$ ser a forma mais correcta]]]

Aliás, as relativas transparentes associadas a este valor de modo parecem geralmente um pouco estranhas. Compare-se:

(447) a. ??O João agiu como me parece ser a forma mais correcta.

b. O João agiu {*do que / ?segundo o que} me parece a forma mais correcta.

c. O João agiu {da / segundo a} forma mais correcta.

Retomemos agora, também brevemente, a questão da modalização discursiva associada às orações relativas transparentes, de modo a discutir a semelhança ou diferença entre as orações relativas introduzidas por *o que* e as orações relativas introduzidas por *onde* e *quando*. Como já referi, segundo alguns autores, nomeadamente Grosu (2003), o domínio oracional composto pelo morfema relativo e pelo predicativo nuclear está sob o escopo de um operador de modalização discursiva essencial à boa formação destas orações. Vejamos o que acontece no caso das orações introduzidas por *onde* e *quando*, que repito a seguir, e no caso das orações com *o que*:

(448) ?Entrei onde me pareceu ser a casa dos meus sonhos.

(449) ?Ele interveio na discussão quando me pareceu ser a pior altura possível.

(450) Entrei no que me pareceu ser a casa dos meus sonhos.

(451) Ele interveio na discussão no que me pareceu ser a pior altura possível.

Todas estas frases parecem ter o mesmo tipo de modalização discursiva (epistémica), ou seja, parecem ser semanticamente equivalentes ((448) a (450) e (449) a (451)). Todavia há diferenças entre o morfema *o que*, de um lado, e os morfemas *onde* e *quando*, do outro lado, que importa assinalar.

Em primeiro lugar, os morfemas *onde* e *quando* possuem um valor referencial próprio e invariável ([+ Locativo] ou [+ Temporal)] inexistente no morfema relativo *o que*. Este valor não é afectável pela modalização discursiva associada ao predicado verbal da relativa. Por outras palavras, com *onde* estamos sempre a falar de espaço, com *quando* estamos sempre a falar de tempo, com *o que* podemos estar a falar de qualquer coisa (incluindo espaço e tempo), dependendo do conteúdo lexical das expressões com que *o que* se combina.

Observem-se ainda os seguintes contrastes:

(452) a. Entrei <u>onde me pareceu que iria encontrar a casa dos meus sonhos</u>.
b. *Entrei n<u>o que me pareceu que iria encontrar a casa dos meus sonhos</u>.

(453) a. Ele interveio na discussão <u>quando me pareceu que os ânimos iam aquecer</u>.
b. * Ele interveio na discussão n<u>o que me pareceu os ânimos iam aquecer</u>.

Os pronomes *onde* e *quando* podem ocorrer em orações relativas não transparentes, como em (452a) e (453a) (em que esse morfemas estão associados a posições adverbiais e não a posições de Sujeito). O morfema *o que* não pode substituir esses morfemas nos contextos em causa. Repare-se, todavia, na similitude semântica (em termos de modalização) entre as relativas não transparentes introduzidas por *onde* e *quando* de (452a) e (453a) e as apresentadas em (448) e (449). Quer isto dizer que a presença de um valor de modalização epistémica não é condição suficiente para considerar que uma oração relativa é de tipo transparente.

É curioso ainda notar que as orações relativas introduzidas por *onde* e *quando*, com estrutura sintáctica semelhante à das construções transparentes, parecem particularmente marginais quando estão associadas a uma modalização tipo metalinguístico (em vez de a uma modalização epistémica):

(454) a. ??Entrei <u>onde eu descreveria como a casa dos meus sonhos</u>.
b. Entrei n<u>o que eu descreveria como a casa dos meus sonhos</u>.

(455) a. ??Entrei <u>onde eu diria ser uma casa-fantasma</u>.

b. Entrei no que eu diria ser uma casa-fantasma.

(456) a. ??Ele interveio na discussão quando eu descreveria como a altura menos adequada.

b. Ele interveio na discussão no que eu descreveria como a altura menos adequada.

Em suma, verifica-se que o morfema relativo *o que* nem sempre surge em variação livre com os morfemas *onde* e *quando*. A este propósito, é ainda curioso observar o seguinte facto. É possível encontrarmos estruturas relativas de tipo transparente em que está realizado um antecedente de tipo pronominal (o demonstrativo invariável *aquilo*) – cf. (457a) e (458a). Podemos substituir a sequência *aquilo que* destas construções por *o que*, sem perda de gramaticalidade, originando verdadeiras relativas livres transparentes – cf. (457b) e (458b). Porém, apesar de o morfema *o que* (ou de a sequência *aquilo que*) estar associado à expressão do espaço ou de tempo, não é possível substituí-las pelos operadores relativos *onde* e *quando* – cf. (457c) e (458c).

(457) a. "Um destes dias, lá estava ele, ao vivo, em carne e osso, naquilo que parecia ser um estúdio de rádio." (CETEMPúblico, Ext 284981 (opi, 97b))

b. Um destes dias, lá estava ele, ao vivo, em carne e osso, no que parecia ser um estúdio de rádio.

c. ??Um destes dias, lá estava ele, ao vivo, em carne e osso, onde parecia ser um estúdio de rádio.

(458) a. À tarde, as ruas estavam desertas, naquilo que parecia ser um período de recolhimento.

b. À tarde, as ruas estavam desertas, no que parecia ser um período de recolhimento.

c. ??À tarde, as ruas estavam desertas, quando parecia ser um período de recolhimento.

Em resumo, há vários indícios que parecem sustentar a hipótese de que as estruturas relativas introduzidas por *onde* e *quando* apresentam propriedades distintas das construções até agora analisadas como relativas livres transparentes. Assim, apesar de se poder colocar a hipótese de que, em português, os morfemas *onde* e *quando* surjam igualmente como introdutores de construções relativas com estruturas sintácticas análogas

às das orações livres transparentes (cf. (422)-(423)), não parece de excluir a hipótese de as estruturas em causa serem de tipo distinto (e, portanto, não transparentes). Trata-se de uma questão cuja avaliação cabal deixarei em aberto, mas que evidencia a necessidade de se proceder a uma definição rigorosa das características sintáctico-semânticas das orações relativas transparentes em português (que ainda não considero concluída, nem com este trabalho), que possibilite uma distinção clara entre as estruturas relevantes e as não relevantes.

5.2.5. Extracção de constituintes do interior de orações relativas transparentes

É frequentemente salientado na literatura que as orações relativas (com ou sem antecedente) se comportam como "ilhas-Q", isto é, não permitem a extracção por movimento-Q dos seus constituintes (cf., por exemplo, Rizzi 1982: 68-69, Brito 1991: 345-347 ou Móia 1992: 4-7). No entanto, há excepções a este comportamento. Móia (1992: 93-119) refere que as orações relativas sem antecedente expresso que ocorrem na dependência de predicados verbais como *ter* não se comportam, na generalidade dos casos, como "ilhas-Q"[56]. Alguns exemplos do autor (Móia 1992: 101) são:

(459) a. Estes são alguns dos livros [que]$_i$ eu não tenho [a quem dar [v]$_i$].
b. Estes são alguns dos problemas [que]$_i$ eu não tenho [como resolver [v]$_i$].
c. Estes são alguns dos livros [que]$_i$ eu ainda não arranjei [a quem dar [v]$_i$].

Ora, as orações relativas transparentes parecem igualmente permitir a extracção de constituintes por movimento-Q, como salientam Schelfhout, Coppen & Oostdijk (2003: 2). Esta propriedade é associada ao facto de o predicativo nuclear (da oração relativa) pertencer na realidade à estrutura matriz e não à estrutura relativa, que é a hipótese que aqueles autores defendem (como já foi descrito anteriormente). A extracção em causa está ilustrada no segundo exemplo a seguir:

(460) a. John is what you might call angry about something.
b. **What** is John what you might call angry about?
(Schelfhout, Coppen & Oostdijk 2003: 2)

[56] Cf. secção 4.2.4 deste trabalho.

b′. [what]$_i$ is John [what you might call angry about [v]$_i$]

Também Grosu (2003: 295-296), apoiando-se nas análises de Wilder, afirma que o material interno a uma relativa transparente pode, em alguns casos, ser extraído do seu núcleo, embora não generalize esta possibilidade.

Exploremos agora o comportamento das orações relativas transparentes do português em relação à extracção de constituintes. Nas alíneas *a*, ocorrem orações relativas livres transparentes simples, com o morfema *o que*; nas alíneas *b*, estão construções em que houve extracção (por movimento-Q relativo) de um constituinte de uma oração desse tipo:

(461) a. O governo está a apoiar o que parece ser uma ofensiva coordenada contra os guerrilheiros curdos.

b. Os guerrilheiros contra os quais o governo está a apoiar o que parece ser uma ofensiva coordenada pertencem à etnia curda.

b′. os guerrilheiros [contra os quais]$_i$ o governo está a apoiar [o que parece ser uma ofensiva coordenada [v]$_i$] pertencem à etnia curda.

(462) a. O governo está a apoiar o que podemos considerar uma ofensiva coordenada contra os guerrilheiros curdos.

b. Os guerrilheiros contra os quais o governo está a apoiar o que podemos considerar uma ofensiva coordenada pertencem à etnia curda.

Penso que, apesar da complexidade das frases *b*, que pode levar alguns falantes a senti-las como algo estranhas, estamos perante construções gramaticais. Assim, verifica-se que as orações relativas transparentes do português permitem, de facto, a extracção de constituintes (ainda que o resultado não sejam, porventura, construções muito comuns na língua).

É curioso verificar – e, tanto quanto sei, não está ainda referido na literatura – que também é possível extrair constituintes de orações relativas transparentes <u>com</u> antecedente expresso (nomeadamente, com o antecedente pronominal *aquilo*):

(463) a. O governo está a apoiar <u>aquilo</u> que parece ser uma ofensiva coordenada contra os guerrilheiros curdos.

b. Os guerrilheiros contra os quais o governo está a apoiar aquilo que parece ser uma ofensiva coordenada pertencem à etnia curda.

Refira-se, de passagem, que é muito comum em *corpora* o aparecimento de estruturas relativas transparentes com antecedente expresso, construção que parece estar em variação livre com as relativas transparentes sem antecedente expresso que temos vindo a analisar até aqui[57]:

(464) "Curiosamente, **aquilo** que parecia ser um pesadelo para os empresários de Bragança (...) poderá, afinal, significar o culminar de uma recente aspiração: a ligação a Espanha pela fronteira norte (...)." (CETEMPúblico, Ext 223299 (soc, 91a))

(465) "Ao lado, Júlio Graça, também ele nadador e antigo presidente da colectividade (...), acrescenta **aquilo** que parece ser uma ideia importante." (CETEMPúblico, Ext 39765 (soc, 95b))

(466) "«Os pedaços eram brancos, semitransparentes, com uma forma irregular e com **aquilo** que parecem ser bolhas de ar tanto na superfície como no interior do gelo», disse Wang." (CETEMPúblico, Ext 213019 (clt-soc, 95a))

A possibilidade de extracção de orações relativas com antecedente expresso, documentada em (463b), é verdadeiramente excepcional. Recorde-se que as outras orações relativas que permitem extracção de constituintes – as relativas dependentes de verbos do tipo de *ter* (cf. (459)) – apenas o fazem quando não há antecedente realizado. É o que se pode verificar no seguinte contraste, referido por Móia (1992: 101, 103):

(467) a. Estes são alguns dos livros que eu não tenho a quem dar.

b. ??/*Estes são alguns dos livros que eu não tenho ninguém a quem dar.

Em suma, as relativas transparentes permitem a extracção de constituintes do seu interior, não actuando como "ilha-Q", contrariamente ao que sucede com as orações

[57] No registo jornalístico, ocorrem com frequência estruturas (que talvez se possam considerar do mesmo tipo) apenas com o verbo copulativo *ser*:

(i) "O momento mais difícil das três horas de reunião terá acontecido com **aquilo** que é a tensão permanente entre os dois sectores: a partilha dos docentes." (CETEMPúblico, Ext 43248 (soc, 96b))

(ii) "O Estado paga exclusivamente **aquilo** que é serviço público." (CETEMPúblico, Ext 60258 (soc, 92b))

Discutivelmente, penso que podemos considerar que estas construções envolvem uma modalização de tipo epistémico (ou até metalinguístico) semelhante à que ocorre com sequências do tipo *parecer ser* ou *poder considerar*, sendo, assim, relativas transparentes. Alternativamente, poderíamos considerar que se trata de estruturas de tipo distinto, mais de carácter enfático (retórico). Não explorarei aqui a questão.

relativas livres típicas. Além disso, esta propriedade é partilhada tanto pelas estruturas sem antecedente expresso como pelas estruturas com antecedente (pronominal) realizado.

Uma breve nota, antes de terminar esta secção. Explorei acima a hipótese de os morfemas *quem*, *onde* e *quando* introduzirem orações relativas transparentes, concluindo que as construções em causa colocam dúvidas, não só quanto à sua plena gramaticalidade como também quanto à sua categorização como relativas transparentes. Independentemente destes factos, achei interessante testar a possibilidade de estas construções permitirem a extracção de constituintes do seu interior. As estruturas resultantes parecem ser sentidas como bastante marginais, possivelmente devido à sua grande complexidade:

(468) a. ?O Paulo detesta quem podemos considerar o candidato ideal para a função de administrador-geral.
b. ??A função para a qual o Paulo detesta quem podemos considerar o candidato ideal é a de administrador-geral.

(469) a. ?Estamos a seguir por onde parece o caminho menos sinuoso para o cimo da montanha Kanchenjunga.
b. ??A montanha para o cimo da qual estamos a seguir por onde parece o caminho menos sinuoso é a Kanchenjunga.

(470) a. ?Ele adiou a reunião para quando me parece o dia ideal para a discussão do projecto do Dr. Matos.
b. ??O projecto para a discussão do qual ele adiou a reunião para quando me pareceu o dia ideal foi concebido pelo Dr. Matos.

5.2.6. (In)definitude do sintagma nominal que integra a oração relativa transparente

Wilder (*apud* Grosu 2003:281-282) aponta como característica distintiva das orações relativas transparentes o facto de estas poderem ocorrer em contextos marcados com o traço [– Definido], contrariamente ao que sucede com as orações relativas livres típicas.

Para equacionar esta questão, detenhamo-nos de forma breve na diferença semântica entre construções nominais definidas e construções nominais indefinidas. Segundo Peres

(no prelo), as construções nominais indefinidas caracterizam-se por possuírem autonomia referencial, isto é, serem independentes de dados do contexto textual ou situacional, tendo capacidade de introduzir entidades novas no discurso. Nos exemplos do autor que se seguem, as expressões em itálico podem constituir a primeira referência discursiva às entidades descritas (que não precisam de estar presentes no contexto da enunciação):

(471) a. *Uma criança* está a brincar com *uma bola*.
b. *Um náufrago* foi salvo por *um navio*.

De modo distinto, as construções nominais definidas estão (geralmente) dependentes de elementos exteriores (textuais ou situacionais) para serem adequadamente interpretadas. Assim, a interpretação das expressões em itálico dos exemplos (de Peres, no prelo) que se seguem requer ou a presença das entidades referidas no contexto de enunciação ou uma menção prévia às mesmas:

(472) a. *A criança* está a brincar com *a bola*.
b. *O náufrago* foi salvo pel*o navio*.

Resumidamente, os elementos exteriores necessários à computação semântica dos constituintes nominais definidos podem ser de natureza textual, no caso de a entidade aludida ter sido previamente referida no discurso, de natureza situacional, no caso de a entidade estar presente no contexto da enunciação, ou de natureza epistémica, no caso de a interpretação da expressão definida depender do conhecimento partilhado pelo emissor e pelos seus interlocutores. Interessa salientar, no entanto, que há casos em que as construções definidas podem ser utilizadas sem dependência de elementos exteriores. As estruturas nominais que contêm superlativos são disto exemplo:

(473) *O livro mais interessante do mundo* ainda está por escrever. (Peres, no prelo)

Como veremos em seguida, as orações relativas transparentes parecem coincidir superficialmente com construções nominais com autonomia referencial (sejam indefinidas, sejam definidas do subtipo ilustrado em (473)). Wilder ilustra este facto com os seguintes exemplos:

(474) a. There is {a virus, the most dangerous virus imaginable, *the virus} in this program.

b. There is what appears to be {a virus, the most dangerous virus imaginable, *the virus} in this program. (Grosu 2003: 281)

Kamp & Reyle (1993) analisam construções existenciais do tipo ilustrado em (474a) – que denominam *existencial there-insertion* – e consideram que ela é compatível com sintagmas nominais indefinidos (cf.(475a)), mas não com sintagmas nominais definidos ou universais (cf. (475b)):

(475) a. There is {an, one} apple in the basket.
b. *There is {the, this, every} apple in the basket. (*op. cit.*: 452)

Wilder sustenta que o contexto existencial *there is something somewhere* permite avaliar a definitude dos sintagmas, uma vez que o constituinte que ocupa a posição assinalada por *something* só poderá ser indefinido. O confronto entre (474a) e (474b) permite observar que são precisamente os sintagmas passíveis de substituir *something* na construção existencial acima referida que podem igualmente ocorrer como predicativo nuclear de uma oração relativa transparente. De forma semelhante, Schelfhout, Coppen & Ostdijk (2003: 2) sustentam que a posição de predicativo nuclear poderá ser ocupada por um constituinte com leitura indefinida no contexto de *existencial there-insertion*, ficando implícito, na descrição que é feita, que o valor indefinido inerente ao predicativo nuclear se estende ao sintagma nominal com que a construção relativa coincide superficialmente.

(476) a. There is what John might call <u>a banjo</u> on his desk.
b. *There is what John might call <u>his banjo</u> on his desk.
(Schelfhout, Coppen & Ostdijk 2003: 2)

Os autores são pois unânimes em considerar que as construções nominais em que as orações relativas transparentes se integram podem ter um valor indefinido, aspecto em que divergem das orações relativas livres típicas. Adicionalmente, podem ter também um valor definido – em certos contextos – como as outras relativas livres típicas: "the definiteness of transparent free relatives may vary (...) (5)b. <u>What I could best describe as my idol</u> kisses me." (Schelfhout, Coppen & Ostdijk 2003: 2).

Todavia, a ocorrência de relativas transparentes com valor definido – que os autores analisados não exploram claramente – parece estar sujeita a algumas restrições fortes. Compare-se:

(477) a. O que parecia ser uma moradia mal construída revelou-se afinal um verdadeiro *bunker*.

b. *O que parecia ser a moradia mal construída revelou-se afinal um verdadeiro *bunker*.

A impossibilidade ilustrada em (477b) contrasta com a possibilidade de ocorrência de expressões definidas em alguns outros contextos, que tentarei enumerar e que, tanto quanto sei, não estão descritos para o inglês. Em primeiro lugar, se houver um contexto discursivo prévio que permita a identificação das entidades relevantes, o predicativo nuclear das relativas parece poder integrar um sintagma nominal claramente definido (definitude textual). Veja-se o seguinte exemplo:

(478) Mostraram-me duas imagens: uma de uma moradia mal construída e outra de uma moradia extremamente resistente. Fiquei muito espantado ao descobrir que o que parecia ser a moradia mal construída era afinal a moradia resistente (e vice-versa).

Parece ser possível ainda construir exemplos gramaticais com definitude epistémica:

(479) A fotografia não está nítida. O que me parecia, à primeira vista, a ministra da Educação era afinal uma das suas assessoras.

Sintagmas nominais definidos associados a uma modalização metalinguística parecem também não ser rejeitados:

(480) a. Estão aqui o que podemos considerar documentos cruciais.

b. Estão aqui o que podemos considerar "os documentos cruciais para o processo".

Naturalmente, além destes casos, são perfeitamente possíveis construções com sintagmas nominais definidos dotados de autonomia referencial (como sintagmas com superlativos); neste aspecto o português não se distingue do inglês (cf. (474b)):

(481) O que parecia ser o edifício mais mal construído de todo o bairro revelou-se afinal um verdadeiro *bunker*.

A pesquisa em *corpora* linguísticos confirma os dados apresentados acima. Os predicativos nucleares de orações relativas transparentes do português podem ser

indefinidos – sintagmas nominais com artigos indefinidos (cf. (482)), com plurais simples (cf. (483)) ou com singulares simples (cf. (484)) – definidos com autonomia referencial – cf. (485) – e definidos sem autonomia referencial – cf. (486)-(487); note-se que neste último caso há um definido identificador de uma parte estrutural de uma entidade referida de forma indefinida (*o leito de um rio*):

(482) "Aí, Gama defendeu, contra o que parece uma ideia já formada no interior do próprio partido, a tese contrária." (NP, par 2149)

(483) "A notícia foi ontem dada pelo tablóide britânico «Mail on Sunday», que cita o que parecem ser amigos da princesa." (CETEMPúblico, Ext 54296 (soc, 94b))

(484) "Dizia ele que «... só via um homem deitado com o que parecia sangue, mas que ficou sem saber se era uma rosa, se era tinta (...)»." (CETEMPúblico, Ext 198018 (nd, 93b))

(485) "Astrónomos europeus descobriram o que parece ser o quasar duplo mais brilhante alguma vez observado, segundo anuncia um comunicado do Observatório Europeu do Sul (...)." (CETEMPúblico, Ext 149658 (clt-soc, 93b))

(486) "Esta última surge acompanhada por meia centena de magníficos desenhos preparatórios, que mostram o que parece ser a recuperação da metodologia e do conceito clássicos." (CETEMPúblico, Ext 109352 (clt, 94a))

(487) "Fotografias recentes feitas pela sonda Mars Global Surveyor (...) revelaram o que parece ser o leito de um rio seco no fundo de um desfiladeiro com 2,5 quilómetros de largura (...)." (CETEMPúblico, Ext 146782 (clt, 98a))

Tendo em conta os factos expostos, conclui-se que as relativas transparentes do português admitem, pelo menos em certos contextos, a associação a sintagmas nominais definidos e de forma mais ou menos livre a associação a sintagmas nominais indefinidos.

5.2.7. Valor [± Humano] do pronome relativo *o que* e do sintagma nominal que integra a oração relativa transparente

As descrições sobre o morfema relativo *o que*, introdutor de orações relativas livres típicas, consideram que ele é marcado com o traço sintáctico-semântico [– Humano] (cf. Móia 1992: 9). Entretanto, Wilder (*apud* Grosu 2003) sustenta que o sintagma a que a relativa transparente introduzida por *what* (o equivalente inglês de *o que*) está associada pode ter o valor [+ Humano], o que nunca acontece numa relativa livre típica. Schelfhout, Coppen & Oostdijk (2003) perfilham a mesma hipótese. Wilder (*apud* Grosu 2003: 284) ilustra da seguinte forma o contraste aparente entre orações relativas livres típicas (cf. (488a-b)) e as orações relativas transparentes (cf. (488c)):

(488) a. # I liked <u>what he invited</u>.
b. # I invited <u>what he recommended</u>.
c. She invited <u>what I took to be a policeman</u>.

Como é fácil verificar, os contrastes são semelhantes em português:

(489) a. # Eu gostei d<u>o que ele convidou</u>.
b. # Eu convidei <u>o que ele recomendou</u>.
c. Ela convidou <u>o que eu pensei ser um polícia</u>.

Como se verifica, a possibilidade de o sintagma a que oração relativa transparente está associada possuir o valor [+ Humano] está directamente relacionada com as propriedades semânticas do predicativo nuclear. Em (488c), o predicativo nuclear (*a policeman*) designa uma propriedade que se aplica exclusivamente a entidades humanas, estando o traço [+ Humano] associado ao morfema relativo (*what*) e a todo o sintagma nominal com que a relativa coincide superficialmente.

Grosu (2003) considera que a possibilidade de o morfema relativo *what* estar ligado a um sintagma nominal com o valor [+ Humano] não é uma propriedade distintiva das orações relativas transparentes. O autor defende que esta variação semântica tem a ver com aspectos mais gerais de compatibilidades em contextos específicos. Segundo Grosu, enquanto elemento-Q, *what* poderá estar associado a sintagmas nominais marcados com o

traço [+ Humano], desde que esses sintagmas não sejam cumulativamente [+ Individual] e [+ Humano]. Vejam-se os exemplos de Grosu (2003: 284-285; traduções minhas):

(490) What can you see? John, Mary, and a tree.
'O que vês? O João, a Maria e uma árvore.'

(491) What did she invite? Mostly lawyers, doctors, people like that.
'O que é que ela convidou? Principalmente advogados, médicos, pessoas assim.'

As ocorrências de *what* em relativas livres típicas evidenciam características semelhantes, segundo o autor (Grosu: 2003: 285; tradução minha):

(492) She invites only what her husband asked her to invite: lawyers, doctors, etc.
'Ela vai convidar apenas o que o marido dela lhe pediu: advogados, médicos, etc.'

Como já referi, no exemplo (488c), o predicativo nuclear *a policeman* designa uma propriedade. Devido ao facto de o predicado *policeman* seleccionar como argumento externo uma expressão com o traço [+ Humano], o morfema relativo *what*, que funciona como esse argumento externo (e bem assim o sintagma nominal em que se encaixa a construção relativa) tem de possuir o traço. Como numa relativa transparente *what* pode estar associado ao traço [+ Humano], a construção (488c) é gramatical. Em (488a-b), em que ocorrem relativas não transparentes, o morfema *what* não pode estar associado ao traço [+ Humano] e, por isso, gera-se agramaticalidade. Em português, as construções têm um comportamento em tudo semelhante. Veja-se o seguinte exemplo de *corpus*:

(493) "Por cá, ao nível doméstico, os episódios que se vão conhecendo, reduzidos à devida escala, correspondem ao pensamento de Dulles. Talvez se lhe deva acrescentar um certo realismo com o que podemos chamar de **espiões imperfeitos**." (CETEMPúblico, Ext 1330367 (soc, 97a))

Considero importante salientar, no entanto, o seguinte aspecto, que, a meu ver, é bastante significativo. Na realidade, o facto de o morfema relativo *o que* estar associado a expressões que requerem o traço [+ Humano] não implica necessariamente que esse

mesmo traço seja assumido pelo morfema relativo e pelo sintagma nominal a que a própria oração relativa transparente está associada. Observe-se a seguinte frase:

(494) O movimento daquele arbusto foi provocado por o que me pareceu ser **um homem alto**.

A expressão predicativa *um homem alto* (ou o seu núcleo, *homem*) requerem um argumento externo marcado com traços [+ Humano]. Contudo, o morfema relativo *o que* pode, neste contexto, referir-se a uma entidade não humana, facto demonstrado pela não agramaticalidade da seguinte sequência:

(495) O movimento daquele arbusto foi provocado por o que me pareceu ser **um homem alto**. Afinal, era **um urso**.

Tendo em conta estes dados, concluímos o seguinte: é verdadeira a asserção de que o pronome relativo *o que* pode estar associado à representação de entidades humanas; porém, este valor não parece ter de ser necessariamente veiculado pelo pronome (nem pelo sintagma nominal a que a oração relativa está associada), podendo ser cancelado discursivamente.

Refira-se ainda, de passagem, que a possibilidade de expressões que possuem tipicamente o traço [– Humano] estarem associadas a predicados que se aplicam a entidades não humanas, não é (como defende Grosu 2003), um aspecto exclusivo das orações relativas transparentes, podendo verificar-se noutras construções. Observemos, por exemplo, o comportamento do demonstrativo *isto*:

(496) Responsabilizaram-me por isto.

Neste contexto, parece impossível atribuir o traço [+ Humano] ao demonstrativo *isto*, que é típico da referência a entidades não humanas. Imagine-se, contudo, uma situação em que uma criança evidencia um comportamento particularmente irrequieto. Neste contexto de enunciação, seria natural uma frase como a seguinte:

(497) E é isto uma criança bem comportada?!

Aqui, o demonstrativo *isto* está associado à expressão predicativa *uma criança bem comportada*, que requer um argumento com o traço [+ Humano]. Algo semelhante acontece na relação entre *o que* e o predicativo nuclear no exemplo seguinte:

(498) Responsabilizaram-me por o que parecia ser **uma criança bem comportada**.

Em suma, o pronome relativo *o que* parece evidenciar um comportamento distinto nas orações relativas transparentes e nas orações relativas típicas. Nestas, nunca pode estar associado a expressões com o traço [+ Humano]. Naquelas, parece haver um espectro referencial mais amplo: *o que* pode estar associado a entidades humanas e não humanas e, mesmo quando estão em jogo propriedades que se aplicam tipicamente a entidades humanas, pode envolver – em contextos discursivos específicos – propriedades semânticas discordantes das requeridas pelos predicados relevantes (cf. (495)).

5.3. Breve conclusão

Avaliei neste capítulo a hipótese de, no português, as orações relativas livres equivalentes às classificadas como transparentes no inglês apresentarem características que motivem a sua inclusão numa subclasse independente. Conclui que, apesar de algumas diferenças relativamente ao inglês, essa classificação à parte tem justificação linguística, por haver várias propriedades que distinguem estas orações das outras orações relativas livres (típicas, digamos assim).

O epíteto "transparente" aplicado às orações em análise é motivado pela relação estabelecida entre o predicativo nuclear e a estrutura matriz (envolvendo, por exemplo, mecanismos de concordância ou possibilidade de eliminar a relativa, com excepção do predicativo nuclear, sem perda de gramaticalidade). Verifiquei que as propriedades em causa não são tão evidentes no português como no inglês, em particular as que envolvem fenómenos de concordância: em português, o predicativo nuclear não parece poder determinar o número sintáctico do verbo da frase matriz; tal como acontece nas orações relativas livres típicas, é, geralmente, o morfema relativo que determina os traços de número exibidos pelo predicado verbal superior. Este facto pode colocar em causa a adequação do termo "(orações relativas) transparentes", para o português, aspecto que aqui não tentei desenvolver.

Registei ainda algumas outras diferenças assinaláveis entre as construções do inglês e as construções do português. Em primeiro lugar, as orações relativas transparentes não

predicativas do inglês podem coincidir com sintagmas na posição de modificador de nome ou de modificador verbal (posições tipicamente associadas a sintagmas adjectivais ou adverbiais), o que não acontece em português. Em português, estas orações parecem surgir apenas, com plena aceitabilidade, nas posições sintácticas típicas de sintagmas nominais (tal como acontece com as orações relativas livres típicas). No que respeita às orações relativas transparentes predicativas (ou de tipo comparável), verifica-se que, no inglês, podem estar associadas a complementos oracionais de verbos auxiliares (cf. (389a)), ao contrário do que acontece em português. Em segundo lugar, ilustrei a possibilidade de as relativas transparentes estarem associadas a sintagmas nominais definidos, que não é explorada de forma directa na literatura.

Outras propriedades comuns ao português e ao inglês foram ainda salientadas. Entre elas, a possibilidade de o sintagma nominal com que a oração relativa transparente coincide superficialmente ter um valor indefinido e a possibilidade de extracção de constituintes por movimento-Q do interior da oração relativa. Esta possibilidade de extracção verifica-se mesmo em estruturas relativas com antecedente realizado, situação, tanto quanto sei, única no âmbito das orações relativas (e ainda não referida na literatura).

6. Conclusões

Nesta dissertação, apresentei uma análise de alguns subtipos especiais de orações relativas sem antecedente expresso (entendidas num sentido lato, que abrange as chamadas orações relativas livres e orações relativas semilivres). O objectivo central que presidiu à sua elaboração foi o de identificar as propriedades principais que distinguem os vários subtipos de orações relativas em análise, tendo como base as produções efectivas dos falantes do português registadas em *corpora*.

Nesta secção final, sublinharei alguns dos aspectos discutidos nos capítulos precedentes, incidindo particularmente naqueles que me parecem ser inovadores no âmbito do estudo deste subtipo de orações relativas do português e que podem servir de estímulo a posteriores investigações. Destaco em particular nove aspectos:

I. Verificação de que as orações relativas sem antecedente expresso – ou equivalentemente, neste caso, os sintagmas nominais com que elas coincidem superficialmente – exibem o mesmo tipo de variação interpretativa dos restantes sintagmas nominais, nomeadamente podendo exibir valor de realidade ou virtualidade, de especificidade ou não especificidade e de atributividade ou referencialidade (cf. subsecção 2.2.1).

No seguimento das observações de Móia (1992), acerca da possibilidade de as orações relativas em apreço oscilarem entre um valor atributivo e um valor referencial, verifiquei, com base em dados de *corpora* jornalísticos, que estes constituintes também podem variar entre os valores real e virtual e específico e não específico. Em relação a este último par de valores, constatei que, em muitos dos casos, os contextos em que as relativas livres ocorrem não permitem determinar com clareza se o sintagma em questão possui uma leitura específica ou não específica. Verifiquei igualmente, no que diz respeito à oposição referencial / atributivo, que os constituintes em que as relativas livres se inserem parecem exibir com maior frequência uma leitura atributiva (pelo menos, nos *corpora* jornalísticos).

II. Apresentação de excertos que documentam a ocorrência em *corpora* jornalísticos – ainda que em número muito reduzido – de relativas livres sem conformidade categorial (ou contiguidade entre o antecedente nulo e o morfema relativo) na posição de Complemento de Nome e na posição de Complemento Indirecto da frase matriz (cf. subsecção 2.2.3.3).

Alguns autores, entre os quais Brito (1991), afirmam que apenas na posição superficial de Sujeito as relativas livres poderão, mais ou menos marginalmente, desobedecer aos requisitos de conformidade. Neste trabalho, dei conta de ocorrências pontuais de relativas que, ocupando a nível superficial as posições sintácticas de Complemento de Nome e de Complemento Indirecto, não respeitam tais requisitos. Os juízos dos falantes do português hesitam entre a plena aceitação destas estruturas e a sua rejeição, mas a existência de registos evidencia uma zona particularmente sensível da língua, possivelmente sujeita de forma mais intensa a variação e mudança.

III. Proposta de análise das chamadas orações relativas semilivres – seguindo diversas sugestões no mesmo sentido na literatura – não como um subtipo especial de orações relativas, mas antes como uma variante das orações relativas com antecedente expresso, que apenas possuem a particularidade de possuir um antecedente elíptico (cf. capítulo 3).

As semilivres foram analisadas como relativas associadas a antecedentes que sofrem elipse nominal, razão pela qual as incluí sob o epíteto de "relativas sem antecedente expresso" (num sentido lato). Concluí que a sua única propriedade distintiva relativamente às outras relativas com antecedente expresso é a elipse (total ou parcial) do seu antecedente nominal, fenómeno esse que é extrínseco à oração relativa e comum a outras estruturas nominais. Apresentei dados que comprovam a produtividade de construções elípticas de nomes introduzidas por artigos definidos e modificadas por certos constituintes preposicionados – não oracionais e oracionais (isto é, orações relativas) –, consideradas desviantes na literatura sobre o português. Demonstrei ainda que as semilivres não se diferenciam estruturalmente das orações relativas com antecedente expresso, surgindo inclusivamente associadas a um valor explicativo. Na esteira de Brucart (1999), propus que estas orações fossem denominadas "orações relativas com antecedente elíptico".

IV. Identificação de diversos verbos – não considerados na literatura, ou na literatura sobre o português, - que, à semelhança de verbos como *ter* ou *haver*, podem seleccionar sintagmas com relativas com infinitivo ou com conjuntivo (cf. subsecção 4.2.1).

A literatura que consultei refere que os verbos que podem seleccionar sintagmas com relativas com infinitivo ou com conjuntivo são *ter*, *haver*, *procurar*, *encontrar* e *arranjar* (cf. Brito 1991 e Móia 1992). Neste trabalho, apresentei abonações que comprovam que os

verbos *levar*, *trazer*, *dar* e *faltar* podem igualmente surgir associados – com diferentes graus de produtividade – a esta estrutura relativa no português.

V. Verificação – seguindo indicações neste sentido na literatura sobre outras línguas – de que as relativas com infinitivo ou conjuntivo dependentes de verbos como *ter* ou *haver* estão geralmente associadas a sintagmas nominais com valor [– Definido] (cf. subsecção 4.2.3).

Contrariamente ao que sucede com as orações relativas livres típicas, as relativas em questão parecem associar-se, com maior naturalidade, a um sintagma nominal com um valor [– Definido]. Tanto quanto sei, esta possibilidade, já descrita na literatura estrangeira, nunca havia sido bem documentada para o português.

VI. Apresentação de dados – seguindo uma indicação de Móia (c.p.) – que comprovam a facilidade de extracção de constituintes do interior das relativas com conjuntivo que dependem do verbo *haver* (cf. subsecção 4.2.4).

Móia (1992) havia já registado a possibilidade de extracção de constituintes do interior das relativas com infinitivo dependentes de *ter*. Ilustrei neste trabalho a facilidade com que ocorre extracção de constituintes do interior das relativas em análise dependentes de *haver*. Este facto, entre outros, levou-me a esboçar a hipótese – que não explorei – de o verbo *haver* possuir características sintáctico-semânticas que o diferenciem de todos os outros analisados.

VII. Apresentação de dados que comprovam o surgimento do modo conjuntivo em orações relativas do tipo referido em IV, acima, nas quais não se verifica movimento-Q da posição de Sujeito (cf. subsecção 4.3.1.1).

Está descrito o facto de as relativas livres em questão apresentarem o modo conjuntivo sempre que se verifica movimento-Q da posição de Sujeito (cf. Móia 1992). Dei aqui conta da possibilidade de ocorrência do modo conjuntivo em relativas nas quais se observa movimento-Q a partir de outras posições sintácticas. Os exemplos apresentados, em que o conjuntivo e o infinitivo parecem estar em variação livre, ocorrem principalmente em textos de fases mais recuadas do português e de português do Brasil, mas também, embora mais pontualmente, de português europeu contemporâneo. Verifiquei

que, nos contextos em que o predicado verbal das relativas integra o auxiliar modal *poder* (ou verbos de valor semelhante), o auxiliar flexiona também no modo conjuntivo (e aparentemente sem possibilidade de variação com o infinitivo). Observei ainda que este fenómeno não pode ser generalizado a todos os verbos auxiliares.

VIII. Verificação da ocorrência – ainda que esporádica – dos modos indicativo e condicional nas relativas com movimento-Q da posição de Sujeito do tipo referido em IV acima (cf. subsecção 4.3.1.2).

Observei a ocorrência dos modos indicativo e condicional em relativas de tipo semelhante às que ocorrem com infinitivo ou conjuntivo na dependência de verbos como *ter* ou *haver*. A comprovar-se que esta utilização do indicativo e do condicional é canónica e produtiva (o que não tentei aqui averiguar), ter-se-á de proceder ao alargamento da descrição e à reclassificação, ou redesignação, das estruturas em causa.

IX. Proposta de análise das orações relativas livres transparentes no português e verificação de que esta classe é relativamente menos diversificada do que a classe equivalente na língua inglesa (cf. capítulo 5).

A análise das relativas transparentes do português evidenciou algumas propriedades que permitem distingui-las das orações relativas livres típicas. Em termos semânticos, as relativas transparentes parecem depender da presença de um modalizador discursivo de tipo epistémico ou metalinguístico, essencial à sua boa formação. Tal como as relativas com infinitivo ou com conjuntivo dependentes de verbos como *ter* ou *haver*, as relativas transparentes parecem poder encaixar-se em sintagmas tipicamente indefinidos ou com autonomia referencial, embora, contrariamente àquelas, possam aparecer igualmente associadas a sintagmas nominais tipicamente definidos. Em termos sintácticos, destaca-se o facto de as relativas transparentes permitirem, com alguma facilidade, a extracção de constituintes do seu interior. Esta extracção é ainda possível a partir das relativas transparentes <u>com</u> antecedente expresso. Tanto quanto sei, não há literatura que refira este facto, que é muito singular no quadro das orações relativas.

Tendo em conta a amplitude do objecto de estudo desta dissertação, tive naturalmente de fazer algumas limitações: proceder a uma análise mais superficial de

certos tópicos do que seria porventura desejável, deixar mesmo por tratar algumas construções que apresentam particularidades relativamente às orações relativas livres típicas (como, por exemplo, as orações relativas com identidade de preposições e haplologia ou as construções relativas com *ser* identificacional). Ao longo dos vários capítulos, fui indicando diversas linhas de investigação futura possíveis, relacionadas, directa ou indirectamente, com as orações relativas sem antecedente expresso que aqui foram tratadas. A este propósito, não posso deixar de reiterar a necessidade de se proceder a uma análise mais aprofundada das questões concernentes às orações relativas livres transparentes, que, tanto quanto me foi dado perceber, nunca foram mencionadas para o português. Este é um tópico, entre outros, que pretendo retomar em trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS

A. Livros e artigos

AGOURAKI, Yorya (2003). "Future Wh-Clauses in DP-Positions". In *Proceedings of the Conference "sub7 – Sinn und Bedeutung". Arbeistspapier* 114. University Konstanz. Alemanha. (http://ling.uni-konstanz.de/pages/conferences/sub7/)

BRESNAN, Joan & GRIMSHAW, Jane (1978). "The Syntax of Free Relatives in English". In *Linguistic Inquiry* 9.3: 331-391.

BRITO, Ana Maria (1988). *A sintaxe das orações relativas em português: estrutura, mecanismos interpretativos e condições sobre a distribuição dos morfemas relativos*. Dissertação de Doutoramento. Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

BRITO, Ana Maria (1991). *A sintaxe das orações relativas em português: estrutura, mecanismos interpretativos e condições sobre a distribuição dos morfemas relativos*. INIC. Porto.

BRITO & DUARTE (2003). "Orações relativas e aparentadas". In MATEUS, Maria Helena Mira *et al..Gramática da Língua Portuguesa*. Editorial Caminho. Lisboa: 653-694.

BRUCART, José Mª. (1999). "La estructura del sintagma nominal: las oraciones de relativo". In BOSQUE, Ignacio & Violeta Demonte (orgs.). *Gramática Descriptiva de la Lengua Española*. Editorial Espasa. Calpe. Madrid: 395-522.

CAPONIGRO, Ivano (2001)." On the Semantics of Free Relatives". In *Proceedings of ConSOLE X*. Leiden: 49:62.

CASTELEIRO, João Malaca (1981). *Sintaxe Transformacional do Adjectivo: regência das construções completivas.* INIC. Lisboa.

CITKO, Barbara (2004). "On headed, headless and light-headed relatives". In *Natural Language & Linguistic Theory* 22: 95-126.

CUNHA, Celso & CINTRA, Lindley (1984). *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Edições João Sá da Costa. Lisboa.

DIKKEN, Marcel den (2005). "Transparent, free… and polarised: the (poli)tics of polarity in transparent free relatives". In BROEKHUIS, Hans, Norvert Corver, Riny Huybregts, Ursula Kleinhenz & Jan Koster (eds.). *Organizing grammar. Linguistic studies in honor of Henk van Riemsdijk*. Mouton de Gruyter: 97-107.

DONNELLAN, Keith (1966). "On the Theory of Relative Clauses and Markdness". In *The Linguistic Review* 75: 281-304.

DOWTY, David, Stanley PETERS & Robert WALL (1981). *Introduction to Montague Semantics*. D.Reidel, Dordrecht.

GRIMSHAW, Jane (1977). *English Wh-Constructions and the Theory of Grammar.* Dissertação de Doutoramento. University of Massachusetts, Amherst.

GROSU, Alexander & LANDMAN, Fred (1998). "Strange relatives of the third kind". In *Natural Language Semantics* 6: 125-170.

GROSU, Alexander (2003). "A unified theory of 'standard' and 'transparent' free relatives". In *Natural Language & Linguistic Theory* 21: 247-331.

HIRSCHBÜHLER, Paul & RIVERO, María-Luisa (1983). "Remarks on free relatives and matching phenomena".In *Linguistic Inquiry* 14.3: 505- 520.

IZVORSKI, Roumyana (1995). “Subject Free Relatives in Null-Subject Languages: Evidence from Slavic”. In BROWNE, Wayles *et al. Formal Approaches to Slavic Linguistics: The Cornell Meeting*: 267-288.

IZVORSKI, Roumyana (1998). “Non-Indicative Wh-Complements of Existential and Possessive Predicates". In *NELS* 28: 159-173.

KAJITA, Masaru (1977). “Towards a Dynamic Model of Syntax”. In *Studies in English Linguistic* 5: 44-66.

KAMP, Hans & REYLE, Uwe (1993). *From discourse to logic : introduction to modeltheoretic semantics of natural language, formal logic and discourse representation theory*. Kluwer Academic. Dordrecht.

LARSON, Richard (1987). “’Missing prepositions’ and the analysis of English free relatives”. In *Linguistic Inquiry* 18.2: 239-266.

MARQUES, Rui (1995). *Sobre os valores dos modos conjuntivo e indicativo em português*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

MARRAFA, Palmira (1985). *A Construção Predicativa Transitiva.* Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

MATEUS, Maria Helena Mira *et al.* (1989). *Gramática da Língua Portuguesa*. Almedina. Coimbra (2ª ed.).

MATOS, Gabriela (2003). “Construções elípticas”. In MATEUS, Maria Helena Mira *et al*..*Gramática da Língua Portuguesa*. Editorial Caminho. Lisboa: 869-913.

MÓIA, Telmo (1992). *A Sintaxe das Orações Relativas sem Antecedente Expresso do Português*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

MÓIA, Telmo (1996). "A Sintaxe das Orações Relativas sem Antecedente Expresso do Português". In *Quatro Estudos em Sintaxe do Português. Uma Abordagem segundo a Teoria dos Princípios e Parâmetros*. Edições Colibri. Lisboa: 149-188.

MÓIA, Telmo (2001). "Aspectos Sintáctico-Semânticos das Orações Relativas com *quando* e *como*". In *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística (Coimbra, 28-30 de Setembro de 2000)*. Lisboa: 349-361.

NAKAU, Minoru (1971). "The Grammar of the Pseudo-Free Relative Pronoun *what*". In *English Linguistics* 6: 2-47.

Nomenclatura Gramatical Portuguesa, Portaria n.º 22.664, do Ministério da Educação Nacional, *Diário do Governo*, I série, de 28 de Abril de 1967.

OLIVEIRA, Fátima (2003). "Modalidade e modo". In MATEUS, Maria Helena Mira *et al*. *Gramática da Língua Portuguesa*. Editorial Caminho. Lisboa: 243-272.

PARTEE, Barbara (1975). *Montague grammar*. Academic Press. Nova Iorque.

PERES, João Andrade (1987). "Estrutura e Interpretação das Construções Relativas". In *Actas do 3º Encontro da Associação Portuguesa de Linguística*: 327-338, Lisboa.

PERES, João Andrade (no prelo). "Semântica Nominal", *ms*.

PERES, João Andrade & MÓIA, Telmo (1995). *Áreas Críticas da Língua Portuguesa*. Editorial Caminho. Lisboa.

RIEMSDIJK, Henk van (2001). "A Far from Simple Matter: Syntactic Reflexes of Syntax Misalignments". In *Semantics, Pragmatics and Discourse: Perspectives and Connections: A Festschrift for Ferenc Kiefer.* John Benjamins. Amsterdam: 21-24.

RIZZI, Luigi (1982). "Null Objects in Italian and the Theory of *pro*". In *Linguistic Inquiry 17.3*: 501-557.

SCHELFHOUT, Carla, COPPEN, Peter-Arno & OOSTDIJK, Nelleke (2003). "Transparent free relatives". In *Proceedings of Console XII*: 1-10. (http://sole.leidenuniv.nl/content_docs/ConsoleXII2003pdfs/schelfhout-2003.pdf)

SINCLAIR, John (ed.) (1990). *English Grammar.* Collins Cobuild. HarperCollins Publishers. London.

SUÑER, Margarita (1983). "Free relatives and the pro-head hypothesis". In *Cornell Working Papers* 4.

SUÑER, Margarita (1984). ""Free relatives and the Matching Parameter". In *The Linguistic Review* 3.4: 363-387.

VERGNAUD, Jean-Roger (1974). *French Relative clauses*. Dissertação de Doutoramento. Massachussetts Institute of Technology.

WILDER, Christopher (1998). "Transparent Free Relatives". In *ZAS Papers in Linguistics*. Zentrum für Allgemeine Sprachwissenschaft. Berlin. vol.10: 191-199.

B. *Corpora* electrónicos

– [CETEMPúblico] *Corpus* CETEMPúblico

http://www.linguateca.pt/cetempublico/acesso_CP_anotado.html

O *corpus* CETEMPúblico apresenta extractos de cerca de 2600 edições do jornal *Público*, publicadas entre 1991 e 1998, num total de cerca de 180 milhões de palavras.

– [*Corpus del Español* Davies-Ferreira] *Corpus del español* Davies-Ferreira

http://www.corpusdelespanol.org/

O *corpus del español* Davies-Ferreira é composto de 100 milhões de palavras de textos escritos em espanhol.

– [*Corpus* do Português Davies-Ferreira] *Corpus* do português Davies-Ferreira

http://www.corpusdoportugues.org/

O *corpus* do português Davies-Ferreira é composto de cerca de 45 milhões de palavras, em mais de 50000 textos em português do século XIII ao século XX.

– [NILC] *Corpus* NILC/ Universidade de São Carlos

http://lusiadas.linguateca.pt/acesso/corpus.php? corpus=SAOCARLOS

O *corpus* NILC/Universidade de São Carlos contém textos brasileiros de registo jornalístico, didáctico, epistolar e redacções de alunos, num total de cerca de 41 milhões de palavras.

– [NP] Corpus Natura/Público

http://lusiadas.linguateca.pt/acesso/corpus.php?corpus=NATPUBLICO

O *corpus* Natura/Público é constituído pelos primeiros dois parágrafos das notícias do jornal *Público* em 1991, 1992, 1993 e 1994, num total de cerca de 7 milhões de palavras.

– [Primeiro milhão CETEMPúblico] *Corpus* Primeiro milhão do CETEMPúblico

http://lusiadas.linguateca.pt/acesso/corpus.php?corpus=CETEMPUBLICOPRMI

O *corpus* Primeiro milhão do CETEMPúblico disponível em consiste no primeiro milhão de palavras aproximadamente do *corpus* "CETEMPúblico".